



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

ALINE PEREIRA DIAS

**O PROTAGONISMO E AS EXPERIÊNCIAS
DE MULHERES NEGRAS ASSISTENTES
SOCIAIS: A TEORIA SOCIAL CRÍTICA DO
PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO**

GOIÂNIA

2020

ALINE PEREIRA DIAS

**O PROTAGONISMO E AS EXPERIÊNCIAS
DE MULHERES NEGRAS ASSISTENTES
SOCIAIS: A TEORIA SOCIAL CRÍTICA DO
PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO**

Dissertação apresentada à Universidade Pontifícia Católica de Goiás como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, para obtenção do título de Mestra.

Orientadora: **Prof.Dr^a. Maria José Pereira Rocha.**

GOIÂNIA

2020

D541p Dias, Aline Pereira
O protagonismo e as experiências de mulheres negras assistentes sociais : a teoria social crítica do pensamento feminista negro / Aline Pereira Dias.-- 2020.
147 f.:

Texto em português, com resumo em inglês
Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Ciências Sociais e da Saúde, Goiânia, 2020
Inclui referências: f. 140-147

1. Assistentes sociais. 2. Negras. 3. Racismo. I.Rocha, Maria José Pereira. II.Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - 2020. III. Título.

CDU: 36-051(043)

ALINE PEREIRA DIAS

**O PROTAGONISMO E AS EXPERIÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS
ASSISTENTES SOCIAIS: A TEORIA SOCIAL CRITICA DO
PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO**

Relatório final, apresentado a Pontifícia
Universidade Católica de Goiás –
PUC/GOIÁS, como parte das exigências
para a obtenção do título de Mestre em
Serviço Social.

Goiânia, 25 de Março de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a Maria José Pereira Rocha (orientadora)
PUC-GOIÁS

Prof. Dr^a Maria Conceição Sarmento Padial Machado
Pontifícia Universidade Católica – PUC GOIÁS

Prof. Dr^a Gleys lally Ramos dos Santos
Universidade Federal do Tocantins – UFT TO

Dedico este trabalho à minha mãe, preta, forte e potente, Josefa (in memoriam) que nos deixou desse plano de vida, mas vive comigo, me ensinou tudo que eu sei e lutou bravamente para que eu estudasse e alcançasse o tão sonhado diploma de nível superior, e hoje estou galgando voos maiores.

AGRADECIMENTOS

Chegou a parte da tarefa fascinante de me expressar em poucas palavras, meus agradecimentos as pessoas que são importantes neste processo e o quanto estou feliz por isso. Não há palavras que meça o meu enorme amor e gratidão pela minha família, hoje constituída: por mim, minha irmã Tayla e meu pai Miguel Robson. À Tayla que sempre me incentiva, me acolhe quando não sei mais de onde tirar forças, é filha de coração, que sabe ser conforto, que sabe em meio aos caos contribuir e somar na minha luta e meu pai Miguel Robson, que diante da ausência da minha mãe Josefa (in memoriam), suportou a caminhada ao meu lado, dando forças, e mesmo com os dessabores vivenciados, somos uma família unida, forte e de esquerda. À toda minha família, avós, tios, tias, primos e primas maternos e paternos. À carreira profissional, e o esforço coletivo de me incentivar a entrada nessa roda-viva que é o mestrado, agradeço ao meu amigo e pai de afeto, Júnior Lima, por todo carinho, apoio material, intelectual, e financeiro, mas, sobretudo, que com seu jeito despertou em mim o desejo de ser melhor, pelo viés crítico e de esquerda.

Os ciclos de dúvidas, questionamentos, problematizações, inquietações conceituais e descobertas, continuam vivos em mim, o que me leva a agradecer as pessoas que somaram forças nesses momentos, que juntas dividiram comigo: minhas amigas de mestrado, Juraildes, Mara, Rodrigo, em especial minha amiga Anaterre Meira, que na busca incessante de entender a complexidade da temática racial, e do feminismo, me sucitou debates, questionamentos, dúvidas, e me acolheu imensamente desde o primeiro contato. Aos meus amigos das Ciências Sociais da UFT: Ana Cléia pela torcida, pela troca de conhecimentos, desabafos, sobre tudo por contribuir com palavras de afeto e incentivo, à Francilene, e Domingos.

Agradeço a Professora Dr^a Maria José Pereira Rocha, por me aceitar como sua orientanda, me acolher, questionar, e, sobretudo, por ser essa filósofa que despertou em mim outra visão de mundo, e de luta pela epistemologia feminista.

RESUMO

O presente trabalho é resultado da pesquisa sobre pensamento feminista negro enquanto teoria social crítica e a perspectiva de método/conceito interseccionalidade. Busca-se analisar as experiências das mulheres negras assistentes sociais por meio do pensamento feminista negro. Uma das hipóteses é que há uma invisibilidade das mulheres negras assistentes sociais na categoria, ou não protagonismo, o que fortalece a reprodução do racismo e demais opressões e o que dificulta a transformação da realidade, tendo em vista que o primeiro passo é assumir e conhecer para mudar. A pesquisa desvelou que mesmo com a renovação do Serviço Social, desde a década de 1980, ainda discute minimamente a temática étnico racial, e que continua uma desigualdade entre protagonismo de profissionais brancos e negros, pois o racismo é estrutural, logo, a ciência, os espaços, estão nessa estrutura, sendo assim, o Serviço Social reproduz o silêncio que coloca o racismo como racismo do outro e não considera as especificidades da população negra historicamente estigmatizada e sucateada de direitos e bens e serviços essenciais a reprodução digna. Percebemos que o posicionamento das assistentes sociais negras é de forasteiras de dentro, porque perpassam estruturas racistas, e de invisibilidade nas carreiras profissionais e trajetórias pessoais, majoritariamente, percebem como essas estruturas tem afetado suas condições de protagonismo, na profissão e nos lugares que ocupam. Contudo, é necessária uma ampliação a cerca dos estudos que envolvem o pensamento feminista negro, que perpassa a temática étnico racial, pois não é mais tolerável falta de compromisso coletivo, com a população negra seja ela usuária ou não, o que requer a descolonização da ciência, dos espaços dentro e fora do Serviço Social, e a busca incessante não apenas na luta contra o capitalismo, mas contra o racismo e demais forma de opressões, porque a luta apenas com um eixo é uma luta incompleta.

Palavras-chave: assistentes sociais, mulheres negras, interseccionalidade, racismo

ABSTRACT

The present work is the result of research on black feminist thought as a critical social theory, and the intersectionality and the method / concept perspective method / concept. It seeks to analyze the experiences of black women social workers through black feminist thinking. One of the hypotheses is that there is an invisibility of black women social workers in the category, or not protagonism, which strengthens the reproduction of racism and other oppression which makes it difficult to transform reality, considering that the first step is to assume, and to know to change. The research revealed that even with the renewal of Social Work, since the 1980s, it still minimally discusses the racial ethnic theme, and that there is still an inequality between the role of white and black professionals, since racism is structural, therefore, science, the spaces are in this structure, so the Social Service reproduces the silence that places racism as racism of the other, and does not consider the specificities of the black population historically stigmatized, and scrapped of essential rights and goods and services for dignified reproduction. We perceive that the position of black social workers is that of outsiders from the inside, because they run through racist structures, and invisibility in professional careers and personal trajectories, mostly perceive how these structures have affected their conditions of protagonism, in the profession and in the places they occupy. However, there is a need to expand the scope of studies involving black feminist thinking, which permeates the racial ethnic theme, as it is no longer tolerable a lack of collective commitment, whether the black population is a user or not, which requires the decolonization of society. science, of spaces inside and outside Social Work, and the incessant search not only in the fight against capitalism, but against racism and other forms of oppression because the struggle with only one axis, is an incomplete struggle.

Key-words: social workers, black women, intersectionality, racism.

*E o risco que assumimos aqui é do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos) que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa.
Lélia Gonzalez, Racismo e sexismo na cultura brasileira.*

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – A INTERSECÇÃO DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE.	20
1.1 O racismo como ideologia.....	20
1.2 Classes como hierarquia.....	27
1.3 Gênero como fator determinante.....	32
1.4 As implicações para as mulheres negras	40
CAPÍTULO 2 - PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO: TEORIZAÇÃO SOBRE INTERSECCIONALIDADE.....	49
2.1 A formação do movimento feminista: que movimento é esse?	50
2.2 Concepções da interseccionalidade.....	56
2.3 Interseccionalidade e contexto de teorização no Brasil.....	69
CAPÍTULO 3 – ASSISTENTES SOCIAIS NEGRAS: ANÁLISE DA MILITÂNCIA, DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL, PESSOAL, E EXPERIÊNCIA JUNTO AO CONJUNTO CFESS/CRESS.	79
3.1 Serviço Social e escravidão: percurso histórico, e o intercruzamento com o conservadorismo	81
3.2 O conjunto CFESS/CRESS: as entidades representativas da categoria profissional	94
3.3 Metodologia da Pesquisa – Desvelando as experiências das mulheres negras assistentes sociais: o outro lado da história.	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS	140

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a participação política das mulheres negras assistentes sociais em conselho de categoria, especificamente a condição daquelas que tiveram acesso à gestão do conjunto CFESS/CRESS, que se reconhecem como negras, e tem esse ponto de partida, pois essas mulheres são militantes da categoria profissional e dos mais diversos movimentos sociais, sendo eles movimento negro, feminista, entre outros. E tem em suas trajetórias a marcação da luta por justiça social.

Nesse sentido, o tema é: A trajetória e o protagonismo de mulheres negras assistentes sociais: a teoria social crítica do pensamento feminista negro. Chegar neste recorte foi um tanto trabalhoso por que falar das experiências das assistentes sociais não significaria falar da profissão, mesmo perpassando a categoria profissional, mas sim, apreender o processo de luta e resistência dessas mulheres que se firmam como lideranças de uma categoria.

Este tema de estudo reflete sobre a participação política de mulheres negras, cuja escolhas profissionais, e vivências, são marcadas pelo atravessamento de gênero, raça e classe. Desse modo, entendi que o método de análise para meu objeto seria a teoria social crítica do pensamento feminista negro. Tendo em vista o conceito teórico – metodológico da interseccionalidade.

Essa escolha se deu a partir do entendimento de que a ciência ainda é colonizadora, como diz Akotirene (2019), ao mencionar que “antes de preparar o pensamento feminista negro e a interseccionalidade como metodologias, a encruzilhada engolia oferendas analíticas contra nós, razão de depositar neste texto pontos de vistas produzidos pelas intelectuais negras”. Ao fazer essa afirmativa, Akotirene tece uma análise voltada a inferir que a ciência ainda faz análises incompletas, inclusive sobre nós.

Nessa linha de raciocínio, utilizo essa ferramenta teórico - metodológica do pensamento feminista negro para aprender o percurso das mulheres negras assistentes sociais que conquistaram espaços de liderança e reconhecimento na categoria das assistentes sociais, tendo em vista a pouca apropriação da categoria profissional sobre o assunto.

Algumas obras estão retratando a temática étnica racial e o Serviço Social, como exemplo: O negro e a gênese do Serviço Social de Camila Manduca Ferreira (2011), Questão Racial e o Serviço Social: uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do Assistente Social de Marcia Eurico Campos (2011), os artigos e tese de doutorado da Roseli Rocha: A incorporação da temática Étnico – racial no processo de formação em Serviço Social: avanços e desafios (2014) o Livro da Elisabete Aparecida Pinto publicado recentemente: ETNICIDADE, GÊNERO E EDUCAÇÃO: TRAJETÓRIA DE VIDA DE LAUDELINA DE CAMPOS MELLO, pela editora Anita Garibaldi, e que foi sua dissertação de mestrado obtida no ano de 1993.

A tese de doutorado de Magali da Silva Almeida: mulher negra militante: trajetórias de vida, identidade e resistência no contexto da política de ações afirmativas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2011). Essa obra é uma referência para o meu trabalho, e a que mais se aproxima do escopo deste estudo, porém como outras propostas de análise e com suas especificidades.

Os trabalhos elencados acima retratam sobre o debate transversal, embora ainda pouco acessado pelos estudantes de Serviço Social, a partir da pesquisa, encontrei poucos artigos, livros, que dialoguem com essa temática. Porém, não encontrei nenhum que abordasse ou tivesse articulação com as experiências das assistentes sociais negras e o feminismo negro. A minha pesquisa tem esse desafio, que tem como objetivo desvelar o protagonismo e as experiências das assistentes sociais negras, por meio do feminismo negro e sua teoria.

Este tema de trabalho requer analisar as experiências das mulheres negras, com base em objetivos como: analisar o protagonismo das Mulheres Negras assistentes sociais no Serviço Social pelo viés de raça, classe e gênero; Investigar a trajetória das Mulheres Negras; Averiguar em que espaços sócios ocupacionais encontram-se essas Mulheres Negras; Refletir sobre a visibilidade/invisibilidade destas Mulheres Negras.

Parte-se do pressuposto de que as estruturas sociais que constituem o atravessamento de gênero, raça e classe invisibiliza a carreira profissional, ou de certa forma, é imperativo para o não protagonismo das mulheres negras, inclusive dentro da categoria profissional. Neste sentido, se a profissão está inserida nas contradições dessas relações sociais, não se pode continuar negligente sobre esses estudos.

A nossa profissão é inserida na divisão social, técnica, sexual e racial do trabalho, não dá para continuar fazendo análises incompletas, sem no mínimo entender as realidades vivenciadas por populações que têm outras experiências para além de trabalhadoras e trabalhadores, que vivenciam racismos, machismos, sexismos e outras.

As minhas primeiras indagações a respeito da temática se deram recentemente, quando ingressei no mestrado, e me deparei com o lugar social de “outsider Wihin¹”, ou seja, nós mulheres negras, acadêmicas ou não, ocupamos espaços, mas não nos sentimos pertencentes a esses lugares, pois a invisibilidade de “ser negra” é exaltada pelo discurso e prática racial dominante.

O discurso de igualdade não é de todas e todos e não acompanha a realidade, ainda somos maioria nas estatísticas quando se trata de menor acesso a direitos sociais, e maiores vítimas de violências e quando acessamos a educação, o racismo, o sexismo e o capitalismo são armas que impedem a ascensão de mulheres negras, invisibilizando as históricas formas de resistência, mas não nos aniquila.

Tendo em vista a necessidade de entender como funciona a lógica do racismo, e as demais opressões sociais e como as mesmas são e operam, sendo mecanismos fundamentais para manter e sustentar essa estrutura capitalista que é racista e sexista, e perceber de que forma este conjunto atua como barreira para determinados grupos sociais, me encaminharam para o estudo desta temática.

A partir das leituras, na disciplina de epistemologia feminista, da participação em movimentos sociais feministas, a integração nesses espaços me despertou para leitura de feministas negras e conseqüentemente a leitura sobre a temática racial.

Ao debruçar sobre a temática étnico racial, colocava questões que ficavam por vezes despercebidas na minha trajetória pessoal e profissional, e a partir delas, recolocou-se desafios e muitos questionamentos que exigem um posicionamento frente à população negra historicamente estigmatizada e vulnerabilizada. O racismo e as demais opressões como gênero e classe estão presentes na vida social, seja na escola, na igreja, na vida amorosa, no trabalho, praticamente em todos os espaços sociais, o debate e a reflexão sobre essa prática é fundamental para o enfrentamento.

¹ O termo *Outsider Within*, significa forasteira de dentro, e estar no decorrer do estudo.

A partir desse entendimento a cada dia mais presente na minha reflexão, estabeleci como propósito no mestrado a necessidade de fortalecer esse debate e construir um projeto que articula o conhecimento sobre a construção teórica do pensamento feminista negro, a interseccionalidade, porém ainda não me contemplava. Sempre questionei por que dentro da nossa categoria profissional, na nossa formação, não tive acesso às obras de pensadoras negras, ou sobre a questão étnica – racial, nem minimamente.

Nesse seguimento, meu projeto de pesquisa busca entender o protagonismo de mulheres negras, assistentes sociais, a partir do pensamento feminista negro. Utilizando da Interseccionalidade como ferramenta analítica e metodológica, como bem colocado Akotirene (2019) que afirma: é da mulher negra o coração do conceito da interseccionalidade. Neste sentido, para complementar a utilização dessa ferramenta uso como metodologia de análise de conteúdo de BARDIN (2010) onde as técnicas de análise são utilizadas na preparação e organização da análise encontrada nas referências, e na pesquisa de campo.

Utilizar o pensamento feminista negro, a interseccionalidade me trouxe muitos embates, críticas e desafios, mas continuo questionando o porquê de não termos acesso a essas leituras? Tendo em vista que, a classe trabalhadora que o Assistente Social atende é majoritariamente negra. Por que na construção do conhecimento em Serviço Social as principais obras e referências são de pessoas brancas?

Esses questionamentos são basilares para o projeto de pesquisa que construí e levaram-me a questionar a visibilidade das mulheres negras assistentes sociais. O desconhecimento acerca da historicidade da escravidão, e as consequências disso, presentes na nossa formação abrem lacunas no exercício profissional.

Segundo Silva Filho (2008), em todas as edições da “*Revista Serviço Social*” que é publicada desde 1979, ele analisou 71 números publicados na biblioteca da Universidade Federal Fluminense/RJ e encontrou outras 11 publicações encontradas em outras livrarias e bibliotecas, e apenas a edição de número 79 de Matilde Ribeiro, abordava a questão étnico racial. Nessa edição, a autora chama atenção da categoria profissional e convida para a reflexão da temática, ainda conforme o autor, a revista já extinta desde 1954 “*Revista Serviço Social*”, foi publicada desde 1939, e não teve nenhuma publicação sobre a questão racial.

Ainda conforme Silva Filho (2008), a “Revista Gênero” é uma publicação semestral da ESS-UFF, editada desde 2000 sob a responsabilidade do Núcleo Transdisciplinar e Estudos de Gênero (NUTEG). Dos sete números editados, nenhum artigo foi titulado com as categorias: negra(o); preta(o) ou raça/racial. Apenas dois entre os 67 artigos publicados tratam da questão do negro em seus textos. Silva Filho (2008) diz que a “Revista Temporalis” publicada para profissionais, cujo cotidiano interno e externo as relações inter-raciais são preponderantes, a existência de apenas 1 (um) artigo relacionado com a questão do negro na sociedade brasileira, referenda a invisibilidade da população negra como tema ou a irrelevância da questão do negro como objeto de estudo ou de preocupação para os redatores e articulistas da publicação e para o Serviço Social.

Silva Filho (2008) retrata ainda que, com relação as publicações de livros, é importante salientar que num exame dos títulos e capítulos (através dos índices) dos livros da bibliografia específica para o Serviço Social ofertados pela Biblioteca Central da UFF, também não detectamos nenhum livro abordando a temática racial ou sobre a questão do negro em nossa sociedade. O livro de PINTO (2003) ainda não faz parte do acervo da Biblioteca da UFF.

Os argumentos do autor Silva Filho (2008) são importantes para entender a complexidade da ausência desta temática e seus impactos para a profissão, tendo em vista que o Serviço Social já rompeu com o conservadorismo, porém teve sua gênese marcada por ele. A partir dessa premissa, é possível perceber, com essa pesquisa, os espaços ocupados pelas mulheres negras dentro da academia e fora. O processo de ocupação mesmo que minimamente ainda não garante a equidade necessária para a transformação da sociedade. Esse esvaziamento supõe ser responsável pelo não entendimento da temática como importante no combate a desigualdade social, tendo em vista, que o Brasil é composto majoritariamente por pessoas negras e de minorias étnicas. Por esse entendimento, ser importante ao Serviço Social, pois este intervém na questão social.

O Serviço Social inserido no processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista no início da década do século XX é chamado a responder as demandas da classe trabalhadora, e nesse processo da contradição trabalho-capital, a resolução dada pela profissão era moralista e tendenciosa. Segundo Eurico (2011), à medida que o Serviço Social surge profundamente marcado pelo Apostolado Católico, analisando a questão social como problema moral e religioso,

as relações sociais não são problematizadas, uma vez que as reflexões da categoria privilegiam as ações direcionadas a resolução moral, das contradições de classe.

A partir do movimento de reconceituação do Serviço Social e várias modificações sócio históricas que consolidam o amadurecimento do Serviço Social na década de 1980, a partir de uma concepção orientada pela ideologia marxista, que entende a dialética que move a realidade social, o serviço Social rompe com o conservadorismo, e realiza diversos seminários, fóruns e atividades voltadas para esse novo cenário.

Neste sentido, o Serviço Social assume seu caráter político no enfrentamento da questão social, entende que sua defesa é a da classe trabalhadora e que exige disputas de projetos societários que lhe coloca em uma posição social que têm um lado.

O código de ética profissional de 1993 é o primeiro da categoria que insere como um dos seus onze princípios, a questão do combate à discriminação de raça, gênero, etnia, entre outras. Isso demonstra uma abertura para a questão étnico-racial.

Os direitos humanos em defesa da classe trabalhadora são aprofundados pelo Serviço Social, o que coloca as questões antes secundarizadas, como raça e direitos, em evidência. Mas ainda assim a temática racial não se esgota, ainda é pouco desenvolvida pela categoria profissional.

Dessa perspectiva de entendimento na historiografia brasileira dominante e por perceber que as pessoas negras têm acesso desigual aos direitos sociais, é que se perpassa a construção teórica deste trabalho.

Tendo em vista que nas primeiras décadas do século XX a produção capitalista modifica as relações sociais, e a questão racial começa a ter visibilidade a partir dos movimentos negros e de suas lutas travadas no bojo dessa sociedade.

As intelectuais negras Lélia Gonzales (2019), Beatriz Nascimento (2019) e Sueli Carneiro (2019), ativistas, brasileiras inseridas nos movimentos sociais, percebem que suas pautas não são consideradas nos movimentos negros e feministas, isto é, o movimento negro não respalda o gênero, e o movimento feminista não pontuava a raça, o que desencadeou o movimento feminista negro, e toda produção teórica desse movimento e de intelectuais negras que estão presentes desde sempre na luta contra o racismo, machismo, e demais formas de opressão presentes na sociedade capitalista.

A constituição do pensamento feminista negro se materializa a partir das experiências das mulheres negras e se constitui como teoria social crítica desse pensamento porque engloba toda essa estrutura, tendo em vista que o conceito teórico metodológico construído para dar conta dessa teoria se conceitua como interseccionalidade.

A interseccionalidade, conceito teórico com perspectiva metodológica especificamente estudado pela Kimberle Crenshaw (2002), requer analisar os marcadores sociais da opressão entre gênero, classe, raça, geração, sexualidade, entre outros, a partir das experiências das mulheres. É o atravessamento do sistema econômico, social, político que provoca marcas da opressão nesses corpos negros. A emergência desse conceito expõe a ausência dele nos espaços acadêmicos e na sociedade, mas demonstra a resistência das mulheres que ali estão. Temos o exemplo de Benedita da Silva, formada em Serviço Social, com carreira política no Brasil (PT), que sofreu inúmeras violências.

E sobre Benedita no poder, Sueli Carneiro (2019) assinala:

Com Benedita da Silva assistiu-se em diferentes ocasiões as manifestações a cerca do caráter inusitado da sua presença em redutos do poder. Quando Deputada teve que suportar o presidente do SEBRAE, à época, dizer, a propósito de ilustrar a desfiguração de projetos de lei que sua área sofre no congresso que “no congresso entra uma coisa assim, tipo Marilyn Monroe e sai outro tipo Benedita da Silva”. Quando Governadora as manchetes alardeavam: “mulher negra ex-favelada assume pela primeira vez o governo do Rio de Janeiro”. Essa foi a tônica das manchetes sobre a ascensão de Benedita da Silva ao governo do Rio. As ênfases à condição de raça, gênero e classe da governadora eram exemplares do ineditismo de que o fato se revestia. E algumas vezes foram ambíguas o suficiente para deixarem à mostra, misturada à celebração do fato, o desconforto com a sua inadequação
(CARNEIRO, S. 2019, P.4)

Em relação ao objeto desse estudo, é necessário entender sobre a interseccionalidade, porque é a partir dessa construção teórica de feministas negras que as experiências dessas mulheres assistentes sociais foram analisadas, como diz Lorde (1979):

Aquelas de nós que estão fora do círculo da definição desta sociedade de mulheres aceitáveis, aquelas de nós que foram forjadas no calvário da diferença — aquelas de nós que são pobres, que são lésbicas, que são negras, que são mais velhas — sabem que sobrevivência não é uma habilidade acadêmica. É aprender como estar sozinha, impopular e às vezes injuriada, e como criar causa comum com aquelas outras que se identificam como fora das estruturas a fim de definir e buscar um mundo no

qual todas nós possamos florescer. É aprender como pegar nossas diferenças e transformá-las em forças. Pois as ferramentas do mestre não irão dismantelar a casa do mestre. Elas podem nos permitir temporariamente a ganhar dele em seu jogo, mas elas nunca vão nos possibilitar a causar mudança genuína. E este fato é somente ameaçador àquelas mulheres que ainda definem a casa do mestre como a única fonte de apoio delas (Lorde 1979, p.1)

Nesta dissertação, é usada as ferramentas do pensamento feminista negro para dar conta das experiências de quem vive atravessada por essas estruturas, e não as “ferramentas do mestre”, pois, tal como na citação de Lorde (1979), essas ferramentas, no mundo acadêmico, abrem espaço para a ciência colonizadora, que subsidia um sistema desigual e opressor que mantém as estruturas de poder mediante a opressão marcada por gênero, raça/etnia e classe social. Confiei este projeto a uma teoria que denuncia a essa estrutura econômica, política e social descolonizadora do pensamento, da ciência e das práticas racistas.

O feminismo que construiu essa perspectiva de teoria é o “ Feminismo Negro”, responsável pela construção do conceito teórico com perspectiva metodológica da interseccionalidade, feminismo esse que luta pela descolonização. O “feminismo negro” traz em sua gênese a consciência do processo de colonização moral, ética, cultural e social que oprime, portanto, a denominação Feminismo Interseccional, que pode reduzir e obscurecer tanto a origem como a trajetória de luta das protagonistas desse processo, pois há uma confusão com relação a denominação das responsabilidades analíticas.

Se as mulheres negras de modo geral, são atravessadas pelo racismo, sexismo, machismo, e vulnerabilidades socioeconômicas, como assistentes sociais negras são visualizadas pela profissão? Qual o protagonismo? De que forma essas mulheres negras enxergam essas estruturas em suas experiências e trajetórias?

A pesquisa de campo utilizou como recorte as assistentes sociais negras, que se reconhecem como tal, e que compõem/compuseram gestões nos conselhos, e que aceitaram participar da pesquisa, abrangendo os Estados do Tocantins e Goiás, portanto, trabalhamos com profissionais do CRESS/TO, e CRESS/GO, além disso, buscou-se a gestão do CFESS para a representatividade.

A análise da pesquisa de campo apresenta as particularidades das experiências profissionais do trabalho da assistente social e pessoal, a partir das falas das sujeitas entrevistadas e revelam como estas lidam com essas particularidades no exercício profissional e pessoal. A linha tênue desse espaço é

carregada de contradições, pois a pesquisa tem seus limites, desafios e possibilidades de alcance, tendo em vista que essas profissionais também atendem usuárias da população negra, neste sentido, a possibilidade se dá nesse contexto profissional e pessoal.

No esforço de responder essas indagações, o conteúdo deste trabalho foi organizado por eixos que provoquem a problematização acerca da estrutura do pensamento feminista negro e suas teorias, trazendo as principais correntes e suas implicações, e optamos por analisar: o pensamento feminista negro como teoria social crítica.

O capítulo I apresenta uma análise de três eixos de opressão que comporta a interseccionalidade: o racismo como ideologia, e o que isso constrói sobre o ser negro na sociedade de classes, como essa ideologia se configura como verdade, mesmo sendo falsa e molda o racismo estrutural e institucional e a classe como hierarquia, e tenta-se refletir sobre como isso é um problema se for pensada em sua estrutura como principal, sem considerar as demais opressões.

O item gênero como fator determinante porque, as mulheres, especialmente as negras são as marginalizadas neste processo e por isso estão na base da pirâmide social, porque o sistema econômico, social, político, da estrutura os mantêm em papéis de desprivilegiados e de maior índice de falta de acesso aos direitos e oportunidades. Ao final do referido capítulo, resgata-se as implicações do sistema às mulheres negras, trazendo resultados históricos e estatísticos dessa realidade.

No capítulo II, problematizamos o pensamento feminista negro, o conceito e o método da interseccionalidade, a partir das feministas negras, em um contexto transnacional, incluindo o brasileiro.

No capítulo III, analisamos inicialmente a história do Serviço Social, nexos com a escravidão, as formas de exploração do trabalho livre e argumentos plausíveis que demonstram a ausência da temática de raça, na gênese, na formação em serviço social, e denota essa escassez ainda nos dias atuais, tendo em vista a construção do conhecimento científico. Trazemos ainda a história dos Conselhos Federais de Serviço Social e Regional, conjunto CFESS/CRESS, porque estas instituições foram entendidas para nós, como espaço de saber-poder e visibilidade na profissão. Buscou-se elucidar as experiências das mulheres negras nestes espaços, e por fim, a pesquisa de campo.

O compromisso deste trabalho com o conhecimento científico se desvela em cada passo adiante, em cada aprendizado encarado nas experiências, em cada entrevista realizada e escutada e em cada livro novo lido. Desse modo, esta pesquisa tem um objetivo para além dessa construção, que é o de provocar, problematizar, refletir, e convocar a nossa categoria profissional e as demais para um chamamento em defesa da democracia em sua forma plena, assumindo a responsabilidade histórica com a questão étnico racial e a população negra neste cenário de contradições e desmontes. Este se coloca no embate na contra proposta do colonialismo da ciência, e traz à luz do debate as experiências das mulheres negras assistentes sociais como centrais para uma análise ampliada e responsável na luta contra todas as formas de preconceito.

CAPÍTULO 1 – A INTERSECÇÃO DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE.

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença, porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto².

Lélia Gonzalez

Gênero, raça e classe se constituem como um dos eixos estruturantes que atravessam a vida das mulheres negras provocando desigualdades e proporcionando a estas uma série de vivências e experiências diversificadas.

Este atravessamento formou o pensamento feminista negro e, por conseguinte, o método teórico da interseccionalidade, demonstrando ainda como estas opressões se organizam: raça como ideologia, classe como hierarquia e gênero como fator determinante, têm muito a dizer sobre o lugar dado às mulheres negras, estão imbricados e por isso são fatores geradores de desigualdades, essas por sua vez, serão analisadas neste capítulo.

1.1 O racismo como ideologia

Ao analisar o racismo brasileiro, é necessário entender de que forma este foi se constituindo na sociedade por processo de formação ancorado em uma cultura escravocrata e colonial por quase 400 anos. O legado histórico permanece sob a forma de dominação estrutura racista que se mantém até a atualidade. A condição atual da população negra, em especial das mulheres, revela o descaso materializado pela falta de ações e políticas públicas de resistência e superação de um passado ainda presente.

Conforme retratam Silva et, al (2011), o Brasil, enquanto colônia tropical, tinha a função de fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância como açúcar, ouro, algodão. Assim, a agricultura acabou se tornando a base econômica para o desenvolvimento do país, que de acordo com

² GONZALEZ, Lélia. Pensamento Feminista Brasileiro Formação e contexto - Racismo e sexismo na cultura brasileira; organização Heloísa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: bazar do tempo, 2019.

Prado Jr (2006), possui três características principais que se combinam e se completam: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo.

O trabalho escravo foi imprescindível para a riqueza capitalista, ou seja, para o acúmulo dessa riqueza. Porém, nada foi compartilhado com a população negra. Essa situação é ancorada a uma ideologia, mas o que seria essa ideologia? O que constitui essa ideologia racista?

Escravidão é uma forma de apropriação de um ser humano por outro com o propósito de explorar a força de trabalho sem remuneração, com o controle total sobre a pessoa escravizada. É muito mais do que exploração econômica. É uma dominação física, psicológica, social, cultural. O pressuposto da dominação é a crença da superioridade de uma raça, nação, povo ou classe social sobre outra considerada inferior, desprovida de humanidade, espiritualidade, cultura, história e ancestralidade. A ideologia racista se sustenta na convicção da superioridade da raça branca. Esta, arbitrariedade perdura nos espaços sociais desde o período colonial, e suas consequências chegam a contemporaneidade. A ideologia faz, constrói, reconstrói, cria, recria imagens, status, estereótipos, isso tudo para manter uma estrutura, um poder, uma força.

Essa estrutura de poder também se materializa em imagens, inclusive aquelas criadas a partir do olhar e das ideias do dominador. A forma como essa imagem é construída e também é praticada. Dessa perspectiva Borges (2019), afirma que a ideologia seria um conjunto de ideias que legitimam a estrutura dominante. A ideologia seria expressa no resultado de uma necessidade interna.

Desse modo, expressa a necessidade do dominador em manter-se no poder de todas as estruturas sociais, inclusive a estrutura do conhecimento, da consciência humana, pois, quando se visualiza uma pessoa negra em uma posição de prestígio social, há uma estranheza! Porque, comumente se está acostumado ou educado a enxergar a pessoa negra numa posição de menor prestígio.

Não significa que estar numa posição de menor prestígio social seja um problema, do ponto de vista do preconceito, em decorrência da função exercida, diga-se de passagem, que o problema é de fato estrutural, está na consciência das pessoas, está construído no tecido social. Essa construção é a ideologia, e está direcionando o poder nas relações e inclusive de mantê-la no sistema capitalista. O filósofo Michel Foucault (2002), não utiliza o conceito ideologia, mas o desenvolveu

como micropoder, este dispositivo está ligado aos processos disciplinadores de um poder que se estabelece diretamente no corpo.

Segundo Borges (2019), partindo do conceito utilizado por Foucault (2002) de dispositivos, a rede de instituições, discursos, leis, etc. nominam “dispositivo racial” como conceito para dar conta da análise do racismo como estruturador e, portanto, ideológico, da sociedade brasileira.

A ideologia é o construtor das estruturas sociais, no que tange as ideias de determinados grupos e indivíduos na qual se baseia as relações socioeconômicas e de poder. A forma como essa ideologia do poder dominante foi construída tem a ver como as relações sociais, econômicas e políticas foram constituídas no país.

A forma como este dispositivo racial, ou ideologia racista funciona para estruturar a desigualdade racial se alimenta e têm como estratégia as relações de força, sustentando crenças e saberes. Desse modo, entende-se como detentores da manutenção dessas relações de forças e, com isso, uma estrutura que vem com ela, o acesso a direitos e oportunidades.

A correlação de força se expressa de forma desfavorável à população negra, mesmo sendo maioria no Brasil, pois, historicamente, lhe é preterido os espaços de direitos e oportunidades e com isso, há negação dessa humanidade. Esse negacionismo ocorre quando não há ocupação dessa população com equidade e igualdade nos espaços como a educação, a docência no ensino superior e a política eleitoral. Isso ocorre porque, majoritariamente, lhe é negado a cidadania, isto é, o direito à moradia, saúde e alimentação de qualidade, pois, essa população possui massivamente uma renda baixa, inferior à população branca.

Desse modo, a estruturação dessa ideologia funciona no Brasil também como mito, um mito que vem se desenvolvendo com a ideia de democracia entre todas as raças, o que por trás disso revela mestiçagem ocorrida durante a colonização por diversos motivos, um deles foi o estupro de mulheres negras e indígenas. Desse modo, a ideologia forja a ideia de relações equânimes, alegando que estas populações (branco, negro e indígena), no Brasil, vivenciam as mesmas oportunidades e os mesmos direitos, moldando o pensamento das pessoas.

Almeida (2019) é incisivo ao dizer que o racismo como ideologia molda o inconsciente. Dessa forma, a ação dos indivíduos, ainda que conscientes, “se dá em uma moldura de sociabilidade dotada de constituição historicamente inconsciente”. Ou seja, a vida cultural e política no interior da qual os indivíduos se reconhecem

enquanto sujeitos autoconscientes e onde formam os seus afetos, é constituída por padrões de clivagem racial inseridos no imaginário e em práticas sociais cotidianas. Desse modo, a vida “normal”, os afetos e as “verdades” são, inexoravelmente, desdobrados de uma ação consciente para existir (ALMEIDA, 2019, p.64).

Neste contexto, se o racismo é estrutural porque é uma ideologia e atravessa outras categorias porque está no tecido social, não depende do indivíduo especificamente e sim das formas que foi construído, como uma teia que independe da consciência. Se for branca, os seus privilégios não dependem de suas vontades individuais, e sim do que está colocado como oportunidade para quem é, isto é, a estrutura social pensando para garantir privilégios para brancos. Por outro lado, se for negra, a forma como é colocado, isto é, estigmatizado, também independe de sua vontade e por diversas vezes ambos podem não perceber essa estrutura.

Conforme Almeida (2019), o racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo o momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional.

Ele é reforçado porque reproduz a estrutura racista e o público se convence que negras são mulheres fortes, que aguentam tudo, e que nasceram para trabalhos manuais, que não necessitam de educação, da mesma forma reforça que homens negros também são fortes, são criminosos e preguiçosos.

A reprodução que se faz, é naturalizada, os corpos negros são objetificados, tratados como um produto ou mercadoria, desse modo, é tido como natural a desvalorização desse corpo, por isso é reforçado em diversos espaços que seu lugar não é outro se não o de servir, inclusive o acadêmico porque não é comum sua presença como protagonista.

Nessa lógica, a ideologia racista que forja o imaginário social, político, econômico e cultural, vai além dessa construção irreal, que segundo Almeida (2019), a ideologia, portanto, não é uma representação da realidade material, das relações concretas, mas a representação das relações que temos com essas relações concretas. Isso faz com que a ideologia mais que um produto do imaginário seja, antes de tudo, uma prática.

E essa prática é construída para convencer de que a estrutura racial como está posta é normal, que existe lugar de negras e lugar de brancas, para vendiar os olhos ao reproduzir o racismo ou ao ver e entende-lo como uma prática corriqueira e normal.

No Brasil, onde há uma falsa ideia de democracia racial, isso se faz com maestria. Se a maioria da população pobre é negra, é criminalizada, e é colocada em um lugar de subalternidade, ninguém se espanta com essa realidade, pois ela é reforçada nas representações que temos das relações. Esse reforço existe justamente para naturalizar a questão, ou seja, para não ser visto, ou questionado.

As mulheres negras não podem ser vistas em lugares de ascensão ou prestígio social, e quando se chega lá, existe um sistema jurídico, econômico e político que perpetua essa condição de subalternidade. Quanto ao sistema jurídico, refere-se as formas de organização das instituições e leis, tendo em vista o racismo institucional também. Logo sustenta a base da pirâmide social em decorrência dessa estrutura. Conforme Almeida (2019), o racismo é uma ideologia, desde que se considere que toda ideologia só pode subsistir se estiver ancorada em práticas sociais concretas.

Essas práticas concretas, são reforçadas e mantidas, para sustentar o poder de quem os detém, o que significa que o racismo e as práticas discriminatórias são garantidos porque reforçam e são mediadas pela ideologia, esta por sua vez, mediadora do imaginário social que cria e pratica.

São diversas essas práticas, assistem-se na televisão, ou nas redes sociais, diversas manifestações de racismo, sejam efetivadas pelo estado, pelos jornais, telenovelas ou pelo esporte. A prática de fato é corriqueira, está presente, e quem as enxerga? Quem as ampara?

Não há uma garantia de segurança ou de combate a essa estrutura, mesmo que o racismo esteja amparado pela Constituição de 1988, mesmo que seja crime inafiançável, pois o racismo brasileiro é peculiar, é velado, é camuflado, é forjado, disfarçado e está construído em uma estrutura que ainda não foi passível de receber uma investida dessa envergadura como um crime.

Tendo em vista a estrutura que se constitui as instituições, as relações políticas, econômicas e culturais desfavoráveis aos negros e pobres, sendo assim, como um estado que mata jovens negros vai garantir uma estrutura antirracista? Há quem se deve recorrer diante disso?

Têm-se vários exemplos do atravessamento do Estado, violando direitos humanos e matando jovens, crianças negras, inclusive a caminho da escola, tudo em nome do combate ao crime ou guerra às drogas. A questão é complexa e exige uma reflexão detalhada. No entanto, por que toda essa intervenção do Estado frente

às drogas, apenas ocorre nas favelas? Lugares majoritariamente ocupados por pessoas negras e pobres.

Ainda em relação a letalidade e silenciamento do povo negro, se tem o caso de assassinato de Marielle Franco, ocorrido no dia 14 de março de 2018, no Rio de Janeiro. Uma mulher negra, periférica, vereadora, defensora dos direitos humanos, morta porque incomodava especialmente o sistema de segurança do país, e em nome e a serviço de quem ela foi morta?

Ocorrem diversas manifestações do racismo em decorrência da posição artística ou esportista por jovens negros e não se visualiza notícias de sanções como, por exemplo, pena privativa de liberdade, sendo crime inafiançável. Crianças negras, periféricas, são assassinadas indo à escola, e não há resultados concretos nas investigações. Há um silenciamento.

Há mulheres negras morrendo em decorrência do aborto, não apenas mulheres negras, mas os índices de raça e cor apontados pela Onu (2018), apontam esse recorte. Isso se deriva da ação abortiva realizada por vias clandestinas, pois não há possibilidade de fazer no sistema público, pelo contrário, o procedimento é criminalizado. São altos os níveis de mortalidade infantil, são altos os índices de doenças sexualmente transmissíveis, de tuberculose, de hanseníase etc.

São diversas as formas que o racismo estrutural se manifesta em nossa sociedade, a forma como a ideologia é praticada e repetida vezes se transforma como um produto verdadeiro das representações sociais concretas. Passa a ser naturalizado, encarnado como verdade.

Essa é a perversidade do racismo como ideologia, as relações ganham espaço e corpo nesta estrutura, porque vem sendo construída há muitos anos, não apenas a partir do sistema escravocrata, mas antes, pois, para a concretização desse sistema, foi necessário uma ideologia que não reconhece as/os negras(os) como seres humanos.

A desumanização naturalizada da população negra, logo transformada em mercadoria, depois em “trabalhadores livres”, não mudou os formatos das relações, como diz Nascimento (2019), as ocupações continuam sendo as mesmas que no período escravocrata.

Nesse íterim de complexidade que envolve a ideologia racista, é importante dizer que há séculos essa naturalização vem sendo construída e praticada, desse

modo, outras formas de sociabilidade para a desconstrução dessa ideologia se faz justa e urgente.

A combinação da ideologia racista com o mito da democracia racial, a condição de subalternidade que envolve a condição socioeconômica que é exposta majoritariamente as pessoas negras, e a inferioridade da condição do gênero feminino, nesses aspectos, formam intercruzamentos onde uma determina a outra.

Essas determinações em conjunto com a ideologia racista impõem divisões sociais que são barreiras difíceis, mas não impossíveis de serem quebradas. É importante analisar como pensar as maneiras de entender este processo, onde pessoas são mais privilegiadas que as outras em decorrência de sua cor de pele.

Esses privilégios estão alocados especialmente no fator trabalho e educação, que são tidos como importantes condicionantes para promover mobilidade social, política e econômica a um grupo. Neste sentido, é importante construir desde a base primária da educação universal, políticas de reconhecimento dessas barreiras, e formas de combate a elas.

Para além da legislação de cotas, na educação e no trabalho, além do ensino de cultura afro-brasileiro no sistema de educação, é urgente uma conscientização por dentro de todos os espaços, de forma que isso chegue as famílias brasileiras. Para de fato desnaturalizar o enraizamento da ideologia racista.

O Estatuto Racial (BRASIL, 2010) precisa ser implementado em sua integralidade, respeitando o investimento as políticas sociais que considere a desigualdade racial. É importante a continuidade de mobilização para além do dia 20 de novembro³.

Essa mobilização é importante na medida em que forças de classes contrárias entram no combate exacerbado contra todos esses direitos, assim como há atualmente uma série de episódios racistas. Todo esse combate contra a reparação da desigualdade racial, como coloca Amaro (2019) pode ser entendido: temos que defender a sociedade contra todos os perigos (interesses e elementos heterogêneos) dessa outra raça, dessa sub-raça, dessa contra raça, que busca visibilidade e ascensão.

Toda essa relação da ideologia dominante envolvendo o medo do “outro” para além de uma disputa de um grupo contra o outro, se revela como uma estratégia

³ Fernandes, F. Significado do protesto negro traz análise sobre o movimento de organização da luta do povo negro pelo dia 20 de novembro.

global de uma estrutura conservadora. Essa relação funciona como o centro nas relações racistas.

Por isso há prevalência de reações racistas quando há existência de pessoas negras que se ascendem ou tem um *status* social de maior prestígio, pois historicamente aquele lugar não é seu, ou não pode ser, logo qualquer atitude da pessoa negra começa a ser ridicularizada, analisada, ou avaliada.

Essas são as manifestações latentes de preconceito racial que nem sempre é vista como tal, porém, à medida que estas reações avançam, o movimento precisa avançar também, enfrentando e resistindo o silêncio que não pode mais prevalecer e se faz emergente o grito por justiça e liberdade, e ele é para agora.

1.2 Classes como hierarquia

A classe social como uma categoria histórica, política e filosófica, traz consigo uma série de embates teóricos, porém, recorre-se nesse trabalho ao conceito construído pela teoria Marxista, por meio da dialética. Tendo em vista que, a totalidade desta não se esgota nesta teoria, é contínua, pois, estamos vivenciando as experiências em decorrência da estrutura social.

Desse modo, as formas como foram constituídas as classes sociais, têm a ver com a transformação econômica, social e política além das revoluções burguesas que serviram de base para esse surgimento.

Segundo Marx (1985), na idade média, os cidadãos de cada cidade eram obrigados a se unir contra a nobreza proprietária de terra para preservar a própria pele. A ampliação do comércio e o estabelecimento de comunicações levou cidades isoladas a conhecer outras cidades que tinham afirmado os mesmos interesses na luta contra idêntico antagonista. Das muitas corporações de classes, de burgos, nasceu, gradualmente, a classe de burgueses. As condições de vida de cada habitante dos burgos tornaram-se existentes e do modo de trabalho determinado por estas, condições comuns, a todos eles independentemente de cada indivíduo. Os burgueses tinham errado as condições, na medida em que se libertavam dos laços

feudais, eram criadas por elas na medida em que eram determinadas por seu antagonismo ao sistema feudal que encontraram em vigor.

Nesse seguimento Marx (2017), afirma que a humanidade adotou um método simples para incentivar a acumulação do capital, a qual, desde os tempos de Adão, já se prefigurava em seu espírito como o fim de último e único de sua existência. Ela se dividiu em proprietários de capital e proprietários de trabalho. Essa divisão resultou de um entendimento voluntário, de uma combinação.

Neste sentido, conforme Marx e Engels (1998), classe social é uma categoria histórica, isto é, as classes sociais estão ligadas ao desenvolvimento da sociedade, sendo encontradas no interior das estruturas sociais construídas historicamente. Por isso é que faz pouco sentido os sociólogos da escola da estratificação falarem de classes altas, médias e baixas em todas as sociedades em todos os tempos. Ainda, as classes sociais não são imutáveis no tempo, formam-se, desenvolvem-se e modificam-se à medida que a sociedade também se transforma.

Segundo Netto (2011), a classe diz respeito aos interesses econômicos das pessoas, e o pertencimento do indivíduo a determinada classe está dado pela sua situação econômica, ou seja, pelas condições determinadas pelo mercado de bens e de trabalho. Essas pessoas estão ligadas por meio de um componente causal comum específico de suas oportunidades de vida; não necessariamente compartilhando o mesmo prestígio social.

Saffioti (1987) diz que

No plano das classes sociais, a maioria esmagadora dos homens constituída de trabalhadores que, em troca de um salário, obedecem às ordens de patrões. Estes constituem a minoria que detém poder econômico. A esta forma de poder associa-se, quase sempre, o poder político. Esta associação permite a minoria impor regras de conduta a maioria. E desta forma que os poderosos disciplinam e controlam a mão-de-obra assalariada, cujo trabalho lhes garante auferir grandes lucros (Saffioti, 1987, p. 21).

Essas diferenças ou desigualdades com relação ao privilégio que se alcança a partir do pertencimento em determinada classe, implica nas causalidades ou consequências da questão social e as formas que atingem determinadas pessoas a partir de outros fatores para além da questão econômica, como a raça e o gênero estão diretamente ligados com a classe de modo a influenciar na contradição

trabalho x capital. Como ponto de partida crucial, para Marx, o sistema político e econômico está imbricado e se reproduzem com as mesmas contradições.

São essas determinações econômicas, políticas, sociais, raciais e de gênero que constituem a classe trabalhadora. Esta sabe que trabalha para além da garantia de seu salário, sabe que parte ou mais de seu trabalho extensivo é para garantir altos lucros ao patrão, por isso, a classe também responde com reivindicações, seja pela diminuição da carga horária, seja por outros auxílios, como alimentação, transporte, entre outros. Tem-se nesta a relação com a organização destes trabalhadores em sindicatos de classe que lutam pela reivindicação desses direitos.

Saffioti (1987) questiona, por que nestes sindicatos, sendo uma forma de organização da classe trabalhadora, é difícil a participação de mulheres? Ou por que demonstram certo silêncio para apoiar a causa das mulheres, por creches, remuneração igualitária, cumprimento da legislação com relação aos direitos reprodutivos e proteção a maternidade?

Se a luta contra o patriarcado fosse tomada por todos os trabalhadores em conjunto com as trabalhadoras, segundo Saffioti (1987), a renda salarial da família aumentaria, porque teríamos igualdade de renda, considerando que as mulheres trabalham fora e dentro de casa e geralmente sua renda é menor que a do homem. O que respeitaria o princípio básico da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de isonomia salarial. Desse modo, há uma perda financeira da classe trabalhadora.

Saffioti (1987), afirma que não é demais insistir que a consciência destes fenômenos não brota espontaneamente no seio das classes trabalhadoras. Quem está em busca por um lugar ao sol, competindo por um emprego que lhe garanta a sobrevivência, assim como a de sua família, quem se sente obrigado a prover todas as necessidades do grupo familiar, porque é seu chefe, não tem olhos para a direção em que correm os benefícios deste estado de coisas. Obviamente, a classe patronal tem o maior interesse na existência de categorias sociais discriminadas: mulheres, negros, homossexuais. Quanto mais discriminada uma categoria social, tanto mais facilmente ela se sujeitará a trabalhar em más condições e por baixos salários.

Na concepção de Marx (2017), classe social não tem a ver apenas com questões de ordem econômica, para ele, a classe está ligada a uma totalidade histórica, cultural e política. Para Marx (2017), “a classe era um princípio único e dominante e quando um sistema social se estabelece as três dimensões convergem

e as hierarquias econômicas, política e cultural se identificam”. Todavia, a classe não funciona apenas em um princípio único e dominante, conforme analisa Saffioti (1987), sem dúvida, o machismo do trabalhador volta-se contra ele mesmo: primeiro, porque ele paga um preço excessivamente alto para mandar na mulher; segundo, porque a supremacia masculina impede, ou pelo menos dificulta o avanço das lutas das classes trabalhadoras.

Se esses critérios são determinantes para a constituição de uma classe social, como raça e gênero se convergem dentro dessa estrutura estabelecendo hierarquias de classe? Nota-se que a divisão sexual e racial do trabalho em consequência desses determinantes se articula de modo a constituir os mais desiguais estratos na sociedade de classes.

A classe social está dentro de uma estrutura e sua constituição está diretamente ligada ao sistema econômico e as formas como se combina para a exploração do trabalho do outro, agregando riqueza e valor da força de trabalho.

Como ressalta Cisne (2015), a divisão sexual do trabalho é uma das formas centrais para a exploração do capital sobre o trabalho. Essa divisão segmenta os trabalhos de homens e mulheres e hierarquiza tais trabalhos de forma a subalternizar os considerados naturalmente femininos em relação aos considerados naturalmente masculinos.

Se essa relação acontece de modo hierárquico com relação aos papéis femininos e masculinos, é imprescindível como essa relação hierarquiza ainda mais o papel da mulher negra na sociedade de classes, pois se a mulher negra está na base da pirâmide social, justamente por não conseguir sair dessa condição de subalternidade que lhe foi atribuída na construção hierárquica entre homens e mulheres, as negras são as que sempre trabalharam, porém, em condições de maior desvalorização e prestígio social.

A exploração do capital sobre a força de trabalho exige, segundo Cisne (2015), perceber a particularidade da exploração do trabalho da mulher, essa exploração não se dá de forma diferente e sim de forma acentuada com relação à exploração do homem.

Essa acentuação ocorre ainda de modo mais latente às mulheres negras, neste sentido, não dá para compreender a particularidade dessa relação, entre exploração, patriarcado, sem considerar a raça/etnia como categoria que atravessa a classe social e o gênero.

Se a exploração da força de trabalho da mulher gera mais-valia e lucro do mesmo jeito que a força de trabalho dos homens, há uma particularidade na exploração porque o salário pago ao trabalho do homem é mais valorizado e sofre uma convergência quando o país tem uma história que acumulou riqueza também devido à escravidão. Tratando-se dos estudos sobre essa particularidade no Brasil, iniciou-se tardiamente como retrata Silva Cisne (2014),

No Brasil, os estudos sobre a mulher e a questão de classe iniciam-se a partir de 1960. Com o feminismo, quebra-se a hegemonia da classe trabalhadora, estimulando-se desdobramentos políticos de práticas coletivas reivindicatórias. Considerando a classe operária dividida em dois sexos, à mulher destinam-se os baixos salários, os trabalhos precários e as atividades extenuantes dentro/fora de casa. A classe é massa heterogênea, nela identificando-se “raça”/etnia e sexo. O capitalismo não é mera divisão de classes opostas: é sistema que marginaliza setores, inferioriza a mulher em função do sexo (CISNE 2014, p.334).

O Brasil tem uma dívida histórica com a população negra, pois, se apropriou violentamente de sua força de trabalho e posteriormente os relegou a uma situação pior do que animais, o que resultou em consequências para os mesmos e os que descendem de negros. Essa situação se agravou no sistema capitalista, nas relações de trabalho x capital, caráter contraditório nos antagonismos de classes, proporcionando, como afirma Cisne (2015), uma particularidade que deve ser analisada considerando-a.

Engels (1979) diz que a primeira divisão do trabalho foi a existente entre a mulher e o homem para procriação e o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia, e a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino.

Considerando o exposto anteriormente, questiona-se se a primeira opressão do sexo feminino pelo sexo masculino que ocorreu com a procriação e a monogamia, perguntar-se o que ocorreu com as mulheres negras antes, durante e depois do período escravocrata, não foi uma divisão do trabalho de forma bem estratificada correlacionando classe, gênero e raça?

De que forma essa exploração do trabalho, sendo um componente específico na sociedade de classes como hierarquia posicionou/posiciona a situação das mulheres negras? Pode-se afirmar que posicionou as mulheres negras, nas condições mais degradantes, relegando a elas o espaço de menor valor e prestígio

social, geralmente o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos de patrões, a cozinha, papéis também assumidos no período escravocrata.

Classes sociais como categoria analítica e como sistema hierárquico, nas relações de poder, devem ser analisados de forma a considerar tais eixos, não dá para pensar isso de forma secundarizada, é necessário uma reavaliação do que classe social representa a nós mulheres negras, não somos apenas classe trabalhadora (majoritariamente), somos classe trabalhadora negra, que é excluída das possibilidades de ascensão ou mobilidade.

Segundo Davis (2016), a raça é como a classe social que é vivida. Isso complementa-se no caso do brasileiro, onde a raça sempre foi invisibilizada como se não fosse majoritária na classe trabalhadora, inclusive na gênese do Serviço Social, há um silenciamento ao atender parcelas da classe trabalhadora, os profissionais não consideravam o perfil étnico racial como primordiais na estrutura de classes.

Analisar as classes sociais, é necessário, não como hierarquia, mas como categoria, e experiência vivida por diversas populações marginalizadas em decorrência da forma como o gênero molda o sexismo e como raça, exclui oportunidades, no sentido da ideologia racial dominante.

A consciência das trabalhadoras e trabalhadores, sobre como a classe social e o sistema de dominação do macho e do racismo agrega valor aos patrões, necessita de atenção especial na tentativa de reverter e construir mecanismos ou armas capazes de combater essas estruturas, tendo como luz uma democracia plena e não pela metade.

1.3 Gênero como fator determinante

A categoria de gênero foi constituída e cunhada por feministas, que por longos períodos foram capazes de desconstruir e questionar a naturalização biológica das normas e padrões impostos sobre o sexo feminino e masculino, ampliando a visão acerca do que foi construído nas relações patriarcais dentro do seio familiar e público, tomando a mulher e as múltiplas identidades que o ser mulher comporta como objeto de dominação. Por isso, optou-se por afirmar o conceito gênero, neste trabalho, considerando o atravessamento de classe e raça como fundamentais para entender a desigualdade das mulheres negras.

Desse modo, a construção social do gênero implica modos de ser masculino e feminino em seu sentido cultural, social e não necessariamente na sua forma anatômica. Essa construção significa contrapor a ideia de que a mulher é frágil e deve se dedicar as tarefas de cuidado devido à maternidade, e os homens como caçadores, e por isso são relegadas tarefas de posição semelhante a “chefes de família e nos postos de trabalho”.

Conforme Saffiot (1987), a identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída por meio da atribuição de distintos papéis que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com precisão, o campo em que opera a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem.

Decorrente dessa estrutura, é ensinado a entender essas determinações ao trabalho doméstico, ou que requerem cuidados, como nossas, por natureza, não entendendo como a cultura que se constrói acerca da assimetria do gênero são basilares para a formação dessa naturalização dos espaços.

Junto ao movimento feminista, surge à ampliação sociocultural do conceito de gênero, especialmente com algumas pensadoras como Simone de Beauvoir (1970) e seu questionamento como construto do que é ser uma mulher ou tornar-se uma mulher. Essa constituição se deu por meio da contribuição de intelectuais, seja do espaço acadêmico ou do movimento feminista, o que resultou na categoria analítica de gênero e suas diversas complexidades.

De acordo com Cisne (2012), os estudos acerca da categoria gênero, no Brasil, irão surgir atrelados aos movimentos feministas entre as décadas de 1970 e 1980. As discussões referentes a esta categoria surgem com o intuito de desnaturalizar as desigualdades entre homens e mulheres que permeavam a época e eram vistas pela sociedade como determinantes e concretas nas relações sociais.

Ao analisar a categoria gênero, requer entender a forma como os papéis sociais atribuídos ao binômio feminino/masculino estão posicionados na sociedade de classes. De forma diferenciada, essas formas são geradoras de desigualdades históricas e resultam uma série de desvantagens ao gênero feminino e todos os outros que divergem do masculino.

Scott (1990) afirma que a categoria gênero surge da necessidade das feministas de reinscrever a história das mulheres, suas heroínas, suas vivências, e a compreensão das desigualdades em virtude da dominação masculina na sociedade,

o que leva, a partir dos anos 1970, a uma intensa movimentação acerca da conceituação deste problema, desvinculando a questão sexual e biológica. Segundo Scott (1989), as feministas começaram a utilizar a palavra “gênero” mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos.

O texto célebre *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, de Joan Scott (1990), uma contribuição importante e muito conhecida no Brasil. Esta publicação contribuiu para que os pesquisadores da área de ciências humanas reconhecessem a importância das relações sociais que se estabelecem com base nas diferenças percebidas entre homens e mulheres.

Entre as muitas autoras importantes para o desenvolvimento do conceito de gênero, destaca-se a antropóloga norte-americana Gayle Rubin, que em 1975 defendeu a ideia da existência de um sistema sexo-gênero em todas as sociedades, deste modo, incide como uma categoria desafiante.

Segundo Cisne (2012), a categoria gênero surge como inovadora, pois vai incidir de forma contrária às vertentes neutras que permeavam a época, tal como o positivismo, que naturalizava a subalternidade das mulheres e utilizava-se disto para desresponsabilizar o Estado e alcançar uma tão almejada harmonia social.

Neste sentido, gênero é uma categoria relacional, não significa analisar a subordinação do sexo na perspectiva biológica, mas entender as relações decorrentes dessas estruturas socioculturais. Segundo Cisne (2012), o conceito de gênero veio também no sentido de analisar de maneira relacional a subordinação da mulher ao homem, ou seja, os estudos sobre as mulheres não deveriam apenas limitar-se a categoria mulher, mas esta deve sempre ser analisada de forma relacional ao homem. Portanto, gênero se constitui como uma categoria relacional (CISNE, 2012).

Gênero como categoria relacional é atravessada por desigualdades, sejam elas de raça, geração ou classe. Então, em uma visão ampliada, busca-se compreender tais desvantagens, esses atravessamentos inicialmente não tiveram tanto destaque, mas, atualmente, ganha nova roupagem por entender que a categoria gênero sofre outras implicações, quando analisada de forma interseccional. Como analisa Cisne (2012, p.90):

As abordagens desconstrutivistas/pós-estruturalistas/pós-modernas mesmo criticando o gênero e a sua identidade global, não relacionam essa

categoria com as de classe, raça, etnia, geração a partir da contradição fundante das mais diversas expressões das desigualdades sociais: a contradição capital e trabalho. Não se configuram, portanto em críticas profundas e consistentes ao não conseguir por às claras as contradições desta sociedade e o foco das desigualdades. Assim, criticam a linearidade do gênero, mas a reproduzem ao não analisar os complexos sociais na dimensão da totalidade.

Estas desigualdades latentes atravessam a questão econômica, porque se sabe que as formas como estão postas as relações, seja no âmbito público, seja no privado, foram constituídas a partir das diferenças de gênero e elas permanecem estruturais, isso fica mais evidente com as mulheres negras. Essa desvantagem é uma construção baseada na dominação masculina ou no patriarcado, que condena as mulheres e destinam a elas os espaços domésticos e familiares como função primordial.

Todavia, essas relações não são desvantajosas apenas considerando a relação de dominação do homem sobre a mulher, como explica Saffioti (1987, p.16)

A sociedade não está dividida entre homem dominadores de um lado e mulheres subordinadas de outro. Há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens. Isto equivale a dizer que o patriarcado, sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem, não constitui o único princípio estruturador da sociedade brasileira.

Essa relação de gênero se modifica considerando a realidade das classes trabalhadoras, especialmente a classe trabalhadora negra, neste interim mulheres, que sempre ocuparam o espaço do trabalho, mesmo que de forma mais subalternizada, desse modo, contradizendo o que a própria estrutura patriarcal diz sobre o que é ser e tornar-se mulher, como preteridas as tarefas de cuidado no âmbito familiar, ou no trabalho. Todavia, as mulheres negras geralmente trabalhavam/trabalham no pesado, que depende de esforço físico e o questionamento de Soujourner Truth (1851), se faz latente: e eu não sou uma mulher?

Se as mulheres negras foram forçadas, no período escravocrata e agora, no sistema capitalista, a trabalhar na roça, nas lavouras, e demais atividades consideradas masculinas, como essa construção do conceito gênero inicialmente não as considerou, e por isso, afirma-se que neste sentido se faz necessário o entendimento de gênero, em suas múltiplas relações, com raça e classe, porque é determinante para além do que foi colocado inicialmente nos termos naturais de fragilização da mulher o que cai por terra considerando as mulheres negras e suas

experiências, pois, hoje entende-se o gênero como fator determinante especialmente para as mulheres de minorias étnicas na perspectiva de emancipação e acesso a direitos.

Saffioti (1987, P.16) diz que:

De modo geral, a supremacia masculina perpassa todas as classes sociais, estando também presente no campo da discriminação racial. Ainda que a supremacia dos ricos e brancos tome mais complexa a percepção da dominação das mulheres pelos homens, não se pode negar que a última colocada na "ordem das bicadas" é uma mulher. Na sociedade brasileira, esta última posição é ocupada por mulheres negras e pobres.

A relação de poder do homem sobre a mulher está em todas as classes, sejam elas subalternas ou não, porque como analisa Saffioti (1987), uma mulher que, em decorrência de sua riqueza, domina muitos homens e mulheres, se sujeita ao jugo de um homem, seja seu pai ou seu companheiro. Assim ocorre também nos relacionamentos amorosos. Há uma inferiorização da mulher.

A ideologia da inferiorização do gênero feminino se constitui no patriarcado, como fator determinante na sociedade de classes porque naturaliza e inferioriza as mulheres Saffioti (1987) diz que:

A força desta ideologia da "inferioridade" da mulher é tão grande que até as mulheres que trabalham na enxada, apresentando maior produtividade que os homens, admitem sua "fraqueza". Estão de tal maneira imbuídas desta ideia de sua "inferioridade", que se assumem como seres inferiores aos homens. O mero fato de a mulher deter, em geral, menos força física que o homem seria suficiente para "decretar" sua inferioridade? Os fatos históricos indicam que não. Somente para ilustrar esta questão, evoca-se o fato de que em todos os momentos de engajamento de um povo em uma guerra, via de regra, os homens são destinados ao combate, enquanto as mulheres assumem as funções antes desempenhadas pelos elementos masculinos. Por que são elas capazes de trabalhar em qualquer atividade para substituir os homens-guerreiros, devendo retornar ao cuidado do lar uma vez cessado as ações bélicas? Ademais, nos últimos anos, vem-se assistindo a uma participação crescente de mulheres em atividades bélicas. Contingentes femininos apreciáveis têm participado não apenas de guerrilhas, mas também ter assumido funções em exércitos convencionais (Saffioti, 1987, p.12).

Neste seguimento, fragmenta-se as relações, pois se acredita na supremacia de um gênero sobre o outro, alicerçado na construção social do patriarcado e relações de poder decorrentes desse. Essa inferiorização se concretiza em grandes desigualdades em todos os âmbitos e está sistematicamente enraizado com a questão econômica, racial, política, social e cultural.

Analisar essa categoria, como uma que atravessa classe e raça, é fundamental para ampliação de uma reflexão mais concisa e coerente que abarque

as desvantagens das mulheres negras na contemporaneidade. Por isso, prioriza-se fazer a relação do conceito gênero com as demais categorias.

Desse modo, explica Gomes (2018,p.4).

Usar o gênero como categoria de análise é compreender que este funciona como um desestabilizador de conceitos como mulher, homem, sexo e mesmo corpo. Adotar uma posição essencialista ou firmada no sexo como categoria fixa não se alinharia com o que se propõe quando se diz gênero como categoria de análise. Sua crítica é a de que com o gênero sendo utilizado como um conceito ou um instrumento para explicar as relações entre homens e mulheres – gênero como relação socialmente construída e sexo como atributo natural – ocorreu o contrário do que se pretendia: homem e mulher continuaram a ser identificados como realidades dadas e fixas e apenas as “relações” estabelecidas entre estes seriam mutáveis ou capazes de serem transformadas. Gênero seria um conceito, uma categoria de análise, submetido, portanto, à reconstrução, discussão, problematização. Analisado diante do contexto histórico, social, cultural, homem e mulher seriam realidade, estariam fora da história, fora de qualquer contexto. Seriam natureza. Pois não. O uso dessa categoria implica que homem e mulher são conceitos social, corporal e historicamente inscritos tal qual “gênero”. Nos encontramos aqui, contudo, com um segundo limite: nada disso bastará se, falando de conceitos historicamente inscritos, não articularmos a raça, categoria fundamental dos estudos decoloniais.

Explica-se que os estudos de feminismo decolonial não são basilares para esta pesquisa, embora não descarte tal, pois, se entende seu papel fundamental na construção de um pensamento feminista anticolonialista. Porém, a construção teórica aqui presente é a construção do gênero e sua relação com as demais categorias e o pensamento feminista negro que, de forma muito específica, traz uma estrutura anticolonial, então, há preferência por feminismo negro ao invés de feminismo decolonial. Com isso posto, a categoria gênero na contemporaneidade assume esse caráter que transcende as mulheres brancas, lançando luzes e um novo sentido na vida dos sujeitos.

Neste sentido, gênero aqui é determinante para definir quem é excluído como o outro do outro, ou seja, como as mulheres negras vêm sendo determinadas de uma maneira enraizada nestas opressões de gênero, e desconsiderando-as como mulheres ou outras identidades.

Todas essas formas de classificação interagem simultaneamente no mundo social, fazendo com que certos entrecruzamentos sejam objeto de um tratamento menos igualitário e mais desigual do que outros. Assim, se um determinado indivíduo é mulher, negra e de classe popular, ela receberá um tipo de avaliação distinta (possivelmente desvantajosa) em relação ao de uma mulher branca e de

classe social alta. Este exemplo assinala que a relativa “desvantagem” do gênero em uma sociedade machista pode ser neutralizada pela classificação de raça/etnia e/ou pelo pertencimento a uma classe social considerada superior.

Toda essa construção correlacionando o gênero aos atravessamentos de classe e raça, este primeiro com fortes marcas socioculturais, nos mais diversos espaços tais como escola, trabalho, mídias, etc. podem ser desconstruídos, por meio de uma nova política e prática feministas que abordem a questão de gênero, em uma análise mais ampliada considerando à população negra.

Pensar a categoria gênero, requer refletir sobre suas possibilidades e desafios, que estão postos a ela e decorrentes dela, se a construção teórica feminista sobre gênero na atualidade se faz para pensar a não subordinação à dominação masculina e demais formas de opressão, considera-se todos esses fatores como barreiras para a construção de uma nova sociabilidade que integre de fato os direitos humanos e as diferenças.

É preciso, para além de compreender a conceituação de gênero, instigar a conscientização coletiva das formas diferentes que as mulheres negras são afetadas, por essa e demais categorias, para uma nova ordem societária, de fato emancipatória, como criar mecanismos de superação de gênero para as mulheres negras, que mesmo saindo da condição de menor privilégio econômico ainda assim não consegue impedir o racismo e o sexismo?

Por que as mulheres negras, não são muitas vezes consideradas mulheres? Por que estão expostas a sexualização e mercantilização de seus corpos? Ao mesmo tempo? Por que são preteridas entre as brancas? Essa relação de solidão da mulher negra, também tem a ver como o gênero vem sendo construindo na sociedade acadêmica, antes sem considerar a interação entre raça e classe?

Tece-se esse questionamento considerando a forma como as mulheres negras estão mais expostas ao trabalho braçal, longe daquela fragilidade colocada no binarismo homem e mulher. Segue esses questionamentos porque, geralmente, para namorar ou casar, as mulheres negras são preteridas, já afirmava Nascimento (2019), mas estão expostas como mulheres mais sensuais e quentes do ponto de vista da relação sexual e da dominação masculina, segue esse questionamento

porque as mulheres negras, geralmente pobres vivem a solidão do matriarcado da miséria como afirmada por Carneiro (2011) ⁴.

Neste seguimento, como entender a categoria gênero apenas de maneira individual e dentro das relações sociais, se nestas existem raça e classe? Por isso, requer uma análise mais acentuada do modo como a categoria gênero opera na vida das mulheres de forma diferente dada a conjuntura social, econômica, racial e política.

Esses aspectos são basilares para o fator gênero e seu aspecto determinante na vida e nas experiências de mulheres, assim como molda as relações de formas diferentes, criam barreiras, inter cruzando um sistema ao outro, porque ao passo que uma mulher negra é mais inviabilizada, seja pela raça inter cruzando gênero, seja pela classe, ou seja, por ambos os eixos, isso diferencia as formas que se concebe essa categoria.

A forma que o gênero é colocado na vida de mulheres negras, tem muito haver como a ideologia de raça e de classe que as colocam em uma dada posição de subalternidade, isso não quer dizer que essas mulheres não resistam a tais sistemas e criem mecanismos próprios de enfrentamento, quer dizer que essa estrutura está dada na sociedade capitalista e explora de forma diferenciada essas mulheres. Isso significa a forma como categoria gênero foi inserida como os papéis atribuídos socialmente ao que é feminino e o que é masculino não considerando essas mulheres, porque elas nunca estiveram no lugar da mulher frágil.

Gonzalez (1985), diz que essas características sejam nas diversas experiências de mulheres seja na participação do movimento negro brasileiro sempre estiveram latentes como imposições. De acordo com Gonzalez (1985, p.100):

Os anos seguintes testemunharam a criação de outros grupos de mulheres negras (aquilone, 1979; Luiza Mahin, 1980; grupo de mulheres negras do Rio de Janeiro, 1982), que de um modo ou outro foram reabsorvidos pelo movimento negro. Todas nós, sem jamais termos nos distanciados do movimento negro, continuamos a discutir as nossas questões específicas junto aos nossos companheiros, que muitas vezes nos tentavam excluir dos

⁴ Segundo Carneiro (2011) a expressão matriarcado da miséria foi cunhada pelo poeta negro e nordestino Arnaldo Xavier para mostrar como as mulheres negras brasileiras tiveram sua experiência histórica marcada pela exclusão, pela discriminação e pela rejeição social, e revelar, a despeito dessas condições, o seu papel de resistência e liderança em suas comunidades miseráveis em todo país.

níveis de decisões, delegando tarefas mais “femininas”. Desnecessário dizer que o MN não deixava (e nem deixou ainda) de reproduzir práticas originárias mistas, sobretudo no que diz respeito ao sexismo.

Neste sentido, Gonzalez (1985) percebia a dimensão do gênero e como este operava, seja para as mulheres negras que militavam, seja nas próprias experiências de vida de mulheres que o vivenciavam em classes mais populares e que não estava inserido nos movimentos. A realidade do sexismo, como sistema de dominação, foi imperiosa para a construção do movimento de mulheres negras fora do espaço do movimento negro.

Essa organização é uma forma de resistência das mulheres que enxergam o gênero como dominação, e outras categorias, como formas entrelaçadas, o que resultou em um amplo movimento com mulheres de diferentes posições sociais e culturais, que juntas em sororidade constituíram frente ao sistema sexista e estrutural, a qual eram submetidas.

Na atualidade, têm-se ainda diversos movimentos de mulheres negras que enxergam a dominação masculina e como estes sistemas operam em suas vivências, este movimento está sendo capaz de construir frentes de resistências, mesmo em tempos de dificuldades, seja do ponto de vista estrutural do sistema capitalista, ou do avanço de um projeto de sociedade de direita que carrega o viés conservador, que não considera os fatores históricos dessas categorias e se faz necessária a afirmação destas como formas de resistências a tais processos.

Por meio das relações de poder do homem e das contradições imbricadas nessas relações, as mulheres feministas vêm desafiando e tentando construir um legado contrariando, especialmente no caso brasileiro, o conservadorismo. As feministas estão construindo formas diferentes de resistência, isso é fato, embora estejam expostas a todas essas jornadas duplas ou triplas nas esferas públicas e privadas.

1.4 As implicações para as mulheres negras

A intersecção de gênero, raça e classe, no seio das estruturas que juntas formam assimetrias de dominação da mulher, neste caso especialmente as negras, constroem diversas implicações. Essas implicações estão expressas nos diversos

espaços públicos, privados, acirrando assim o racismo estrutural e por consequência o institucional.

O racismo estrutural aqui se entende por aquilo que está imbricado na estrutura da sociedade, significa que é entrelaçado a um sistema de dominação de poder social, econômico, cultural e político que constitui em diversas formas de reprodução do racismo, seja nos espaços sociais, políticos, econômicos, ou familiares, neste sentido, o racismo é estrutural.

Em decorrência do racismo estrutural, ele se localiza nos espaços públicos, por isso o racismo também é institucional, pois, a forma como estão constituídas as instituições expressando uma estrutura hegemônica, estabelecidas que comporte normas sociais, naturalizadas no processo estrutural atribuindo e reproduzindo privilégios aos brancos.

Estes racismos, junto à dominação do gênero e da classe, são barreiras estruturais e geradoras de consequências graves para a realidade das mulheres negras, essas mulheres, como partes da classe trabalhadora, majoritariamente vivem sob diversas condições socioeconômicas e sociais muito precarizadas que as impede por vezes de alcançar ascensão social, mobilidade e acesso aos direitos em sua plenitude.

Vivencia-se no Brasil, em pleno século XXI, no ano de 2019, o avanço do conservadorismo e o processo de derrocada da democracia, reconquistada há pouco mais de trinta anos. Percebe-se que sem a democracia e a implantação de um projeto novo de sociabilidade, será muito difícil alcançar direitos sociais e humanos na plenitude que se necessita, será complexo se não entendermos como os padrões aproveitam-se da classe trabalhadora, do sistema de dominação masculina para esmagá-la e reter mais lucros e, com isso, mais acumulação de riquezas e menos distribuição. Todo esse sistema, alicerçado as diversas formas de racismos, se configura como um mecanismo muito forte de se combater.

Essas implicações geralmente podem ser visualizadas ou não por essa classe trabalhadora, dependendo do nível de consciência crítica e pelo fato de haver outras preocupações mais latentes como a luta pela sobrevivência. As implicações por vezes passam despercebidas, desse modo, com intuito de construir por meio deste trabalho uma maior visibilidade acerca dos problemas vivenciados por nós mulheres negras, é que se persegue sobre este item.

As mulheres negras são as maiores vítimas de problemas da saúde que normalmente poderiam ser evitados, como doenças sexualmente transmissíveis, hanseníase e tuberculose. A maioria dos problemas relacionados ao sistema reprodutivo das mulheres são mortes por abortos e o índice de mortalidade infantil aumentou em 2018. Esse problema é questão de saúde pública, mas, antes disso, um problema social grave que merece devida atenção e ações de combate. (Brasil, Ministério da Saúde, 2018).

Esses dados são retirados do Ministério da Saúde, com base em um relatório e alerta feito pela Organização das Nações Unidas em 2018.

Tabela 1 – tabela da porcentagem da doença por raça.

AIDS	PORCENTAGEM/AIDS/2016	
	NEGRA	BRANCA
RAÇA		
MAIORIA DOS CASOS	55%	43,9%
ÓBITOS	58,7%	40,9%

Fonte: Ministério de Saúde (2019). Sintetizado pela autora.

No mesmo ano, das notificações de sífilis adquiridas, os casos ocorreram mais em pessoas negras do que em brancas. Das mulheres gestantes diagnosticadas com sífilis, as mulheres negras são as mais atingidas conforme tabela abaixo:

Tabela 2 – tabela relacionada a sífilis no Brasil.

SÍFILIS	PORCENTAGEM	
	NEGROS (AS)	BRANCOS (AS)
RAÇA		
POPULAÇÃO GERAL	42,4%	38,5%
MULHERES GESTANTES	59,8%	30,6%

Fonte: Ministério de Saúde (2018). Sintetizado pela autora.

Ainda em relação aos dados do Ministério da Saúde à raça/cor das mães das crianças com sífilis congênita, as negras foram mais que o dobro, de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 3 – Mães de crianças com sífilis congênita.

MÃES	PORCENTAGEM	
	NEGRAS	BRANCAS
RAÇA		
	65,1%	25,0%

Fonte: Ministério de Saúde (2018). Sintetizado pela autora.

A hanseníase, doença infecciosa causada por bactéria, cuja transmissão está relacionada a condições precárias de moradia e higiene, em 2014, teve 31.064 casos notificados, mais de dois terços (21.554) na população negra. Nos registros de tuberculose, no mesmo ano, 57,5% das pessoas que apresentaram a doença eram negras.

Tabela 4 – Tabela sobre casos de hanseníase e tuberculose no Brasil.

	PORCENTAGEM
CASOS DA HANSENÍASE NO TOTAL	31.064
CASOS DA HANSENÍASE NA RAÇA NEGRA	21.554
TUBERCULOSE EM PESSOAS NEGRAS	57,5%

Fonte: Ministério de Saúde (2018). Sintetizado pela autora.

Segundo a ONU, apud Xavier (2018, p.1), “a população negra não é uma população doente”, relatam que

O que acontece é que ela vive com menos qualidade. O grupo é mais vulnerável às doenças porque está sob maior influência dos determinantes sociais de saúde, ou seja, as condições em que uma pessoa vive e trabalha; a insalubridade, as baixas condições sanitárias às quais está submetida, por exemplo. E a soma desses diversos indicadores de vulnerabilidade aumenta também o risco de perder a vida.

Segundo a ONU (2018), atualmente, 80% da população que só tem o SUS como plano de saúde é negra. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (Brasil, 2015), das pessoas que já se sentiram discriminadas nos serviços, por médicos ou outros profissionais de saúde, 13,6% destacam o viés racial da discriminação.

As causas e variáveis vão além das possibilidades de acesso aos serviços públicos, pois o racismo não está vinculado ao SUS, e sim ao sistema estrutural de desigualdades. O racismo também acontece na rede privada. As taxas de mortalidade são as evidências desse problema. Sabe-se que são problemas combinados com a classe e o gênero, e em decorrência disso, as mulheres negras estão mais suscetíveis a esses índices.

Outra implicação que deve ser considerada é a falta de moradia com condições habitáveis a população, porque afeta de forma específica e majoritariamente a classe trabalhadora, constituída especialmente por negras e

negros sendo os contingentes populacionais de moradores de bairros, insalubres, enormes, isso afeta a saúde, e o desenvolvimento pleno do indivíduo.

De acordo com Brito (2019), o desenvolvimento industrial e a urbanização avançando na mesma proporção, a população negra cada vez mais excluída e inferiorizada foi se aglomerando em periferias e lugares de difícil acesso ficando à mercê do “esquecimento” da sociedade e do Estado.

As condições iniciais de competição foram tais que, em geral, eliminaram o negro e o mulato das atividades mais dinâmicas e onde eram maiores as possibilidades de ascensão, confinando-os às ocupações mais instáveis e mal remuneradas, e mesmo a desocupação o negro, após a abolição, se viu jogado no mundo competitivo sem ter sido preparado para ele, e enquanto não aprendia suas regras, perdia a concorrência para os imigrantes, sobretudo nas ocupações urbanas. Restava-lhe situações típicas de desemprego disfarçado (FERNANDES, 1995 citado por DE MOURA, 2006).

Essas ocupações geralmente em favelas, cortiços e a própria rua, são o retrato de um país desigual que reproduz a pobreza de forma massiva para especialmente os descendentes de africanos, estes enfrentando o desemprego, e o projeto de sociedade que queria/quer excluí-los dessa sociabilidade, já que não seriam mais úteis ao sistema capitalista. Os estudos de Brito (2019), mostram altos índices de pessoas negras ocupando as favelas ou prédios que estão abandonados por sua precariedade habitacional, ou até mesmo pessoas em situação de rua.

O que se percebe é um contínuo agravamento da desigualdade para as negras e os negros, pois, se a moradia é direito, assim como a saúde pública, como sobreviver a essas condições de miserabilidade? É importante frisar ainda que as mulheres negras que vivenciam o patriarcado da miséria são as mais atingidas triplamente a esse sistema.

Segundo a pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (Brasil, 2017), em estudo que analisa questões de gênero e raça do período de 1995 a 2015, a maioria das pessoas negras, quase a metade seguida de mulheres, vivem no norte e nordeste. Em relação às diferenças de estrutura familiar segundo a raça/cor dos chefes do domicílio, pode-se perceber que as mulheres negras são em número maior as responsáveis por chefiar suas famílias quando comparadas às mulheres brancas. Por outro lado, as brancas tendem a predominar na estrutura “unipessoal feminina”, o que pode estar relacionado às melhores condições econômicas da população branca em relação à negra.

Outra implicação importante ao desenvolvimento das mulheres negras na perspectiva dos direitos é a educação, sabe-se que o acesso e a permanência no sistema educacional das mulheres negras, revelam os índices oficiais, uma desigualdade grande entre pessoas brancas e não brancas.

Majoritariamente, as pessoas brancas têm mais anos de estudo, cerca de dez anos ou mais (o que conseqüentemente afeta o trabalho), as pessoas não brancas, são minorias com relação ao tempo de estudo. A taxa de analfabetismo, acesso ao ensino superior, como docentes de universidades, são alguns dos problemas enfrentados pela população negra no Brasil. (Dados do IPEA de 1995 à 2015).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (Brasil, 2017), em estudo que analisa questões de gênero e raça do período de 1995 a 2015, realizado em parceria com a ONU Mulheres, divulgado em 2017, retrata que nos últimos anos, mais brasileiros e brasileiras chegaram ao nível superior. Entre 1995 a 2015, a população adulta negra com 12 anos ou mais de estudo passou de 3,3% para 12%. Entretanto, o patamar alcançado em 2015 pelos negros era o mesmo que os brancos tinham já em 1995. Já a população branca, quando considerado o mesmo tempo de estudo, praticamente dobrou nesses 20 anos, variando de 12,5% para 25,9%.

Um dos indicadores selecionados é a taxa de analfabetismo que vem caindo de maneira considerável no Brasil nas últimas décadas, mas que ainda não atingiu os patamares ideais e, nesse caso, apresenta um diferencial racial importante:

Tabela 5 – tabela sobre taxa de analfabetismo no Brasil nos anos de 1995 a 2015.

Taxa de analfabetismo.	Porcentagem
Mulheres brancas	4,9%
Mulheres negras	10,2%

Fonte: IPEA (2017). Sintetizado pela autora.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil, 2019), em pesquisa divulgada em novembro de 2019, retrata que cerca de 55% da população negra está acessando o nível superior, o que representa uma virada histórica segundo eles, pois, é a primeira vez que se chega a essa porcentagem.

Essa pesquisa foi divulgada por vários jornais e mídias digitais como a Agência Brasil (2019), no qual afirma que a proporção de jovens de 18 a 24 anos

pretos ou pardos no ensino superior passou de 50,5% em 2016 para 55,6% em 2018. Entre os brancos, a proporção é de 78,8%. Na mesma faixa etária, o número de pretos e pardos com menos de 11 anos de estudo e que não estavam frequentando a escola caiu de 30,8% em 2016 para 28,8% em 2018, enquanto o indicador para a população branca é de 17,4%.

Os que já haviam concluído o ensino superior somavam 36,1% dos brancos e 18,3% dos pretos e pardos, enquanto a taxa de ingresso no terceiro grau é de 53,2% entre os brancos e de 35,4% entre pretos e pardos. Na faixa de 18 a 24 anos que concluiu o ensino médio, mas que não estava estudando por trabalhar ou precisar procurar trabalho, 61,8% eram pretos ou pardos.

A taxa de analfabetismo para pessoas acima de 15 anos, entre pretos e pardos caiu de 9,8% em 2016 para 9,1% em 2018. Entre os brancos, a taxa é de 3,9%. Na frequência à creche ou escola, crianças pretas ou pardas de até 5 anos passaram de 49,1% para 53%, enquanto 55,8% das crianças brancas estão nessa etapa da educação. Nos anos iniciais do ensino fundamental, para crianças de 6 a 10 anos, não há diferença significativa, com 96,5% das brancas e 95,8% das pretas ou pardas frequentando a escola.

Entretanto, as diversas matérias desses jornais, como G1, portal de notícias O Globo (2019), publicaram a notícia com a seguinte chamada – Pela primeira vez negros são maioria no ensino superior público – o problema dessa chamada é a inversão de entendimento real acerca da questão, porque com ela, cria-se uma falsa noção de que realmente as pessoas negras estão superando o índice de acesso à educação superior pública da população branca, o que não é verdade, comparando o acesso e a permanência dessa população.

Outro problema identificado é que a pesquisa do IBGE (Brasil, 2019) foi realizada no ambiente domiciliar a partir do ano de 2016, o que pode haver problemas tratando-se do reconhecimento da população negra com o tópico - cor/raça/etnia, o que nota-se que não tem segurança nesses dados porque é auto declaratório, então, pode haver a variável de uma pessoa não ser negra e estar se apropriando culturalmente para obter benefícios como é o caso do acesso à educação superior, quanto ao sistema de cotas.

Por outro lado, se os índices de desigualdades foram reduzidos mesmo que a desvantagem ainda seja muito grande, comparando a população branca, isso se

deve as políticas públicas sociais e especialmente a Políticas de Cotas Raciais⁵, porém, é necessário um estudo mais detalhado para de fato entender as desigualdades raciais nesses espaços.

Outra implicação que atingem mulheres negras é o índice de acesso ao trabalho, seja ele formal ou não, a maioria das negras ocupam posições menos privilegiadas, informais em sua maioria e com menor prestígio, com menores salários e com mais exploração. Considerando o sistema de classes, o gênero feminino e a raça, extremamente imbricados ao sistema econômico e político, retratam que as mulheres negras estão mais suscetíveis a essa desigualdade.

Conforme apresentado os dados anteriormente sobre educação, esta é condição importante e determinante para acesso ao trabalho, desse modo, a população negra que tem menos tempo de estudos do que as pessoas brancas ficam preteridas, ou melhor, excluídas de postos de trabalhos mais formais e com maiores salários.

Segundo dados da Pesquisa Mulheres e Trabalho (Brasil, 2016): breve análise do período 2004-2014 realizada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Brasil, 2016) divulgada pelo Ministério da economia, diz que se o mercado de trabalho ainda reproduz a herança histórica marcada pelas desigualdades de gênero, para as mulheres negras a disparidade é ainda maior. Em regra, as trabalhadoras negras são mais suscetíveis ao desemprego. Em 2014, 10,2% delas estavam desempregadas, enquanto a taxa entre os homens brancos era de 4,5% (Brasil, 2016).

Aponta também um alto índice de precarização das atividades desenvolvidas por trabalhadoras negras:

Tabela 6 – tabela sobre precarização das atividades

Precarização das atividades	Porcentagem
Mulheres negras	39,08%
Homens negros	31,6%
Mulheres brancas	26,9%
Homens brancos	20,6%

⁵ A política de cotas raciais refere-se a Lei (Brasil, 2012) que regulamenta o acesso de pessoas auto-declaradas negras, pardas e indígenas as Universidades Federais Brasileiras.

Fonte: Brasil (2016). Sintetizado pela autora.

Estas mulheres também possuem a menor remuneração e são o maior contingente de empregadas sem carteira assinada e em atividades reconhecidas como autônomas. Segundo a análise, mesmo com o movimento de aproximação das rendas, em 2014 as mulheres negras ainda não haviam alcançado 40% da renda dos homens brancos, que era de R\$ 2.393, em comparação aos seus rendimentos médios de R\$ 946 (Brasil, 2016)

Ainda conforme a pesquisa do IPEA (Brasil, 2016), indica ainda que 5,9 milhões de brasileiras são trabalhadoras domésticas. Entre as mulheres negras, 18% ocupam essa função. Já entre as mulheres brancas, a participação é de 10%.

Carneiro (2011) diz que

De acordo com a declaração das Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, o trabalho doméstico ainda é desde a escravidão negra no Brasil, o lugar que a sociedade racista destinou como ocupação prioritária das mulheres negras. Nele, ainda são relativamente poucos os ganhos trabalhistas e as relações se caracterizam pelo servilismo. Em muitos lugares, as formas de recrutamento são predominantemente neo-escravistas, em que meninas são trazidas do meio rural, sob encomenda, e submetidas a condições sub-humanas no espaço doméstico (CARNEIRO, 2011, p.128).

Esses dados retratam um pouco de como funcionam e como operam o sistema estruturador de exclusão da sociedade brasileira que é muito representado pelas implicações as mulheres negras, estas ainda continuam a esperar por medidas interventivas concretas que as alcancem do ponto de partida dos direitos, respeito as suas condições étnicas, raciais, sociais, de gênero e que reverta a situação de miséria e de desigualdades.

CAPÍTULO 2 - PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO: TEORIZAÇÃO SOBRE INTERSECCIONALIDADE

*Você pode me riscar da História
Com mentiras lançadas ao ar.
Pode me jogar contra o chão de terra.
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar.*

Maya Angelou

O movimento feminista negro entra em um cenário complexo e necessário na sociedade, de modo geral, para dar respostas às diversas opressões sofridas por mulheres negras, o que perpassa suas experiências e suas subjetividades. Tendo em vista que o movimento feminista e o movimento negro hierarquizavam os eixos de opressões, gênero e raça, respectivamente, como cruciais para combater as desigualdades, desconsiderando as mulheres negras.

Essa hierarquização se concretiza, pois, os movimentos feministas consideravam/consideram como base as experiências de mulheres brancas, muitas delas não pertenciam a classe trabalhadora na época. Já o movimento negro desconsidera/desconsiderava as experiências das mulheres negras no movimento negro, o gênero não era fator relevante.

Sob essa perspectiva, para dar lugar próprio a essas mulheres que se sentiam/sentem subincluídas nestes processos é que o movimento feminista negro se constitui e se materializa.

A formação do pensamento feminista negro vem se configurando a partir do próprio movimento, envolvendo suas experiências que são diversas e plurais e com muitos embates. Sua constituição como teoria social crítica tem como ponto de partida o que se conceitua como método na contemporaneidade: interseccionalidade.

A interseccionalidade leva em consideração os eixos de opressão gênero, raça e classe, e o atravessamento desses eixos é fundamental para manter na base da pirâmide social as mulheres negras. Para melhor deciframos essa realidade se faz necessário um apanhado breve da formação do movimento feminista de modo geral para que se possa compreender como o movimento feminista negro se constitui.

2.1 A formação do movimento feminista: que movimento é esse?

As mulheres vêm travando um caminho árduo de resistências e histórias ante o patriarcado ou a dominação masculina. Considera-se, do ponto de vista da história europeia, que a primeira manifestação de peso, organizada na agenda da luta feminista se deu no contexto do sufrágio, ou seja, no século XIX com o movimento sufragista que se espalhou pelo mundo ocidental.

O movimento de mulheres sufragistas se estendeu por vários países, primeiro na Inglaterra, e foi marcado por diversos acontecimentos, além das disputas de espaço, da construção teórica, pelo movimento organizado, pela escrita e oratória. Teve muitas manifestações públicas, enfrentamentos e até mortes.

Um fato marcante deste período, segundo Pinto (2010), ocorreu em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby. A feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo. Esse fato ocorreu em demonstração as diversas violências sofridas por mulheres e representa a luta destas por direitos. O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido em 1918, a partir de muita luta, resistência e até greve de fome.

No contexto brasileiro, a primeira manifestação do movimento feminista foi também em busca do direito ao voto, as sufragistas brasileiras, assim reconhecidas, também fizeram importantes manifestações para garantir a participação política. Pinto (2010) afirma que a maioria das militantes eram estudantes e de classe média alta, a bióloga Bertha Lutz comandou o movimento.

Pinto (2010) confirma que Bertha Lutz foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro.

Pinto (2010) diz que o movimento feminista no Brasil também teve participação de mulheres trabalhadoras, operárias, costureiras e de outras categorias, que fundaram o movimento de mulheres de ideologia anarquista, que dedicaram esse período levantando a questão do sofrimento das mulheres acerca da exploração no trabalho. Essa exploração não ocorria apenas com as mulheres, mas elas eram as que tinham os salários mais baixos, e que além do trabalho

externo trabalhavam no privado, nas suas residências, configurando uma dupla ou tripla jornada de trabalho. Apesar de todas essas manifestações, este movimento foi refreado, voltando com mais força muitos anos depois. E ainda no contexto da Europa e Estados Unidos, esse movimento ganhou vertentes diferenciadas levando em conta a luta abolicionista (Pinto, 2010).

Embora o movimento sufragista vigerasse apenas até a conquista do direito ao voto, uma vez este direito reconhecido, o movimento deixa de existir. Davis (2016), afirma que havia racismo neste movimento, considerando que as mulheres negras faziam parte deste espaço e suas subjetividades não eram consideradas.

Esse contexto de manifestações sendo incorporado às mulheres brancas de classe média, que reivindicavam a opressão no matrimônio e a ociosa vida no seio familiar, assim como, às mulheres da classe trabalhadora que tinham uma jornada dupla ou tripla, pois, trabalhavam mais de 12 horas por dia, fazendo também todo o serviço doméstico e servindo aos maridos. Vale ressaltar que as mulheres desse período reivindicavam melhores condições econômicas, sociais e políticas, pela qual eram submetidas, e consideravam que se assemelhavam a escravidão. Neste sentido, Davis (2016), ressalta que:

Entre as mulheres trabalhadoras e aquelas que vinham de prósperas famílias de classe média, as primeiras certamente tinham motivos mais legítimos para se comparar às escravas. Embora fossem nominalmente livres, elas eram tão exploradas em suas condições de trabalho e em seus baixos salários que a associação com a escravidão era automática. Ainda assim, eram as mulheres com recursos financeiros que evocavam essa analogia de modo mais literal em seus esforços para expressar a natureza opressiva do casamento. Na metade inicial do século XIX, a ideia de que a milenar instituição do casamento pudesse ser opressiva era de certa forma recente. As primeiras feministas podem ter descrito o matrimônio como uma “escravidão” semelhante à sofrida pela população negra principalmente devido ao poder impactante dessa comparação – temendo que, de outra maneira, a seriedade de seu protesto se perdesse. Entretanto, elas aparentemente ignoravam que a identificação entre as duas instituições dava a entender que, na verdade, a escravidão não era muito pior do que o casamento (DAVIS, 2016, p.53).

Enquanto essa semelhança era plantada, outro solo era preparado, a incorporação de mulheres brancas nos movimentos associativos na luta antirracista e abolicionista. Segundo Davis (2016), de um lado as mulheres operárias das fábricas se organizavam com seus baixos salários e bazares para constituir mais fundos diante dessas organizações, do outro as mulheres da classe média alta

colocavam-se diante dessas organizações tornando-se ativistas e protagonistas da luta abolicionista.

Davis (2016) afirma que algumas dessas mulheres acreditavam realmente na junção do movimento feminista com a luta antirracista, o que resultou em manifestações e acontecimentos históricos como a inserção de crianças negras na escola primária e a prisão de uma mulher branca que encabeçava esse movimento.

Em virtude de todos esses acontecimentos, embora o movimento contrário à luta antirracista estivesse aflorado, inclusive encarando com muita violência, o movimento abolicionista, junto com o movimento de mulheres, estes últimos ocuparam espaço também nas mídias, por meio dos jornais, escrevendo e publicando matérias contrárias às violências enfrentadas pela população negra.

A partir de toda essa experiência adquirida por elas na luta pela abolição e contra a opressão de pessoas negras, que essas mulheres começaram a entender e sentir a necessidade da organização de mulheres e de forma contundente reivindicar seus direitos políticos. Desse modo, Davis (2016) confirma que o

Movimento antiescravagista oferecia às mulheres de classe média uma oportunidade de provar seu valor de acordo com parâmetros que não estavam ligados a seus papéis como esposas e mães. Nesse sentido, a campanha abolicionista era um espaço em que elas poderiam ser valorizadas por seu *trabalho* concreto. De fato, seu envolvimento político na luta contra a escravidão talvez tenha sido tão intenso, apaixonado e total porque podiam vivenciar uma estimulante alternativa à sua vida doméstica. E estavam resistindo a uma opressão que se assemelhava àquela que elas mesmas viviam. Além disso, no interior do movimento antiescravagista, aprenderam a desafiar a supremacia masculina. Ali, descobriram que o sexismo, que parecia inabalável no casamento, poderia ser questionado e combatido na arena da luta política. Sim, as mulheres brancas podiam ser instadas a defender intensamente seus direitos enquanto mulheres a fim de lutar pela emancipação do povo negro (DAVIS, 2016, p. 58).

As abolicionistas aprenderam tanto neste movimento, que se organizaram mais de uma década depois para lutarem por seus direitos. Com esta experiência, conseguiram entender o sexismo tão latente em suas vivências que criaram estratégias para acumular ou captar recursos, a distribuir publicações referentes ao assunto, articular encontros, tudo em matéria da luta de mulheres.

A luta pelo direito ao voto também foi ferramenta utilizada no movimento abolicionista, pois, era pelo viés político que viriam as argumentações favoráveis ao voto e ao mesmo tempo na luta do povo negro, quando organizavam petições contra a escravidão.

Davis (2016) diz que esse movimento foi crescendo também a participação masculina, e adesão nas reuniões, o que significava uma preocupação aos conservadores contrários a luta, o que resultou em perseguições, punições, prisões e outras penalidades, mas, ainda assim, foi considerado um avanço, tendo em vista que as mulheres não podiam falar, pois, a oratória era considerada tarefa masculina, sobretudo falar abertamente ao público incluindo um público misto.

Neste sentido, as mulheres foram percebendo a dominação masculina e compreendeu-se que se elas quisessem acabar com o sistema escravagista, teriam que enfrentar a dominação masculina. A partir da oratória e da construção de textos e cartas retratando a desigualdade que revelavam a opressão masculina nos espaços de tomada de decisão pública e privada, desencadeou o entendimento coletivo em defesa das mulheres que resultou mais tarde na primeira onda do feminismo.

A primeira onda do feminismo na Europa e Estados Unidos foram tomados pela luta abolicionista e em defesa das mulheres, nesta compreendeu-se que eram lutas que se dialogavam, nenhuma era mais importante que a outra. As duas se somavam, pois as mulheres precisavam de liberdade assim como a população negra.

A participação feminina em outros espaços públicos como convenções fora dos Estados Unidos, por exemplo, era latente a barreira masculina que impedia as mulheres. Essa foi considerada a primeira onda do feminismo e a origem do movimento de mulheres que se fragmentou em um período de aproximadamente trinta anos, renascendo anos depois com uma agenda mais forte.

O renascimento da agenda feminista veio com a segunda onda do movimento de mulheres e está relacionada à luta por trabalho digno, redução da jornada de trabalho, emancipação das mulheres contra a dominação masculina nos espaços públicos e privados, a luta pelos direitos reprodutivos, pelo acesso à educação e contra o sistema capitalista. Foi marcada também por um livro “Segundo Sexo” da escritora francesa Simone de Beauvoir do ano de 1949, este livro traz a célebre frase da autora: “não se nasce mulher, torna-se mulher”.

Segundo Pinto (2010), a década de 1960 foi um período de intensa agitação. Na Europa, há um intenso frenesi. O surgimento do movimento hippie, na Califórnia, propôs uma forma nova de vida, que contrariava os valores morais e de consumo norte-americanos, propagando seu famoso lema: “paz e amor”. A guerra travada

pelos Estados Unidos da América contra o Vietnã, a música como mecanismo libertador e a luta de mulheres se intensificando.

Pela primeira vez, o movimento de mulheres assume nova roupagem e desvela que existe outra dominação além da dominação de classes: a dominação masculina, em todos os espaços da vida pública e privada. Conforme afirma Pinto (2010), há então a manifestação do movimento como um feminismo libertário que reivindicava não apenas o espaço para a mulher na educação, na política, mas também compreendia que há uma estrutura de dominação para além da garantia de direitos nos espaços públicos.

Apesar desse registro histórico e mundial, o Brasil ainda não dava passos para essa transformação, porque se iniciava a ditadura militar a partir de 1964.

Enquanto o movimento feminista galgava espaço nos demais países, no Brasil, a década de 1960 foi assombrosa, pois o sistema político tornou-se uma arena antidemocrática tomada pelo golpe militar de 1964. O movimento feminista foi encarado pelos militares como movimento político perigoso, pois contrariava a ordem vigente, a moral e os bons costumes.

Segundo Pinto (2010), foi no contexto da ditadura militar que o movimento feminista no Brasil começou a trilhar novos caminhos, apoiada pela Organização das Nações Unidas ONU – organizando um ciclo de debates, questionando o papel da mulher na realidade brasileira e ainda contribuíram pelo movimento pela anistia em 1979. As mulheres brasileiras, algumas exiladas na Europa, compreenderam a situação vulnerável de opressão a qual eram submetidas e somente juntas podiam se levantar.

Os companheiros de alguns militantes viam com maus olhos essa luta, tendo em vista que eles tinham como objetivo derrotar a ditadura pela redemocratização do país e pelo socialismo, porém, ainda assim, o movimento feminista, seguindo firme como um movimento autônomo de mulheres, se colocou como específico e resistente contra a ditadura e demais opressões vivenciadas por elas, com desejo de lutar por empoderamento e emancipação sem fragmentar as demais lutas existentes.

No período de redemocratização, na década de 1980, o movimento feminista continuou com maior intensidade, segundo Pinto (2010), com diversos coletivos discutindo a situação da mulher no trabalho, maternidade, educação, saúde, racismo

e outras. Estes espaços foram se abrindo também para uma adesão às classes mais populares e aos movimentos sociais, ganhando uma nova articulação junto à população.

Há uma congeminação com outras organizações sociais em busca de garantir uma série de políticas públicas protetivas para as mulheres como a defesa de projetos contra a violência doméstica, em defesa da mulher enquanto sujeito, construindo, como propostas, as Delegacias das Mulheres (Delegacia Especiais da Mulher), uma conquista por meio da Lei Maria da Penha (Brasil, 2006).

Segundo Junior (2019), a década de 1990, na Europa, Estados Unidos e Brasil, há o que denominou de terceira onda do feminismo, essa parte da historiografia revela o que Davis (2016) reescreveu como o racismo no feminismo. Ela descreve como foi construído o feminismo desde o sufrágio e afirma que o movimento de mulheres considerava apenas a experiência das mulheres brancas, e o próprio movimento negro, desde a luta pelo abolicionismo, não considerava a questão de gênero.

Na terceira onda do feminismo há uma movimentação por questionar as diferenças, sejam elas culturais, sejam elas especialmente raciais. As mulheres negras buscavam um campo próprio onde pudessem expressar suas especificidades relevantes para entender que a teoria e o movimento feminista, de modo geral, necessitavam de uma maior ampliação.

Davis (2016), no contexto dos Estados Unidos, revela que embora o feminismo negro tenha ganhando espaço na década de 1990 em diante, as mulheres negras participavam desde sempre e refuta o silenciamento dessas mulheres. Essa situação também tem semelhança com o Brasil, conforme as feministas negras explicitam em suas obras⁶.

Nesse contexto da década de 1990, também surge o movimento feminista negro no Brasil, que reivindica seus espaços no feminismo e no movimento negro e diz que ambos os movimentos não consideravam a posição de mulheres negras, o primeiro não considerava a raça e o segundo não considerava o gênero.

⁶ GONZALEZ, Lélia. "Por um feminismo afrolatinoamericano". Revista Isis Internacional, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988b.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira, de Lélia Gonzalez (2019)
CARNEIRO, Sueli. Na obra intitulada: Mulheres em movimento, (2003);

Tendo em vista que na história de formação da sociedade brasileira, com o escravagismo, e em seguida no sistema capitalista, a maior parte da população brasileira é negra e também a mais pobre, as feministas negras tinham a preocupação de articular as categorias gênero, raça e classe como fundamentais para a desigualdade permanente que atingia basicamente a nós mulheres negras no caso brasileiro.

A construção do movimento feminista negro, seja no Brasil e/ou demais países, articulam o movimento e o campo da teoria social crítica, tendo como ponto de partida essas categorias (gênero, raça e classe etc.), a partir desse pensamento foi se constituindo um campo próprio do feminismo negro, o conceito e método denominado: interseccionalidade.

2.2 Concepções da interseccionalidade

O presente item pretende discutir a concepção de interseccionalidade, que a partir dos estudos sobre pensamento feminista negro, considera-se interseccionalidade como conceito teórico que tem perspectivas metodológicas, neste sentido, usarei esta referência de análise. Tendo em vista que são diversas as atribuições dadas a interseccionalidade, considera-se aqui as análises de precursoras feministas negras, desse modo, as discussões serão afuniladas levando em consideração a construção teórica do feminismo negro.

O conceito de interseccionalidade foi desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (2002), jurista estadunidense, professora e teórica crítica de raça. Ressalta-se que apesar da denominação ter sido desenvolvida pela jurista, a construção desta já vem sendo construída há anos por feministas negras, dentro e fora do espaço acadêmico. Prova disso são as declarações realizadas ainda na primeira onda do feminismo, na luta abolicionista e por direito ao sufrágio. A fala conhecida de Sojourner Truth, em 1851, na primeira convenção nacional de mulheres em Seneca Falls idealizada por mulheres brancas, repercutiu no movimento. E esta já analisava de forma interseccional as categorias gênero, raça e classe de maneira dialética.

Conforme subscreve Davis (2016, p.77):

Dois anos depois da Convenção de Seneca Falls, aconteceu em Worcester, Massachusetts, a primeira Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres. Seja porque foi realmente convidada, seja por iniciativa própria, o

fato é que Sojourner Truth estava entre as participantes. Sua presença e os discursos que proferiu em encontros subsequentes pelos direitos das mulheres simbolizavam a solidariedade das mulheres negras com a nova causa. Elas aspiravam ser livres não apenas da opressão racista, mas também da dominação sexista. “Não sou eu uma mulher?” – mote do discurso feito por Sojourner Truth em uma convenção de mulheres em Akron, Ohio, em 1851 – continua sendo uma das mais citadas palavras de ordem do movimento de mulheres do século XIX.

Sozinha, Sojourner Truth salvou o encontro de mulheres de Akron das zombarias destrutivas promovidas por homens hostis ao evento. De todas as mulheres que compareceram à reunião, ela foi à única capaz de responder com agressividade aos argumentos, baseados na supremacia masculina, dos ruidosos agitadores. Com seu inegável carisma e suas poderosas habilidades como oradora, Sojourner Truth derrubou as alegações de que a fraqueza feminina era incompatível com o sufrágio – e fez isso usando uma lógica irrefutável. O líder dos provocadores afirmou que era ridículo que as mulheres desejassem votar, já que não podiam sequer pular uma poça ou embarcar em uma carruagem sem a ajuda de um homem. Com simplicidade persuasiva, Sojourner Truth apontou que ela mesma nunca havia sido ajudada a pular poças de lama ou a subir em carruagens. “Não sou eu uma mulher?” Com uma voz que soava como “o eco de um trovão”, ela disse: “Olhe para mim! Olhe para o meu braço”, e levantou a manga para revelar a “extraordinária força muscular” de seu braço. Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher?

Nesse contexto, devem-se considerar as ancestrais afrodescendentes de pessoas que foram escravizadas e que mesmo antes do conceito teórico metodológico da inteseccionalidade ser conceituado, já provocavam, no interior de movimentos de mulheres construídos, a base das experiências das mulheres brancas, sejam elas da classe média alta, ou operária, a reflexão e reivindicação das opressões de raça, gênero e classe.

Neste sentido, o conceito teórico cunhado por Crenshaw em 1989 faz jus a luta feminista negra e provoca a ampliação do pensamento feminista como um movimento que deva considerar todas as mulheres, segundo Crenshaw (2002, p.117):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Crenshaw (2002), discordando do feminismo hegemônico e cunhando o conceito teórico da interseccionalidade como ferramenta capaz de decifrar algumas realidades e contextos invisibilizados de mulheres negras, traz um novo sentido teórico a essas vivências, como sendo importantes para entender as relações sociais. Conforme a autora (2002, p.117), “raça, etnia, gênero, e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É por meio, delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem”.

Neste sentido, é necessário compreender que o conceito da interseccionalidade é uma perspectiva de método da teoria social crítica do pensamento feminista negro cunhada, por meio, das feministas negras e não dá para conduzir seu conceito como teoria e método sem considerar o movimento feminista negro. Afirmar a interseccionalidade como categoria analítica a partir de um feminismo interseccional, sem dar nome ao feminismo negro, é injusto, pois, é o feminismo negro que responde por interseccionalidade. Sendo assim, sua teoria é importante ferramenta para ampliar a visão do feminismo e decifrar realidades das mulheres negras, e suas experiências.

Crenshaw (2002, p.182) reafirma que:

A atenção à subordinação interseccional exige uma estratégia que valorize a análise de baixo para cima, começando com o questionamento da maneira como as mulheres vivem suas vidas. A partir daí, a análise pode crescer, dando conta das várias influências que moldam as oportunidades das mulheres marginalizadas. É especialmente importante descobrir como as políticas e outras práticas podem moldar suas vidas diferentemente de como modelam as vidas daquelas mulheres que não estão expostas a mesma combinação de fatores enfrentados pelas mulheres marginalizadas. Para isso são necessários esforços no sentido de destacar a necessidade de que os/as pesquisadores/as examinem especificamente as experiências das mulheres marginalizadas.

Desse modo, faz-se imperioso analisar quem são as mulheres marginalizadas pelos eixos de opressão gênero, raça e classe e como estes moldam e estruturam suas vivências/experiências. Para isso, é importante frisar que são as mulheres negras a base da pirâmide social e que vivenciam uma estrutura social pensada para excluí-las, conforme alguns dados que serão demonstrados no decorrer da pesquisa sobre a questão social, econômica e a política da condição da mulher negra.

Analisar a interseccionalidade como estruturas sociais que se colocam em desfavor às mulheres, é necessário, pois as expressões da questão social, sexual e

racial estão presentes no corpo da sociedade e acarreta a exclusão do acesso a direitos sociais para grande contingente populacional e, sobretudo, mulheres negras.

Refletir como funciona essa exclusão na perspectiva interseccional, enquanto profissional de serviço social, é importante, pois, o objetivo dessa profissão é atuar frente às expressões da questão social. Desse modo, quais populações estão excluídas do acesso a bens e serviços de qualidade? Considerando o contexto histórico brasileiro, sabe-se que desde o período escravocrata até a contemporaneidade, a população negra vem ocupando o espaço da marginalidade, neste sentido, porque foi forçado ao trabalho escravo e no sistema capitalista colocado como trabalhador livre, sem garantia de trabalho o que transformou essa população em numerosos contingentes de pessoas sobrevivendo sem acesso à moradia digna, alimentação saudável, educação de qualidade e demais direitos sociais.

Essa exclusão deve ser considerada para entender como o conceito de interseccionalidade vem sendo construído, e o porquê analisar e refletir sobre determinados eixos que juntos somam barreiras, especialmente para as mulheres negras, possibilitando assim, a não percepção delas na sociedade como sujeitas de direito. Neste sentido, é matéria do Serviço Social.

As categorias gênero, raça, classe, posicionadas de forma interseccional, expressam as múltiplas facetas das desigualdades e expressões da questão social, desse modo, considera-se como matéria do Serviço Social, diga-se matéria, pois expressamente têm a obrigação enquanto assistentes sociais, de contribuir coletivamente de forma crítica para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária sem opressão de raça, gênero e classe.

A constituição do conceito teórico da interseccionalidade deve ser trabalhada como matéria da categoria profissional do serviço social, pois, esta profissão tem como legado, posto e inscrito no projeto ético político, a luta anticapitalista, antirracista e anti-homofóbica, desse modo, como os profissionais podem decifrar e lutar contra o racismo e o machismo sem se apropriar deste conteúdo?

Percebe-se que é emergente o entendimento da interseccionalidade como ferramenta para melhor decifrar as realidades vivenciadas por populações marginalizadas, pois são consequências das estruturas sociais, ou expressão da questão social, sendo assim, o serviço social não está fora dessa estrutura.

Portanto, deve ser matéria para atuação frente essas demandas e para combate a essas opressões no interior da própria profissão.

Neste cenário de complexas relações, contradições, sobretudo de resistência no movimento negro e feminista, entender como a categoria profissional se posiciona frente a essas múltiplas ou compostas opressões que combinadas refletem não apenas na vida dos usuários e usuárias, é de grande relevância, principalmente a compreensão de como as profissionais negras da categoria vem galgando seu espaço e lugar de fala na profissão se faz importante na luta por igualdade e justiça.

Cotidianamente visualiza-se que as mulheres negras majoritariamente são pobres, aprende-se diariamente a conviver com diversas formas de exclusão e que cada forma dessa segregação representa e nos coloca em uma dada posição no status social das sociedades de classes. Conforme analisa Kilomba (2010)⁷, o lugar que nos é dado é o outro do outro.

Segundo Crenshaw (2002), essa situação torna as mulheres negras invisíveis. Em primeiro lugar, seus problemas por vezes ficam subincluídos e, embora se possa falar sobre todos os problemas enfrentados pelas mulheres, suas especificidades não deveriam ser discutidas. Muitas das questões relacionadas à raça/etnia que não eram incluídas inicialmente na agenda das feministas afetam/afetaram especificamente mulheres negras. As análises nem sempre consideram como raça, gênero ou classe social de forma interseccional contribuem para gerar as desigualdades.

Desse modo, entender o conceito da interseccionalidade como perspectiva de método é visualizá-la como teoria pensada a partir de marcadores sociais das diferenças, no caso, a tríade, gênero, raça e classe, que leva em consideração o ser

⁷ Segundo a autora Kilomba (2010) o lugar que nos é dado é o outro do outro porque no racismo, a recusa é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial: “Eles/elas querem tomar o que é Nosso, por isso têm de ser excluídos (as).” A informação original e elementar – “Estamos tomando o que é Deles (as)” – é negada e projetada sobre o (a) ‘Outro (a)’ – “Eles/elas estão tomando o que é Nosso” – o sujeito Negro torna-se então aquilo a que o sujeito *branco* não quer ser relacionado. Enquanto o sujeito Negro se transforma em inimigo intrusivo, o branco torna-se a vítima compassiva, ou seja, o opressor torna-se oprimido e o oprimido, o tirano. Este fato é baseado em processos nos quais partes *condidas* da psique são projetadas para fora, criando o chamado ‘Outro’, sempre como antagonista do ‘eu’. Essa cisão evoca o fato de que o sujeito *branco* de alguma forma está dividido dentro de si próprio, pois desenvolve duas atitudes em relação à realidade externa: somente uma parte do ego – a parte “boa”, acolhedora e benevolente – é vista e vivenciada como ‘self’, como ‘eu’ e o resto – a parte “má”, rejeitada e malévola – é projetada sobre o ‘Outro’ e retratada como algo externo. O ‘Outro’ torna-se então a representação mental do que o sujeito *branco* teme reconhecer sobre si mesmo, neste caso: o ladrão/ a ladra violento (a), o (a) bandido (a) indolente e malicioso (a). (tradução de Jessica Oliveira de Jesus apud Kilomba)

mulher, negra, pobre etc. na verdade uma convocação para pensarmos e atuarmos de forma que também considere a complexidade dessas relações, isso porque o sexismo, o heterossexismo e o racismo vêm dos mesmos lugares, vêm da dominação e na crença na superioridade sobre o sexo, sobre as formas de amar, e sobre a raça. Considera-se então que não exista hierarquia de opressão. Conforme Lorde (2019, p. 239):

Grande parte da história da Europa ocidental nos condicionava a ver as diferenças humanas segundo uma posição simplista: dominante/subordinado, bom/mau, no alto/embaixo, superior/inferior. Em uma sociedade onde o bom é definido em termos de lucro e não em termos de necessidade humana, há sempre um grupo de pessoas que, por meio de uma opressão sistematizada, é obrigado a se sentir supérfluo, a ocupar o lugar do inferior desumanizado. Dentro dessa sociedade, esse grupo é composto por negros e pessoas do terceiro mundo, trabalhadores, idosos e mulheres (LORDE, 2019, p. 239).

Neste seguimento, a historiografia dominante não considera os atravessamentos de raça e gênero na constituição de uma classe e que nas estruturas de disputas de classes há também o intercruzamento com as relações de gênero e de raça, como a autora anterior afirma, o grupo que comumente ocupa o lugar do inferior desumanizado é a classe trabalhadora, composta por pessoas negras em sua maioria, especialmente mulheres.

Compreende-se que, por isso, há necessidade de enfatizar os estudos por meio do conceito interseccionalidade como teoria e metodologia. A partir dessa perspectiva, destaca-se a importância da pesquisa que tem como hipótese o protagonismo ou não das mulheres negras assistentes sociais. Esmiuçar os processos que são engendrados acerca da invisibilidade dessas mulheres é refletir sobre as categorias da diferença, sobre quais espaços estas mulheres ocupam, sobre como na prática essas mulheres vêm enfrentando estes problemas.

Lorde (2019 p.240), afirma que “a rejeição institucionalizada da diferença é uma necessidade absoluta em uma economia baseada no lucro que precisa de forasteiros como superávit”. Com isso, fomos ensinadas a ignorá-las, a reagir com medo e ódio a diferenças. Desse modo, existe uma norma a se seguir. Essa norma se apresenta: em ser branco, heterossexual, magro, macho, jovem, financeiramente estável e cristão. Se você apresenta uma realidade diferente, você está fora da normalidade e conseqüentemente é pervertido, desviado, inferior.

Dessa perspectiva, é importante ressaltar como este projeto institucional, que na verdade é um projeto de sociedade galgado a partir da exclusão da população

preta e que se reproduz e atingem repetidas vezes as mulheres negras, atinge, pois, as barreiras institucionais do racismo e machismo mostram que mesmo acessando um grau de instrução elevado, o fato de ser mulher e o fator racial, serão empecilhos para assumir cargos de chefia, ou mesmo assumindo, a sua capacidade intelectual será questionada.

Lorde (2019, p. 242) diz que ignorar as diferenças de raça, entre as mulheres e as implicações dessas diferenças representa a mais séria ameaça à mobilização de forças das mulheres. Por isso, compreende-se que esta ausência de mulheres negras na academia, nas instâncias de poder da categoria profissional, nas bancadas importantes do Serviço Social, na produção do conhecimento científico, não funciona como uma mera ausência e sim como um silenciamento, pois elas estão ali. Mas, por que ainda permanece um silêncio profundo, sobre conteúdos construídos por pessoas negras? Um silêncio ensurdecedor, pois não vemos, ou não se tem acesso as suas obras, por que na maioria das vezes estamos sendo faladas? Faladas porque, outras pessoas estão falando de nós, e por nós, já que acessamos tão pouco à docência superior, ou a vida acadêmica.

Ribeiro (2017, p.65-67) analisa:

As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada fazem com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratados de modo igualmente subalternizado, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente. Isso, de forma alguma significa que esses grupos não criam ferramentas para enfrentar esses silêncios institucionais, ao contrário, existem várias formas de organização políticas, culturais e intelectuais. A questão é que essas condições sociais dificultam a visibilidade e a legitimidade dessas produções. Uma simples pergunta que nos ajuda a refletir é: quantas autoras e autores negros o leitor e a leitora, que cursaram a faculdade, leram ou tiveram acesso durante o período da graduação? Quantas professoras ou professores negros tiveram? Quantos jornalistas negros, de ambos os sexos, existem nas principais redações do país ou até mesmo nas mídias ditas alternativas? Essas experiências comuns resultantes do lugar social que ocupam impedem que a população negra acesse a certos espaços (RIBEIRO, 2017, p. 65-67).

Neste seguimento, é preciso apreender a interseccionalidade e qual a relação com este silenciamento. Conforme Ribeiro (2017), refutar a história tradicional e a hierarquização dos saberes consequentes da hierarquia social.

Em decorrência deste silenciamento é que se persegue a necessidade deste estudo, a interseccionalidade cunhada por feministas negras é um importante

conceito teórico para entender a relação das mulheres negras e a complexidade que são dadas sob as relações sociais.

Conforme ressalta Crenshaw (2002), a interseccionalidade oferece uma oportunidade de fazermos com que todas as nossas políticas e práticas sejam, efetivamente, inclusivas e produtivas. Sem reconhecer a importância da interseccionalidade não se entende o que as mulheres negras enfrentam e não se entende este silenciamento e suas resistências, e, sobretudo, valoriza a hierarquização dos saberes.

Collins (2019) explica essa consciência autodefinida e coletiva das mulheres negras, pois, o silêncio não deve ser interpretado como submissão. As intelectuais negras dos Estados Unidos exploraram por muito tempo esse espaço privado e oculto da consciência da mulher negra, das ideias “interiores”, que permitem às mulheres negras aguentar e, em muitos casos, transcender o confinamento das opressões de raça, classe, gênero e sexualidade que se interseccionam.

Levar em consideração as opressões que se interseccionam e como elas se interagem na vida e na experiência das mulheres negras é fundamental para entender a visibilidade e o protagonismo das assistentes sociais negras. Sendo assim, o papel da interseccionalidade, para além de organizar na teoria as diferentes opressões cruzadas que as mulheres negras vivenciam, tem também um papel político de identificar suas experiências, as formas como as mesmas se organizam frente a tais sistemas de poder, elas servem como perspectiva de metodologia para teorizar e colocar em prática tais desafios.

Neste seguimento, a construção de um lugar próprio, que abarque essas experiências coletivas de mulheres negras e que serviram de base para a formação do feminismo negro e do conceito de interseccionalidade, Collins (2019, p.290) menciona:

Em essência, esses questionamentos desafiam a necessidade de comunidades características de mulheres negras como entidades políticas. Organizações de mulheres negras voltadas à culinária, às unhas, aos locais em que se pode encontrar uma boa babá e aos outros tópicos apolíticos que recebem pouca atenção. Mas como podem as mulheres negras resistir como uma coletividade a opressões interseccionais como as que lhes afetam sem se organizarem em grupo? Como as mulheres negras norte-americanas identificam os assuntos específicos associados às imagens controladoras da condição de mulher negra sem espaços seguros nos quais possam conversar livremente? (COLLINS, 2019, p. 290).

A construção de espaços coletivos nos quais as mulheres negras se sintam mais seguras significou/significa enfrentar o viés masculinista no pensamento social e político negro e racista do movimento feminista. Não foi/é fácil para as mulheres negras afro-americanas, como exemplo, a escrita e fala dessas mulheres eram consideradas inúteis para a luta do movimento negro e do feminismo. Embora alguns escritores tenham reconhecido a importância da escrita e da fala delas, não apenas para a constituição do feminismo negro, mas, para a luta e o enfrentamento das desigualdades.

A constituição do pensamento feminista negro como teoria social crítica, desde então, não assume caráter único e imutável, mas a cada dia é plural e diversificado, entende-se não apenas o período de maior ascensão das escritoras negras estadunidenses, mas considera ainda outras mulheres negras em um contexto transnacional.

Os esforços das mulheres negras na construção da teoria social crítica refletem as experiências vividas por meio das opressões interseccionais de gênero, raça e classe, sexualidade, etnia, religião, nação. Este pensamento que também requer prática, é fruto dessas opressões e não surge da imaginação e sim da realidade na qual são condicionadas. Para Collins (2019):

O pensamento feminista negro, a teoria social crítica das estadunidenses negras, reflete relações de poder semelhantes. Para as afro-americanas, a teoria social crítica abrange conjuntos de conhecimentos e práticas institucionais que tratam ativamente das principais questões enfrentadas pelas estadunidenses negras como coletividade. Tal pensamento é necessário porque as afro-americanas como grupo permanecem oprimidas em um contexto nacional caracterizado pela injustiça. Isso não significa que todas as afro-americanas desse grupo sejam oprimidas da mesma maneira nem que umas não oprimam as outras. A identidade do pensamento feminista negro como teoria social “crítica” reside em seu compromisso com a justiça, tanto para as estadunidenses negras como coletividade quanto para outros grupos oprimidos (COLLINS, 2019, p. 43).

O pensamento feminista negro como teoria social crítica serve de base para lançar luzes ao serviço social, pois este tem a teoria social crítica de Karl Marx como importante na construção da profissão de modo geral, e foi no pensamento social de Marx que o serviço social saiu da base conservadora e se colocou como crítico e adotou como posicionamento a defesa dos direitos humanos e da classe trabalhadora. Tendo em vista o que esta categoria profissional defende, enquanto

projeto ético político, é que se questiona por que não articularmos em nossa construção teórica o pensamento feminista negro como teoria social crítica?

A teoria social crítica que Collins (2019) ressalta é pensada na defesa dos direitos humanos e da classe trabalhadora. Essa classe tem gênero e raça como eixos estruturantes que marginaliza as mulheres negras em especial, desse modo, a articulação dessa teoria social crítica com o serviço social seria emergente, pois partem de princípios em comum que se dialogam entre si.

A constituição do pensamento feminista negro, como teoria social crítica, surgiu ainda para enfrentar a opressão vivenciada por homens e mulheres negros, a segregação racial da moradia urbana vem sendo pilar para essa luta, pois estes viviam em comunidades, escolas, igrejas e bairros segregados racialmente. Neste sentido, formularam maneiras de resistir a essas opressões, baseadas na ancestralidade de matriz africana. Estes ainda demonstraram a verdade sobre a escravidão contada a partir de suas experiências e de seus ancestrais contradizendo a narrativa histórica dominante sobre o assunto. Estes saberes se configuram como resistência à injustiça a que são submetidos, e que ainda são subjugados.

A exploração a que são submetidas as mulheres negras no contexto estadunidense, tratando-se agora do fator trabalho, se baseia na agricultura e no espaço doméstico que serviu para as mulheres negras desmistificarem o racismo na prática. No caso das trabalhadoras domésticas, elas criavam laços afetivos com as crianças, filhas das patroas brancas, mas sabiam que jamais fariam parte de suas famílias. Essas experiências também são importantes, pois a partir delas, originou-se o pensamento feminista negro como teoria social crítica.

Segundo Collins (2019), as mulheres negras experimentavam uma espécie de outsider interna (*outsider within*), uma forma peculiar de marginalidade que originou uma perspectiva específica das mulheres negras em uma série de temas. Nós mulheres negras não nos sentimos pertencentes na sociedade e nos espaços que ocupamos, Collins (2019), diz que por isso colocam em evidência o significado de pertencimento.

O termo *Outsider* não tem uma definição inquestionável no contexto brasileiro, o referido termo significa “forasteiras de dentro” ou “estrangeiras de dentro”. O termo significa, de acordo Collins (2019), a forma como no lugar de marginalidade a mulher negra enfrenta essa questão de determinadas opressões com uma específica

criatividade na construção do pensamento feminista negro, ou seja, como exemplo as mulheres da academia e suas vivências de fora para dentro.

Lee (1973), observa que por algum tempo essa marginalidade pode ser uma experiência estimulante, embora muitas vezes dolorosa. Para alguns é debilitante e para outros é um estímulo para a criatividade (Lee, 1973). Neste sentido, conforme analisa Collins (2019), como *outsiders*, estudiosas feministas negras podem pertencer a um dos vários distintos grupos e intelectuais marginais cujos pontos de vista prometem enriquecer o discurso sociológico contemporâneo. Trazer esse grupo – assim como outros que compartilham um *status* de *outsider* ante a sociologia – para o centro pode revelar aspectos da realidade obscurecida por abordagens mais ortodoxas.

Desse modo, a realidade das mulheres negras, forasteiras de dentro, são espelhos dessa contradição, pois, Collins (2019), questiona se as mulheres são supostamente passivas e frágeis, por que as mulheres negras são tratadas como mulas e designadas para tarefas pesadas e de limpeza? Se as boas mães devem ficar em casa com os filhos e as filhas, por que as estadunidenses negras assistidas por políticas sociais são forçadas a trabalhar e a deixá-los em creches?

Todas essas contradições serviram de base para a formação do pensamento feminista negro como teoria crítica social, a partir do status de *outsider da* mulher negra, haja vista suas experiências, construíra saberes específicos há muitos anos. Esses saberes motivaram as mulheres negras estadunidenses a desenvolver um conhecimento especializado - o pensamento feminista negro. As mulheres negras acadêmicas que vivenciam esse status de outsider trazem em suas trajetórias tais questionamentos.

A partir das vivências das mulheres negras estadunidenses, suas histórias de vida segregadas, sejam raciais ou pela divisão social, econômica e política, ao passo que suprimiu as produções intelectuais, também serviu para influenciá-las na luta contra as opressões de gênero, raça e classe. Por isso, construiu um status outsider, porque as mulheres negras vivenciam experiências diversificadas nos espaços sócio ocupacionais e reagem de formas diferentes também.

“Outsider” porque as mulheres negras enxergavam que por mais diversificadas que fossem as respostas dadas nos espaços profissionais enquanto resistência ao sistema opressivo, ainda era difícil ultrapassar a barreira racial e

excludente que as colocava no lugar de marginais, desse modo, no espaço da construção do conhecimento também não é diferente. O discurso academicista dominante excluía/exclui as ideias das intelectuais negras que se sentiam suprimidas ou internalizadas sem um lugar próprio que sustente suas identidades e pluralidades. As mulheres negras são plurais ainda que pertencentes a uma coletividade.

Segundo Collins (2019), as realidades das mulheres negras são negadas por todos os pressupostos nos quais se baseia o pertencimento pleno a um grupo: a branquitude como condição para integrar o pensamento feminista, a masculinidade com a condição para integrar o pensamento social e político negro, e a combinação de ambas para fazer parte do setor dominante da academia.

Essas contradições nos espaços sócios ocupacionais e especialmente na academia, onde há relações de poder e disputas, influenciaram o desenvolvimento do pensamento feminista como teoria social crítica. Esse desenvolvimento trata-se de tentar reinscrever por meio da dialética e ativismo, as histórias, os saberes de mulheres negras intelectuais ou não.

Collins (2019, p.49) ressalta que recuperar as ideias das mulheres negras implica descobrir, reinterpretar e, em muitos casos, analisar pela primeira vez o trabalho de pensadoras negras estadunidenses tão extraordinárias que conseguiram ter suas ideias preservadas. Em alguns casos, esse processo implica em localizar obras não reconhecidas e não divulgadas, esparsas e esgotadas há muito tempo.

Este esforço é necessário para tentar reconstruir, ou entender a história de vida, as experiências de mulheres negras muitas vezes silenciadas, ou invisibilizadas, no percurso profissional e por vezes acadêmico. Saliencia-se ainda a importância de desconstruir o significado do que é ser intelectual com relação à historiografia dominante. Neste caso para compreender a relação com a invisibilidade e o silenciamento das mulheres negras.

Destarte, Davis (2017), hoje as mulheres negras ainda são compelidas a expor a invisibilidade à qual elas têm sido relegadas, tanto na teoria como na prática, no interior de amplos setores do movimento de mulheres tradicional.

Neste sentido, se ainda tem-se no campo da luta feminista negra a busca e a luta para sair dessa posição invisível, então essa prática ainda se faz necessária, pois, ainda não se tem uma estrutura que reconheça as mulheres negras como pessoas que requerem sim espaços próprios que abarquem suas subjetividades de

forma plural e diversificadas, e essa compreensão não se pode fazer sem relacionar a interseccionalidade.

Ainda segundo Davis (2017):

As mulheres da classe trabalhadora, particular as de minorias étnicas, enfrentam a opressão sexista de um modo que reflete a realidade e a complexidade das interconexões propositais entre opressão econômica, racial e sexual. Enquanto a experiência das mulheres brancas de classe média com o sexismo incorpora uma forma relativamente isolada dessa opressão, a experiência das mulheres da classe trabalhadora obrigatoriamente situa o sexismo no contexto, da exploração de classe – e as experiências das mulheres negras, por sua vez, contextualizam a opressão de gênero nas conjunturas do racismo (DAVIS, 2017, p. 37).

Tendo em vista que as mulheres negras assistentes sociais são parte da classe trabalhadora, quais as experiências dessas mulheres, com relação às possíveis opressões que vivenciam? O que essa dinâmica tem provocado? Consequentemente, o nome interseccionalidade pode ter sido cunhado recentemente, porém, as experiências não são. Portanto, pesquisar sobre a temática é também uma ação política e radical de combate a essas opressões.

Todas as escritoras e pesquisadoras até aqui abordadas reafirmam que as opressões de gênero, raça e classe submetem as mulheres negras a uma vulnerabilidade complexa e sistematizadas, especialmente nesses três eixos, o sistema econômico, as consequências de uma escravidão e o sexismo são formas de dominação que, atravessados, resultam em desigualdades.

Cabe a nós mulheres negras questionarmos ainda o porquê, dependendo do continente e nação, tem-se certa invisibilidade sobre o assunto da interseccionalidade e até mesmo sob as intelectuais que produzem sobre isso. Ao abordar esta pesquisa por meio da premissa de tentar entender sua conceituação, ressalta-se aqui um esforço de trazer o que tais autoras pesquisam sobre a temática, sem hierarquizar por nação ou país, mas resgatar um pouco sobre o que todas independente do continente retratam.

Contudo, a interseccionalidade como construção teórica do feminismo negro, traz uma gama importante de temas, que retratam as diversas experiências das mulheres negras e reflete um pensamento feminista negro que, enquanto teoria, refuta as estruturas de dominação na luta por justiça e igualdade em defesa dos direitos humanos e livre das amarras do capital.

2.3 Interseccionalidade e contexto de teorização no Brasil

Embora estejamos experienciando na contemporaneidade um processo de maior visibilidade das construções teóricas de feministas negras, a interseccionalidade não é um conceito teórico metodológico novo para as mesmas, enquanto as intelectuais negras participavam dos movimentos antirracistas e feministas vivenciavam/vivenciam o dessabor das opressões que se interseccionam, desse modo, tanto às brasileiras, quanto africanas e americanas etc.

Na tentativa de entender o conceito teórico metodológico da interseccionalidade, no contexto das práticas feministas brasileiras, sobretudo no feminismo negro, é imperioso reconstruir o processo histórico que liga as opressões e as demandas para as mulheres negras no período de formação do ativismo negro e do movimento de mulheres no Brasil.

Segundo Rodrigues (2013), embora marcados por inúmeras diferenças, o Movimento Feminista e o Movimento Negro ressurgem nos anos 1970, ainda marcados pela ditadura militar, sendo pautados por uma luta pela redemocratização e para extinguir as desigualdades sociais e em busca de cidadania.

Em ambos os movimentos, as mulheres negras se sentiam invisibilizadas e não correspondiam suas pautas. Tais movimentos institucionalizaram-se partilhando uma ideia de igualdade: entre as mulheres a questão racial não seria fundamental; e entre os negros diferenças entre homens e mulheres foram desconsideradas (RIBEIRO, 1995; BAIROS, 1995, CARNEIRO, 2003).

Neste sentido, o movimento negro e feminista acabou por reproduzir no interior deles opressões que combinadas, vulnerabilizavam e silenciavam as condições específicas das mulheres negras, desse modo, criando um solo para uma ruptura, pois elas lutaram para garantir suas especificidades que não eram levadas em conta nos movimentos anteriores.

Na produção teórica, a raça ficava de fora e não aparecia como uma variável para entender as diferentes e históricas relações desiguais e estruturais que determinam o papel feminino, comumente, a variável classe se mostrava presente como constituintes nas desigualdades entre as mulheres.

A invisibilidade da raça na constituição teórica do movimento feminista e a ausência das pautas de gênero no movimento negro provocaram as mulheres negras a refletir e questionar tais exclusões.

Conforme analisa González (2019, p.238):

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós, o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Conseqüentemente, o lugar de onde falaremos põe outro aquele que habitualmente vinham colocando em textos anteriores. E a mudança se deu progressivamente a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar à questão da mulher negra em outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta (GONZALEZ, 2019, p.238).

Nessa linha de raciocínio Carneiro (2019, p.273) enfatiza

Enegrecendo o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminismo construído em sociedades multirraciais e plurirraciais. Com essas iniciativas, pôde-se compor uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre; delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta antirracista no Brasil (CARNEIRO, 2019, p. 273).

Carneiro (2003), afirma que as mulheres negras tiveram que enegrecer a agenda do movimento feminista e sexualizar a do movimento negro, promovendo uma diversificação das concepções e práticas políticas em uma dupla perspectiva, tanto afirmando novos sujeitos políticos quanto exigindo reconhecimento das diferenças e desigualdades entre esses novos sujeitos.

Essas reflexões vêm promovendo um maior engajamento das mulheres negras acerca da agenda feminista no país e dos movimentos antirracista, levando os âmbitos dos planos nacionais e internacionais, buscando assegurar novas demandas específicas.

Todavia, não foi e nem vem sendo um processo fácil, é emergente entender que apesar dessas construções acima relacionadas, primeiro, as mulheres negras se situaram no contexto das opressões cruzadas entre o racismo e o sexismo, o que

possibilitou o entendimento acerca de qual lugar de fala e de experiências elas falavam/falam.

Neste sentido, visualiza-se a outra categoria como consequência da relação intercruzada entre racismo e sexismo, a classe, as quais estão majoritariamente ocupando o lugar da marginalidade, segundo Gonzalez (2019, p.240):

A primeira coisa que a gente percebe nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por quê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criança etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e, se é malandro, é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha, pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto, têm mais é que ser favelados (GONZALEZ, 2019, p. 240).

A mulher negra, a cozinheira, a empregada doméstica, possui assim como na escravidão, na contemporaneidade duas funções: a do fator trabalho e sexual percebe-se logo, que isso não mudou até aqui, como observa Gonzalez (2019), comparando com a figura da mucama, que significa a escrava negra moça e de estimação que era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar pessoas da família, e que, por vezes, era ama-de-leite. Logo a empregada doméstica, segundo Gonzalez (2019, p.244):

Quanto a doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua própria família e a dos outros nas costas. Daí, ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego, é uma categoria “branca”, unicamente atribuível a “brancas” ou “clarinhas”). Os porteiros dos edifícios obrigam-nos a entrar pela porta de serviço, obedecendo instruções dos síndicos brancos (os mesmos que as “comem com os olhos” no carnaval ou nos oba-obas. Só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço). E, pensando bem, entrada de serviço é algo meio maroto, ambíguo, pois sem querer remete a gente para outras entradas (não é, seu síndico?). É por aí que a gente saca que não dá pra fingir que a outra função da mucama tenha sido esquecida. Está aí (GONZALEZ, 2019, p. 244).

Desse modo, entende-se a perversidade do racismo e do sexismo, e de que forma estas proporcionam a mulher negra, não apenas a dupla face de opressões cruzadas, mas também uma tripla, permitindo a continuidade da vulnerabilidade

histórica da mulher negra: a raça, o gênero e classe operando sistematicamente juntos para manter a hegemonia e o poder da branquitude.

A perversidade dessas opressões mantém a mulher negra na base da pirâmide, que sem mobilidade social, justifica suas opressões na meritocracia. Esquece-se de propósito: como um projeto de sociedade que extermina a população negra, especialmente os homens, seus filhos, seus companheiros, seus irmãos. Ainda se esquece dos quase 400 anos da escravidão e suas consequências à população negra.

Sobre isso Gonzalez (2019, p.245) diz que:

Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isso porque seu homem, seus irmãos, seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (GONZALEZ, 2019, p. 245).

Isso não era muito diferente na escravidão, pois as mães pretas eram quem exerciam os papéis de mães do filho dos senhores, enquanto viam seus próprios filhos sendo vendidos. As mulheres-esposas brancas apenas pariam os filhos dos senhores. No Brasil-colônia, essa relação continuará refletindo o que se tem hoje. Uma relação definida entre a exploração do trabalho e da pessoa.

Nascimento (2019, p.260) afirma que:

Contrariamente à mulher branca, sua correspondente no outro polo, a mulher negra é considerada uma mulher essencialmente produtora, papel semelhante ao do homem negro, isto é, desempenha um papel ativo. Antes de mais nada, como escrava, ela é uma trabalhadora, não apenas nos afazeres da casa-grande (atividade que não se limita a satisfazer as vontades de senhores, senhoras e seus filhos, mas como produtora de alimentos para a escravaria), como também no campo, desempenhando atividades subsidiárias do corte e do engenho. A sua capacidade produtiva, determinada pela condição de mulher e, portanto, mãe em potencial de novos escravos, afirmava a sua função de reprodutora de nova mercadoria para o mercado de mão-de-obra interno. Assim, a mulher negra era também vista como uma fornecedora de mão-de-obra em potencial, concorrendo com o tráfico negreiro (NASCIMENTO, 2019, p. 260).

A mulher negra, junto de seu companheiro negro, eram objetificados a fim de manter viva a máquina da escravatura. Embora na modernidade, com a industrialização, havendo um campo mais diversificado da classe trabalhadora, a imigração dos europeus, e a estratificação social apresentou maior flexibilidade do

que nos períodos anteriores. Contudo, mantêm algumas diferenças que se perpetuam aos diversos papéis atribuídos em uma sociedade de classes, como um dos eixos estruturantes, a raça se mantém intacta preservando lugares semelhantes aos pertencentes da raça dominada no período escravocrata.

É importante levar em consideração como o fator trabalho e pessoal estão relacionados com o racismo e sexismo e de que formas se manifestam em nossa sociedade, que é marcada ainda pelo mito da democracia racial. O mito que tem como ideia principal acreditar que existe democracia entre as raças, ou seja, a ideia de que o Brasil não é racista. Estas relações são basilares, o que nota-se, desde o período escravocrata, é a desumanização do ser negro, especialmente, neste caso, da mulher negra, e essa desumanização se perpetua de certa forma até o momento atual, seja nas relações de trabalho, seja nas relações pessoais, uma está imbricada na outra, e vai moldando as experiências das mulheres negras. Estas, por sua vez, vão resistindo.

Segundo Nascimento (2019), em uma sociedade como a brasileira, em que a dinâmica do sistema econômico estabelece espaços na hierarquia de classes, existem alguns mecanismos para selecionar as pessoas que irão preenchê-los e o critério racial constitui-se em um desses mecanismos de seleção, fazendo com que as pessoas negras sejam relegadas aos lugares mais baixos da hierarquia, resultando de patente discriminação.

Quando se trata das mulheres negras, essas vêm ocupando espaços semelhantes desde a escravidão. Então, como as mulheres negras assistentes sociais que ocuparam espaços de gestão perceberam/percebem essa mobilidade? Embora estas mulheres sejam exceção e não a regra, como são vistas e tratadas quando ocupam estes espaços? Muitas nem ousam ocupar porque sabe-se que na hierarquia de classes estes locais foram construídos para e pela imagem racial dominante, desobrigando-se a penetrar estes lugares.

Ainda segundo Nascimento (2019):

A mulher negra, elemento que expressa mais radicalmente a cristalização dessa estrutura de dominação, vem ocupando os mesmos espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. Dessa maneira, a “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não mudou muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos nas áreas urbanas, em menor grau na indústria de transformação, e que permaneça como trabalhadora nos espaços rurais. Podemos acrescentar, no entanto, ao exposto anteriormente que a estas sobrevivências ou resíduos do escravagismo se

superpõem os mecanismos atuais de manutenção de privilégios por parte do grupo dominante. Mecanismos que são essencialmente ideológicos e que, ao se debruçarem sobre as condições objetivas da sociedade, têm efeitos discriminatórios. Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser uma mulher de raça negra como por seus antepassados terem sido escravos (NASCIMENTO, 2019, p. 261).

Levando em consideração que a educação é um mecanismo que pode contribuir com a mobilidade social e a transformação da posição social da mulher negra, ainda é um requisito para galgar melhores condições de emprego e renda na sociedade brasileira. O acesso à educação continua limitado, arcaico, e se constituindo como mercadoria, as mulheres negras que acessam a educação são raras exceções. Registra-se que a mulher branca conseguiu maior acesso ao curso superior diminuindo proporcionalmente a desigualdade entre os homens brancos, porém, a população negra ainda continua com índices reduzidos de acesso e permanência ao direito educacional, especialmente as mulheres negras.

Segundo Nascimento (2019):

Ao analisar a situação do mercado de trabalho no Brasil, vimos como a mulher negra se encontra na mais baixa posição da hierarquia social. No entanto não é somente por meio desse contexto específico que se pode atestar a situação de subordinação em que vive a mulher negra no país. A condição feminina a conduziu a um tipo de dominação sexual por parte do homem desde os primórdios da colonização. A exploração sexual de que foi vítima por parte dos senhores – situação determinada principalmente pela moral cristã portuguesa que atribuía à mulher branca das classes mais altas o papel de esposa, dependente economicamente do homem, e limitada quando esposa, ao papel de procriadora, com a vida sexual restrita à maternidade – fez com que a liberação da função sexual masculina recaísse sobre a mulher negra ou mestiça (NASCIMENTO, 2019, p. 263).

Os estereótipos sob a condição sexual da mulher negra se cruzam também com sua condição de vulnerabilidade social, financeira e racial. Sabe-se que isso facilita a tarefa masculina de exercer sua dominação de forma livre e longe dos julgamentos dos poderes e autoridades.

A dominação masculina é exercida também sob as relações interpessoais, neste processo, fala-se sobre a solidão da mulher negra, pois se há uma desvantagem acerca das relações, geralmente as relações interpessoais e amorosas também serão tecidas nesta conjuntura.

Essas relações são marcadas por um desejo de repartição do afeto e dos recursos materiais, mas conforme nos apresenta Nascimento (2019), nas camadas

mais baixas da população, cabe a mulher negra o verdadeiro eixo econômico onde gira a família, não obedece aos padrões patriarcais, muito menos aos padrões modernos de constituição nuclear, são da família, todos aqueles que vivem as dificuldades da extrema pobreza.

Entretanto conforme Nascimento (2019) nos apresenta:

Nem toda mulher negra está nessa condição. Quando ela escapa para outras formas de trabalho, dirige-se ou para profissões que requerem educação formal ou para arte (como a dança). Nesses, papéis, elas se tornam verdadeiras exceções sociais. Mesmo nesse cenário, continua com o papel de mantenedora, na medida em que, numa família preta, são poucos os indivíduos a cruzar a barreira da ascensão social. Quando o fazem, variadas gamas de discriminação racial dificultam os encontros da mulher preta, seja com homens pretos e de outras etnias (NASCIMENTO, 2019, p. 267).

Neste sentido, a mulher negra fica na encruzilhada entre sua individualidade e a discriminação racial, que surgem como impedimento e habitualmente é mais temida pela potência que pode agregar opondo-se a um relacionamento com dominação unilateral, desse modo, quanto mais a mulher negra estuda, mais é conduzida a individualizar-se.

São diversas as formas de opressão nas experiências das mulheres negras no contexto brasileiro, estas vêm tentando desmistificar suas especificidades, e por meio da militância política, demonstrar que, conforme enfatiza Gonzalez (2000), a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial.

Visualiza-se que a classe, ou melhor, a condição socioeconômica tem cor e tem gênero, e que algumas mobilizações foram realizadas ao longo dos anos sobre a desigualdade racial e de gênero, acerca do mercado de trabalho, em cima da subjetividade da mulher negra e nas diversas relações que tecem e conduzem ainda a sociedade brasileira, porém, foi insuficiente para transformar de forma significativa toda essa estrutura.

Desse modo, a interseccionalidade, que agrupa classe, gênero e raça é assertiva, porque traduz a emergência da questão, coloca em xeque o que os indicadores sociais há tantos anos vêm demonstrando e revelando. E ele nos revela que a maioria das mulheres negras vive sob condições vulneráveis, e que mesmo algumas conseguindo prestígio ou ascensão social por meio do seu trabalho, ou da sua arte, o racismo ainda é imperativo para isolá-las, e assim desagregá-las.

Contudo, o que se presencia a luz das vivências das mulheres negras, é que a raça ainda continua sendo determinante para enaltecer as vantagens e desvantagens inerentes a ela. Se pertencer a raça dominante, os privilégios são garantidos mesmo sendo classe trabalhadora, o que muda são as oportunidades, a desigualdade e os estigmas a que são expostas as pessoas negras.

O que resta a este grupo, é de fato, o lugar que ninguém quer estar. Mas no caso brasileiro, ainda há uma ficção denominada mito da democracia racial, caracterizando o país como um lugar lindo onde todas as raças vivem bem. Conforme Carneiro (2011), o mito da democracia racial ao desracializar a sociedade por meio da apologética da miscigenação que se presta historicamente a ocultar as desigualdades raciais.

Contrariando essa lógica, têm-se os indicadores sociais que realmente demonstram a situação da mulher negra no Brasil, onde elas vivem, de que forma acessam a educação e se acessam, ou e se permanecem, que dizem onde elas trabalham, de que forma trabalham, que explicam as diferentes violências sofridas nos espaços institucionais, o alto índice de mortalidade, a diferenciação no acesso à saúde, que traduzem de que forma seus filhos, irmãos ou companheiros morrem, de que forma são expostas ou de que forma são solitárias.

Todos esses quesitos mencionados anteriormente configuram-se uma questão estruturante de uma sociedade que tem e mantém em sua base mulheres, negras e pobres. Segundo Nascimento (2019), a mulher negra vem ocupando os mesmos espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. Todas essas contradições contrariam o mito da democracia racial.

Há então uma exigência social, política e cultural aos modelos europeus, ou de seus descendentes, isso se configura com mais força no fator trabalho e educação, pois se sabe que para alcançar uma vaga de emprego e concorrer no mercado de trabalho com igualdade, no tocante as pessoas brancas, torna-se uma desvantagem numerosa, conforme dados do Ministério do Trabalho e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), apresenta que pessoas brancas têm mais anos de estudos que pessoas negras, e via de regra, o filtro para essa vaga exige mais tempo educacional, cerca de 11 anos no mínimo.

Desse modo, percebe-se que são diversas as desigualdades impostas as pessoas negras, ao passo que na agenda governamental, pouca coisa se modificou para garantir proteção equânime a esse grupo.

Devido às condições de vulnerabilidade da população negra, no acesso as políticas públicas e no reconhecimento como ser humano, há uma maior intensificação do feminismo negro brasileiro pressionando os governos e articulando de forma geral que as pautas sejam inseridas nas agendas governamentais, neste sentido, angariando uma força maior na luta contra as opressões.

Durante os anos 2000, houve a Conferência Regional das Américas e a III Conferência Mundial Contra o Racismo, e as mulheres negras brasileiras se engajaram de forma positiva, de modo que impactou não apenas as mulheres negras, na perspectiva de garantir formação e conscientização, mas também influenciando o próprio movimento feminista brasileiro, provocando uma coparticipação.

Porém, ainda assim, essas mobilizações não foram suficientes para composição de uma agenda governamental que abarcasse as diferenças dos marcadores da interseccionalidade de modo a ampliar e garantir uma equidade aos direitos sociais e humanos da população negra.

Sabe-se ainda que o trabalho seja o fator decisivo para se reproduzir dignamente nessa sociedade. Neste sentido, as mulheres negras também são postas em situações de desvantagens, pois, segundo Carneiro (2011), essas são preteridas (no acesso, em promoções e na ocupação de bons cargos) em função do eufemismo da “boa aparência”, cujo significado prático é: preferem-se as brancas, melhor ainda se forem louras.

Conforme mostra Carneiro (2011):

No mercado de trabalho, o resultado concreto dessa exclusão se expressa no perfil da mão-de-obra feminina negra. Segundo dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministério da Justiça na publicação Brasil, gênero e raça, “as mulheres negras ocupadas em atividades manuais perfazem um total de 79,4%”. Destas, 51% estão alocadas no emprego doméstico e 28,4% são lavadeiras, passadeiras, cozinheiras, serventes (CARNEIRO, 2011, p. 128).

Para além das ocupações de menor prestígio, visualiza-se que a sociedade brasileira destinou às mulheres negras o lugar do espaço doméstico, onde ainda se têm inúmeras desvantagens, com relação aos direitos trabalhistas e a própria remuneração. Sabe-se ainda que as mulheres brancas possuam remunerações mais altas que as mulheres negras. Conforme analisou Carneiro (2011), o rendimento médio nacional entre negros e brancos em salários mínimos assim se

distribui: o homem branco ganha 6,3 salários mínimos; a mulher branca, 3,6; o homem negro, 2,9; a mulher negra, 1,7.

Todas essas inquietações relacionadas essencialmente as opressões de racismo e sexismo serviram para a consciência de mulheres construírem ações e propostas de enfrentamentos a essas problemáticas no Brasil, esses por diversas vezes percebidos no movimento feminista negro que articula a tríade gênero, raça e classe como eixos interseccionais da opressão. Como foram colocadas pelas intelectuais negras, suas reflexões acerca da situação de mulheres negras brasileiras que antes da conceituação do nome interseccionalidade já entendiam as consequências desses eixos na vida das mesmas.

Diante das desigualdades históricas relacionadas à luta de classes, gênero e raça, no país, no século XXI, em semelhança e trazendo essa herança de feministas negras estadunidenses propõe-se refletir sobre o pensamento feminista negro como teoria social crítica, tem-se uma maior emergência de conceituação da interseccionalidade no Brasil, tendo em vista que as mulheres negras são as mais interessadas na construção dessa ferramenta. Akotirene (2019, p.47), é contundente ao definir que:

A interseccionalidade nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatrificado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões. A interseccionalidade dispensa individualmente quaisquer reivindicações identitárias ausentes da coletivamente constituída, por melhores que sejam as intenções de quem deseja se filiar à marca fenotípica da negritude, neste caso as estruturas não atravessam tais identidades fora da categoria de outros (AKOTIRENE, 2019, p. 47).

Como no caso brasileiro é preciso entender que há mestiçagem, diferente da Europa, aqui o mito da democracia racial, por vezes, não permite enxergar quais pessoas são acidentadas por essas opressões. Isso para que se saiba apreender que são múltiplas as estruturas que se somam e mantêm na base da pirâmide social as pessoas negras, em virtude de uma gama de desigualdades.

Akotirene (2019), afirma que, a interseccionalidade é útil para perceber onde começa o racismo e termina a discriminação regional, a xenofobia e as opressões ressignificadas contextualmente. Neste sentido, é imperioso observar as experiências das mulheres negras brasileiras, para decifrar também as formas de resistência a determinadas opressões, para isso, a interseccionalidade se faz presente.

Conforme Akotirene (2019):

A interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas. Trata-se de experiência racializada, de modo a requerer sairmos das caixinhas particulares que obstaculizam as lutas de modo global e vão servir as diretrizes heterogêneas do ocidente, dando lugar à solidão política da mulher negra, pois que são grupos marcados pela sobreposição dinâmica identitária. É imprescindível insisto utilizar analiticamente todos os sentidos para compreendermos as mulheres negras e “mulheres de cor” na diversidade de gênero, sexualidade, classe, geografias corporificadas e marcações subjetivas (AKOTIRENE, 2019, p. 48).

Neste caso, para entender melhor as mulheres negras e todas as subjetividades e experiências que são constituintes de processos que elas vivenciam, visualiza-se diferenciação das mulheres negras brasileiras, intelectuais ou não, das afro-americanas sobre sua visibilidade, regionalidade e sobre as opressões que se interseccionam, questiona-se se estes são processos definidores para sua visibilidade/invisibilidade? Na categoria profissional de serviço social e por conseguinte na sociedade.

Insiste-se aqui em provocar a categoria profissional de serviço social para melhor apropriar-se da interseccionalidade, ancorada no movimento feminista negro, como teoria social crítica que assim sendo, se articula aos princípios do Código de Ética Profissional do Serviço Social (CFESS/2019) quando estabelece a defesa intransigente dos direitos humanos e a luta por uma sociedade sem opressão de gênero, raça/etnia e classe.

Neste sentido, compreender as múltiplas relações que carrega a interseccionalidade como ferramenta para entender as possíveis experiências diferenciadas das mulheres negras no serviço social, cruzadas por marcações sociais diversas, se faz determinante nesta trajetória da pesquisa. Desse modo, interseccionalidade enxerga o que a classe pode dizer da raça, da mesma forma que raça informa sobre classe.

CAPÍTULO 3 – ASSISTENTES SOCIAIS NEGRAS: ANÁLISE DA MILITÂNCIA, DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL, PESSOAL, E EXPERIÊNCIA JUNTO AO CONJUNTO CFESS/CRESS.

Para fazer diferença na vida das mulheres negras brasileiras, temos de fazer mais que simplesmente esperar por um futuro melhor o que temos de fazer é nos organizar e nunca parar de questionar. O que temos de fazer, como sempre é trabalhar muito.

Sueli Carneiro

O capítulo três versa sobre a construção do Serviço Social Brasileiro até os formatos atuais, suas instâncias representativas e o percurso histórico travado a partir da década de 1990, com uma abertura para a defesa dos direitos humanos e da participação política. Ressalta-se a ampliação do Serviço Social, mas a pesquisa não aprofunda o debate sobre a profissão, pois a pesquisa tem outro objetivo.

Com base na pesquisa de campo realizada, será apresentado os dados que mostram a realidade das trajetórias profissionais, pessoais, à militância no conjunto CFESS/CRESS, e de modo geral com base nas autoras: Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Carla Akotirene, Magali da Silva Almeida, Marcia Eurico Campos, Audre Lorde, Patrícia Hill Collins, Angela Davis, entre outras intelectuais que dialogam sobre o pensamento feminista negro como teoria social crítica.

Como ponto de partida crucial, pressupõe uma construção não voltada para o debate sobre a categoria profissional, ou as instâncias representativas, mas para a reflexão sobre as experiências das mulheres negras assistentes sociais, e como o Serviço Social crítico deve articular e ampliar o debate no íterim da profissão.

Contudo, o que se demonstra é como o pensamento feminista negro afro-brasileiro está mais do que nunca vivo e faz conexões de forma transnacional, e as experiências das mulheres negras acendem uma luz para esse contexto.

A pesquisa foi realizada com objetivo de entender as experiências, o protagonismo e a visibilidade das mulheres negras assistentes sociais, o que resultou pesquisar o pensamento feminista negro, sua teoria, as conexões entre gênero, raça e classe, ainda aprofundar a discussão de construção do Serviço Social e como o mesmo rompe com o conservadorismo. O Serviço Social discute timidamente as questões transversais, o que provoca a reprodução de preconceitos, como a falta de visibilidade de mulheres negras assistentes sociais, tendo em vista que isso é um problema comum na sociedade brasileira, não apenas exclusivamente com as assistentes sociais negras.

A pesquisa de campo foi realizada utilizando-se dois recursos: o presencial e a internet. Tendo em vista que o lócus de pesquisa se concentrou em estados diferentes, CRESS- GO/TO, e CFESS/DF, o que exigiu o uso das duas modalidades.

Foram entrevistadas oito (8) assistentes sociais negras, que defendem um serviço social crítico, que se reconhecem como negras, que atuam nos diversos espaços sócio ocupacionais, que militam em movimentos sociais e nos conselhos representativos da profissão e que aceitaram participar da pesquisa.

A metodologia aplicada à pesquisa são duas, a saber: análise de conteúdo de Bardin, e a teoria social crítica do pensamento feminista negro. A forma como está estruturada, como estão desenvolvidas as etapas, os instrumentais, foi mais especificamente a partir da análise de conteúdo, e os elementos teóricos que sustentam as análises, são a partir da teoria social crítica do pensamento feminista negro.

Desse modo, foram utilizados, como método para obter os dados: a entrevista semiestruturada, o questionário sócio demográfico, utilizando-se de recursos para entrevista com recursos e aplicativos como e-mail, Whatsap, Skype, dentre outros

3.1 Serviço Social e escravidão: percurso histórico, e o intercruzamento com o conservadorismo

A história do Serviço Social vem sendo construída por uma série de fatores que acompanha o percurso histórico, social, econômico e político brasileiro. É uma profissão inserida na divisão sócio-técnica, racial, e sexual do trabalho, sendo sua trajetória marcada pela contradição que envolve Estado, Trabalho e Capitalismo, sem esquecer-se de sua gênese marcada pela caridade e benevolência ancorada na igreja católica.

Afirmar que o Serviço Social está inserido nessa divisão é afirmar que se encontra alicerçado nas relações sociais, que, com o advento do sistema capitalista, as relações se modificam e se criam outras estruturas.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2004, p. 75)

O Serviço Social como instituição componente da organização da sociedade não pode fugir a essas realidades. As condições que peculiarizam o exercício profissional são uma contradição da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade e em determinadas conjunturas históricas. Como as classes sociais fundamentais e suas personagens só existem em relação

pela mútua mediação entre elas, a atuação do assistente social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz também pela mesma atividade interesses contrapostos que convivem em tensão.

Neste sentido, a/o assistente social inserido nessa divisão também se depara com as relações sócio históricas, como as relações raciais, que são postas em menor relevância nessa dinâmica estrutural, o que consideravelmente faz corroborar com a estrutura dominante. Embora a questão étnico-racial, sexual e de gênero esteja presente na dinâmica das relações sociais que perpassa seu trabalho profissional.

Conforme Iamamoto e Carvalho (2004), a questão social, e seu aparecimento, diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Trabalho livre que se generaliza em circunstâncias históricas nas quais a separação entre homens e meios de produção se dá, em grande medida, fora dos limites da formação econômica social brasileira, sem que tenha realizado em seu interior a acumulação (primitiva) que lhe dá origem que marcará profundamente seus desdobramentos. (p.125)

Tomando-se por base o processo de formação social brasileiro, o “fim da escravidão”, e as relações sociais complexas, considerando o sistema de divisão social, sexual, e racial do trabalho, todo esse conjunto de fatos, não veio somado de iniciativas que reintegrasse a população negra à sociedade, o que marca a gênese do Serviço Social.

Segundo Gonçalves e Ambar (2015), o fim da escravidão negra no Brasil não veio acompanhado por políticas de integração do contingente de ex-escravizado-(a)s na sociedade capitalista emergente. Todas as instituições se viram de um dia para o outro desresponsabilizadas pela manutenção e segurança dos libertos. Nenhuma delas, a começar pelo Estado, assumiu encargos que pudessem prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho Fernandes (2008). Resultado: o (a)s trabalhadores (a)s negro (a)s agora “livres” se viram alijado (a)s do trabalho competitivo que ergueria os pilares da conclamada nação brasileira.

Para Gonçalves e Ambar (2015), a população negra considerada desqualificada para o incipiente mercado de trabalho, foi substituída pelo europeu. Espoliada dos meios de produção e sem possibilidade de vender – como os demais

trabalhadores – a sua força de trabalho, a população recém-liberta passa a ocupar os ofícios mais inferiores e desprovidos de técnicas. Ainda conforme as autoras (2015), os grupos indígenas, africanos e mestiços eram considerados verdadeiros obstáculos à civilização, pois impediam a construção da identidade nacional.

No ano de 1911, o então diretor do Museu Nacional, João Batista de Lacerda, representando o Brasil no Congresso Mundial sobre Raça, em Londres, defendia a ideia e a miscigenação brasileira, ao contrário do que se acreditava acerca do perigo da mistura das raças para a formação de um povo híbrido, degenerada física e intelectualmente, seria, na verdade, a possibilidade real e concreta de embranquecer a população mestiça. Afirmou aos participantes do referido congresso que, no prazo máximo de cem anos, os negros não existiriam mais no país, pois através da miscigenação, o gene branco que se acreditava ser mais forte e predominante que o gene negro e que embranqueceria a população. (ABEPSS, 2018)

Nesse período histórico, vivíamos sob a hegemonia do pensamento europeu determinista e o racismo científico exercia forte influência sobre as produções dos intelectuais brasileiros. A miscigenação, na perspectiva da teoria do embranquecimento, surge então como uma “porta de saída” interessante e viável para a constituição de uma nação branca, livre da “mancha negra”, tão indesejada pela classe dominante no período pós-abolição. (ABEPSS, 2018).

Entretanto, ao contrário do que havia sido previsto pelo então diretor do Museu Nacional, os últimos dados do IBGE revelam que, após os cem anos do congresso em Londres, a população brasileira é hoje constituída majoritariamente por negros, ou seja, pretos e pardos. Estes representam hoje 54% do conjunto da população. (ABEPSS, 2018).

Conforme sintetizam Iamamoto e Carvalho (2004), essa população brasileira, constituída majoritariamente por negras(os), se constitui como vendedor livre da sua força de trabalho a certo estágio de desenvolvimento da produção capitalista e sucumbe inexoravelmente à exploração desmedida do capital. Sua existência e reprodução só se tornam possíveis enquanto elemento de uma classe social, através da “verdadeira guerra civil” que trava com a classe capitalista para garantir e ampliar suas condições de existência. (p.126).

O enfrentamento do proletariado nesse estágio, frente às classes capitalistas, irá surgir como uma ameaça a ordem vigente, a moral, a religião e a ordem pública,

que segundo lamamoto e Carvalho (2004) impõe a partir daí, a necessidade de controle social da exploração da força de trabalho.

Esse enfrentamento se dá no contexto de desenvolvimento da questão social, o que conforma o amadurecimento de movimentos sociais, ao passo que se desenvolve o aceleração para aprovação de leis sociais. lamamoto e Carvalho (2004), afirmam que as leis sociais surgem em conjunturas históricas determinadas, que, a partir do aprofundamento do capitalismo na formação econômico social, marcam o deslocamento da questão social de um segundo plano da história social para progressivamente colocá-la no centro das contradições que atravessam a sociedade.

A questão social aparece como contradição antagônica entre a classe burguesa e proletariado, formando uma base oposta da classe dominante capaz de provocar enfrentamento político e solidificar propostas para possibilidade de uma nova ordem societária. A partir do surgimento de velhas e novas demandas advindas da questão social, surge o Serviço Social.

lamamoto e Carvalho (2004), confirmam que a implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico. Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe que se manifestam principalmente por intermédio da igreja católica. Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada. A especificidade maior que reveste o Serviço Social desde a sua implantação não está, no entanto, no âmbito das características que mais evidentemente o marcam. Historicamente, se localiza na demanda social que legitima o empreendimento. (p.127).

Os problemas sociais que cercam esse solo histórico são processos resultantes para o Serviço Social e que antecedem sua implantação, esses problemas são assumidos e desenvolvidos por grupos e frações da classe dominante e pelas instituições. A pressão do proletariado, e mobilização em busca de políticas públicas, demarca o limite que o Serviço Social surge.

Segundo Ferreira (2010), nesse ínterim, quando o Estado (imbuído de novas funções e redimensionado) toma para si o tratamento da “questão social”, surge o Serviço Social profissional. Embora a perspectiva dos pioneiros, ligados à Ação Social, seja inversa na medida em que interpretaram o Serviço Social como uma

profissionalização da caridade, em que a Igreja é que se mobiliza para amenizar a extrema miséria que afligia os operários desde a Primeira Revolução Industrial, a conexão entre o Serviço Social e o protagonismo proletário, ao contrário, é “uma conexão reativa” (NETTO, 2007, p. 77).

Iamamoto e Carvalho (2004), afirmam que o novo capitalismo apresenta dois novos aspectos que lhe permite encontrar mais facilmente um terreno de concórdia com o mundo católico. Em primeiro lugar, seu aspecto mais social e favorável às obras de assistência, distinto das fórmulas simplistas e brutais da “luta pela vida”, mais preocupado em criar mesmo no interior das classes oprimidas, uma adesão ao sistema. Daí sua aproximação com o espírito comunitário e caritativo do catolicismo. Em segundo lugar, seu aspecto mais organizado, hierarquizado, exigente no plano da disciplina é mais capaz de violar o fundo das consciências para assegurar o consentimento e a obediência. Disso decorre sua contiguidade com o espírito autoritário e dogmático da Igreja em que, como no capitalismo moderno, esses dois aspectos sempre foram indissociáveis. O serviço social que surge nesse período, como desdobramento da Ação Social e da Ação Católica, não estará isento dessas marcas. (P.163-164).

Neste seguimento Iamamoto e Carvalho (2004, p.166) confirmam,

As instituições assistenciais que surgem nesse momento, como a Associação das Senhoras Brasileiras (1920), no Rio de Janeiro, e a Liga das Senhoras Católicas (1923), em São Paulo, possuem já uma diferenciação em face das atividades tradicionais de caridade. Desde o início são obras que integram a grande burguesia paulista e carioca e às vezes, a própria militância de seus elementos femininos. Tem em vista não o socorro aos indigentes, mas, já dentro de uma perspectiva embrionária de assistência preventiva, de apostolado social, atender e atenuar determinadas sequelas do desenvolvimento capitalista, principalmente no que se refere a menores e mulheres. É nesse período, também que a incorporação da mulher à força de trabalho urbana deixa de ser “privilegio” das famílias operárias, passando a atingir também a parcelas da pequena burguesia.

As ações dessas instituições se concretizam e desenvolvem o Serviço Social, em sua gênese. Segundo Iamamoto e Carvalho (2004), se criarão as bases materiais e organizacionais e, principalmente humanas, que, a partir da década seguinte, permitirão a expansão da Ação Social e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social.

Essa nova organização entre as obras antigas de ação social e as novas são redimensionadas destinadas para atender o proletariado, que constrói a direção para uma nova especialização do trabalho para a prestação da assistência. E surge uma instituição, o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) que segundo lamamoto e Carvalho (2004), é considerado como manifestação original do Serviço Social no Brasil, construído em 1932 com o incentivo e sob o controle da hierarquia.

lamamoto e Carvalho (2004), confirmam que o objetivo central da CEAS será de promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais. Após intensa agitação e formação voltada para a moral e manter a ordem burguesa, em 1936, a partir dos esforços desenvolvidos por esse grupo e o apoio da hierarquia, é fundada a Escola de Serviço Social de São Paulo, a primeira desse gênero a existir no Brasil.

Conforme sinalizam os autores acima, em 1937, o CEAS atua no serviço de proteção aos imigrantes, em 1939, assina o contrato com o departamento de serviço social do estado (SP) para organização de três centros familiares em bairros populares. Em 1938, será organizada a seção de assistência social, tendo por finalidade “realizar o conjunto de trabalhos necessários ao reajustamento de certos indivíduos ou grupos às condições normais de vida”.

Percebe-se que essas instituições se organizam com objetivos morais baseados na religião católica dominante e também positivista, na ótica de vigiar as famílias mais subalternas e evitar as possíveis reivindicações por direitos. É notável que as intervenções sejam para a classe pobre, trabalhadora e majoritariamente preta, descendentes de pessoas que foram escravizadas. Embora a raça fosse forjada a desaparecer.

Em 1942, houve uma expansão para formar mais profissionais, tendo em vista que a demanda era bem maior que o quantitativo de profissionais, e lamamoto e Carvalho (2004) dizem que não se pode concluir daí, uma democratização da profissão, mas sim um alargamento da base de recrutamento que deixa de ser um privilégio das classes dominantes e “classe média alta”, para abarcar crescentemente parcelas da pequena burguesia urbana.

Nesse período, de pós-crise de 1929, houve uma maior expansão da produção industrial e da exploração da força de trabalho, de acordo com lamamoto e Carvalho (2004), será um período em que os lucros industriais atingem níveis

extremamente elevados garantidos pela ação coercitiva do Estado, que intensifica sua intervenção no mercado de trabalho.

É um período de grande exploração do trabalho, o salário tem um declínio, o que piora as condições do trabalho, segundo lamamoto e Carvalho (2004), para o proletariado e pequena burguesia, essa era a realidade aflitiva que corrói a base de sustentação da ditadura dentro dos setores populares e verifica-se uma resposta que procura obscurecê-la.

lamamoto e Carvalho (2004), retratam que o Estado lança uma campanha propagandística que busca ganhar o apoio da população para o “esforço de guerra” ao mesmo tempo em que procura mostrar que esse esforço é de toda a sociedade. É nesse momento a pretexto do engajamento no país da guerra, que surge a primeira campanha assistencialista no âmbito nacional, que tomará forma através da Legião Brasileira de Assistência (LBA), o Serviço Nacional de aprendizagem Industrial (SENAI) surge nesse mesmo ano – 1942 – respondendo, no entanto, a necessidade básica de qualificação da força de trabalho necessária à expansão industrial (p.245-246).

Neste sentido, lamamoto Carvalho (2004), afirmam:

O surgimento da LBA terá de imediato, um amplo papel de mobilização da opinião pública para apoio ao “esforço de guerra” promovido pelo governo, e conseqüentemente ao próprio governo ditatorial. Da assistência “as famílias dos convocados”, progressiva e rapidamente a LBA começa a atuar em praticamente todas as áreas de assistência social, inicialmente para suprir sua atividade básica e em seguida visando a um programa de ação permanente. Nesse sentido se constituirá em mecanismo de grande impacto para reorganização e incremento do aparelho assistencial privado e desenvolvimento do Serviço Social como elemento dinamizador e racionalizador da assistência (p.251-252).

Logo, a LBA se expande e há também a movimentação para a construção de uma ampliação do Serviço Social, essa na percepção de lamamoto e Carvalho (2004), é organizada partindo da constatação de que muito pouco se poderá fazer dentro dos quadros atuais do serviço social no Brasil, a LBA é organizada sobre uma estrutura nacional (órgãos centrais, estaduais e municipais), procurando mobilizar e coordenar as obras particulares e as instituições públicas. No encaminhamento de seu objetivo de trabalhar em favor do progresso do serviço social, oferecerá um sólido apoio às escolas especializadas existentes.

A partir dessa movimentação, conforme lamamoto e Carvalho (2004), a LBA será responsável por viabilizar o surgimento de escolas de Serviço Social nas

capitais dos diversos Estados atuando em convênio com os movimentos de ação social e ação católica. Os autores afirmam que a implantação da LBA parece ter propiciado principalmente a expansão e o aumento quantitativo do volume de assistência e do uso do Serviço Social para a organização e distribuição dessa assistência da forma mais rentável política e materialmente, não implicando, de imediato, mudança de sua qualidade.

Mediante este processo escravidão/abolição, o surgimento do sistema capitalista, o desenvolvimento do Serviço Social e sua expansão, no que diz respeito ao acesso às escolas de serviço social, colocam em evidência a quem pretendia dedicar suas ações e prevalecer à ordem dominante, o que coloca a população negra em posição de vulnerabilidade social, e há tensão na reprodução e criminalização da pobreza. E nesta relação entre trabalhadores e a elite burguesa que o serviço social surge, por meio da igreja católica.

Duriguetto (2017), afirma que a penalização e a criminalização das classes subalternas e de seus movimentos e organizações sociais não são fenômenos recentes ou novos. Ao contrário, são indissociáveis da processualidade histórica do desenvolvimento e expansão do capitalismo e das relações de dominação e exploração que as classes dominantes instituem sobre as classes subalternas. Em suas expressões contemporâneas, tanto a penalização dos “pobres” quanto à criminalização dos movimentos sociais, constituem ações sociopolíticas orquestradas pelos Estados nas variadas formações socioeconômicas, como respostas às expressões das desigualdades sociais acentuadas pelas ofensivas do capital para recuperação dos processos de sua expansão e valorização.

Essa criminalização/penalização se orchestra também por meio da ausência de direitos sociais, segundo Araújo (2011), apesar de os direitos sociais terem sido inscritos no sistema normativo brasileiro desde a década de 1930, essa inscrição se deu desde uma perspectiva classista no contexto do Estado corporativo, inaugurado por Getúlio Vargas. Disso, resulta a íntima relação entre os direitos sociais e o mundo do trabalho regulado e a exclusão de amplos contingentes da população brasileira (empregadas domésticas e trabalhadores rurais, por exemplo.) das garantias sociais como o acesso à educação.

Araújo (2011), enfatiza que a responsabilidade e obrigatoriedade neste período eram das famílias, e não do Estado, desse modo, ela afirma que

Desde 1940, de acordo com o Código Penal Brasileiro, pais e responsáveis que não enviam crianças à escola incorrem em crime de abandono intelectual, cuja pena varia de reclusão ao pagamento de multas. Já a obrigatoriedade de oferta de educação gratuita, só foi inscrita na Constituição Federal de 1988 que prevê responsabilização da autoridade competente pela não oferta ou pela oferta irregular da etapa obrigatória de escolarização.

Tendo em vista que na contemporaneidade, as contradições das relações sociais, da questão social, ainda são potencializadas, o que confere a persistência dessas demandas de desigualdades, e de problemas sociais atendidos por nos profissionais de Serviço Social. Desse modo, a classe trabalhadora, atravessada por gênero e raça, continua vivenciando as desigualdades que são provocadas por esse sistema econômico, social, político, que é racista. Sendo assim o desenvolvimento do Serviço Social se entrelaça com essas relações.

Destarte, Ferreira (2010) explica que apesar da igreja católica ter vínculo com esse desenvolvimento do Serviço Social, não isenta o fato de que neste período já existia demandas para os profissionais, frutos da realidade histórica que assolava o país, e que resulta em manifestações advindas das opressões de gênero, raça e classe e, desse modo, não justifica ausência desse debate pela categoria profissional.

Tomando-se por base o exposto anteriormente, nota-se então que o Serviço Social primário não articulava um debate transversal entre as opressões de raça, classe e gênero, porque reforçava a ideologia dominante e, atualmente, faz esse debate ainda de forma tímida.

Neste sentido, sendo o Serviço Social uma profissão que se constitui no interior desse processo histórico, o direito a educação superior para pessoas negras foi cerceada tendo em vista que inicialmente a profissão era constituída majoritariamente por pessoas brancas e da classe média alta, apenas em um passado recente, foi possível uma maior ampliação da profissão, e maior ampliação do debate acerca da temática da transversal, neste sentido qual a relação com o protagonismo dentro da profissão? Sabe-se que nos governos Lula e Dilma há uma ampliação das políticas sociais, inclusive a política de cotas e ações afirmativas e do acesso de pessoas negras ao nível superior. Porém ainda persegue a distância de negros e brancos, no que diz respeito ao acesso à educação.

Dessa forma, Pinto (2015) destaca que o Serviço Social não estava presente na luta contra o racismo, por isso, é importante considerar o pensamento político e

social que o Brasil carregava naquele período, e se atentar a gênese do Serviço Social Brasileiro no final da década de 1930.

Ainda conforme Pinto (2015), é possível mostrar que, “não se pode falar que o Serviço Social dos anos 2000 não é racista, pois o racismo é estrutural”. Desse modo, como o silêncio sobre os problemas que envolvem a raça vem sendo construída pela profissão? A gênese da profissão nos mostra esse silenciamento, porém, na contemporaneidade, percebe-se que mesmo rompendo com o conservadorismo ainda se faz necessária um maior aprofundamento de estudos relacionado à questão de gênero, raça e classe de forma articulada, desse modo, questiona-se o que as experiências das mulheres negras assistentes sociais nos fala? De visibilidade e protagonismo? Buscarei responder ao final deste capítulo.

Se no processo de desenvolvimento do Serviço Social, a raça dessa classe subalterna não aparecia, podem ter sido motivadas e fundamentadas em princípios morais e cristãos que não poderia faltar ao assistente social, como retrata Ferreira (2010)

A formação moral indispensável ao arquétipo de assistente social “convenientemente adestrado” (Albertina Ferreira Ramos. Revista Serviço Social, 1940, n. 23, p.20) não era, entretanto, qualquer. Tratava-se de “uma formação moral solidamente edificada sobre uma base de princípios cristãos” (Aylda Faria da Silva Pereira. Revista Serviço Social, 1944, n. 35, p.85). Sem ela, “a atividade da assistente será falha, porque lhe faltarão os elementos que garantem uma ação educativa, que é a visada pelo Serviço Social” (Aylda Faria da Silva Pereira. Revista Serviço Social, 1944, n. 35, p. 85). Desse modo, “o Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador” (IAMAMOTO, 2007, p.21).

A formação de assistentes sociais era mantida de forma patriarcal, seguindo a moral cristã e a questão social. A base para intervenção do assistente social continua sendo um problema meramente moral, desprezando a conexão entre as consequências dos sistemas econômicos, o que atravessa a raça, o gênero e a classe.

Neste seguimento, a educação, mecanismo de dominação e mobilidade, não era ofertado as pessoas negras e quem detinha acesso eram as pessoas da classe média e alta, pois, significava prestígio social relativamente alto. O acesso ao serviço social não era diferente e suas primeiras escolas revelam os objetivos de manter a ordem vigente.

Conforme Araújo (2011) sintetiza, enquanto a Europa constituía, no final do

século XIX, o seu sistema nacional de educação, o Brasil mitigava essa possibilidade com uma organização de Estado liberal que servia apenas para atender aos interesses políticos e econômicos das elites regionais, adaptando-os a uma estrutura social marcada pelos acordos políticos “pelo alto” e pela concentração de terras, riquezas e saber.

Desse modo, esclarece que a “educação” não é para todas e todos, ficando sempre à margem a população criminalizada, como as pessoas negras e pobres. Estudar sempre foi sinônimo de poder, lugar social, de quem o detinha.

Segundo Ferreira (2010), as primeiras universidades a compor escolas de serviço social se localizavam em São Paulo e no Rio de Janeiro a partir da década de 1936 em diante, faculdades atualmente conhecidas como Pontifícia Católica de São Paulo, de Rio de Janeiro, escola Ana Nery, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Revista Serviço Social e Sociedade à época abordava que dessas escolas saíam os primeiros assistentes sociais, cuidadosamente selecionados (Odila Cintra Ferreira. Revista Serviço Social, 1941, n. 25-26, p. 27).

No parágrafo anterior a revista Serviço Social de maior circulação da categoria sinaliza quem era escolhido para fazer o curso e que essa seleção cuidadosa passava pela prática alicerçada a manutenção da ordem vigente, tendo em vista que, as pessoas que tinham acesso à educação eram pessoas da classe burguesa, em sua maioria pessoas brancas, e como é uma profissão que requeria “cuidados” preferencialmente femininos.

Todavia, segundo Ferreira (2010), “havia rivalidade entre as escolas”, conforme demonstra a Revista Serviço Social dirigem as críticas a um padrão escolar duplamente divergente do seu: público e laico. Suspeitamos que o alvo velado de tais críticas seja as escolas que têm como fundadora a polêmica pioneira Maria Esolina Pinheiro: Escola Técnica de Serviço Social do Serviço de Obras Sociais do Rio de Janeiro, 1938 (posteriormente, em 1939, chamada Escola Técnica de Serviço Social do Rio de Janeiro, atual Faculdade de Serviço Social da Fundação Educacional Veiga de Almeida) e Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth do Rio de Janeiro, 1944 (atual Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

O perfil profissional, exigido pelas escolas de serviço social, segundo Ferreira (2010), são condições de admissão: “ter dezoito anos completos, ter curso secundário ou preparo equivalente, apresentar atestado de idoneidade passado por

um sacerdote, e pagar a taxa de 40\$000” (Revista Serviço Social, 1940, n.14, p.09). A idoneidade requer manutenção permanente, daí a diluição da formação moral entre os aspectos “científico, técnico, prático e pessoal” (Aylda Faria da Silva Pereira. Revista Serviço Social, 1944, n. 35, p.68-70) da grade curricular.

Neste sentido, visualiza-se que a educação, escolhida para poucas pessoas da elite, tinha como objetivos morais a continuidade de uma ordem vigente que excluía certos segmentos da população. Em 15 de outubro de 1827 foi publicada a primeira Lei nacional sobre instrução pública, que vigeria até 1946; no entanto, ela não fazia qualquer menção à educação escolar de negros (SAVIANI, 1999). Por cerca de dez anos após a aprovação da Constituição de 1824, nenhuma nova legislação apresentou determinações relevantes para compreender a questão da escolarização da população negra.

Ouso a afirmar que na contemporaneidade, ainda com o acesso as cotas raciais, e o crescimento de estudantes negros e negras nas escolas de serviço social, ainda se faz necessário uma ampliação para níveis como a docência superior e a descolonização da ciência para que de fato se alcance a democracia desejada e se tenha reparo nas diversas manifestações de opressões cruzadas entre gênero, raça e classe.

Conforme analisa Araújo (2011):

Com efeito, ao lado do tardio surgimento de uma concepção mais universalista do direito à educação nos textos constitucionais, a dinâmica de expansão da escolarização obrigatória foi freada, até a década de 1960, por mecanismos de seleção nas instituições escolares. Mantínhamos uma escola “de” e “para” as elites que tinham objetivos convergentes com os da escola: buscava-se prestígio, inserção no mercado de trabalho e ascensão social. Dessa forma, o acesso à educação era fator de diferenciação social, pois mediante rigorosos mecanismos de seleção e ensino propedêutico voltado para o acesso a níveis superiores de educação ou para postos mais elevados no mercado de trabalho eram “eleitos” aqueles que seriam incluídos nos demais direitos de cidadania (Araújo, p. . 290, 2011).

Percebe-se então que já com o refreamento do acesso à educação que a questão social, não era visualizada como problema provocado pela situação econômica, advindo de diversos sistemas excludentes. A educação como privilégio da burguesia era mantida para os mesmos, neste sentido, o Serviço Social, em sua gênese, não tinha como pauta debater problemas relacionados a temática étnico racial, e não tinha ampliado a presença de pessoas negras.

Conforme analisa Eurico (2011), à medida que o Serviço Social surge profundamente marcado pelo caráter de Apostolado Católico, analisando a questão social como problema moral e religioso, as relações raciais não são problematizadas, uma vez que as reflexões da categoria privilegiam as ações direcionadas a “resolução” moral das contradições de classe.

Segundo Eurico (2011), várias modificações e determinações sócio históricas consolidam um Serviço Social maduro na década de 1980, dentre elas, a incorporação de uma análise crítica orientada pela herança marxista que permite uma apreensão do movimento de transformação da realidade social.

A partir disso, Eurico (2011) diz que no interior desse processo são criadas as condições para a compreensão teórico – metodológica do significado do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais, desvelando seu caráter político, ou seja, que não há neutralidade no trabalho do assistente social.

O código de ética da profissão, de 1983, e atual, é o primeiro código que insere, como princípios norteadores, a pauta da não discriminação em função do gênero, raça, etnia. Segundo Eurico (2011), isso remete a uma reflexão acerca da importância dada a ética e aos direitos humanos no interior do projeto ético político a partir dos anos 1990, dando suporte para o desenvolvimento de um debate sobre a questão étnico-racial.

Eurico (2011) diz que apesar de estar aprofundando a questão da ética e direitos humanos na profissão, com as relações sociais cotidianas, a questão étnica racial ainda está germinando, autoras como Roseli Rocha⁸, e José Barbosa Silva Filho⁹, retratam como são escassas as produções teóricas acerca dessa temática e Serviço Social.

Neste sentido, se as produções teóricas nas ciências sociais são diversas, como o Serviço Social ainda está se apropriando dessa discussão de forma tardia? Quais os nexos que nos levam a indagar sobre o protagonismo e as experiências das mulheres negras assistentes sociais? Não cabe aqui estender o debate sobre a profissão, mas entender o protagonismo e experiências dessas mulheres que

⁸ Roseli Rocha, é Assistente Social, Mestre e Doutora, e tem trabalhos de pesquisa que fala da inserção dessa temática no processo de formação das Escolas de Serviço Social.

⁹ José Barbosa Silva Filho, é historiador, mestre em políticas sociais, e pesquisou sobre a temática étnico racial nos trabalhos de conclusão do curso, dos anos 1948 à 2002, o que teve como resultado a conclusão de que não chegou a 1% essa temática no curso.

carregam o atravessamento de gênero, raça e classe a luz da teoria social crítica feminista negra.

3.2 O conjunto CFESS/CRESS: as entidades representativas da categoria profissional

Conforme CFESS (2020), O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), é uma autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Para além de suas atribuições, a entidade vem promovendo, nos últimos 30 anos, ações políticas para a construção de um projeto de sociedade radicalmente democrático, anticapitalista e em defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Segundo CFESS (2020), a criação e funcionamento dos Conselhos de fiscalização das profissões no Brasil têm origem nos anos 1950, quando o Estado regulamenta profissões e ofícios considerados liberais. Nesse patamar legal, os Conselhos têm caráter basicamente corporativo, com função controladora e burocrática. São entidades sem autonomia, criadas para exercerem o controle político do Estado sobre os profissionais, num contexto de forte regulação estatal sobre o exercício do trabalho.

As entidades representativas da categoria profissional, conjunto CFESS/CRESS, têm um histórico que acompanha o processo social e político Brasileiro, e comporta algumas modificações até a contemporaneidade. A trajetória histórica do CFESS está marcada e relacionada ao processo de regulamentação da profissão no Brasil.

De acordo com o CFESS (2020), o Serviço Social foi uma das primeiras profissões da área social a ter aprovado sua lei de regulamentação profissional, a Lei 3252 de 27 de agosto de 1957, posteriormente regulamentada pelo Decreto 994 de 15 de maio de 1962. Foi esse decreto que determinou, em seu artigo 6º, que a disciplina e fiscalização do exercício profissional caberiam ao Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS).

CFESS (2020) diz que esse instrumento legal marca, assim, a criação do então CFAS e dos CRAS, hoje denominados CFESS e CRESS. Para efeito da

constituição e da jurisdição dos CRESS, o território nacional foi dividido inicialmente em 10 Regiões, agregando em cada uma delas mais de um estado e/ ou território (exceto São Paulo), que progressivamente se desmembraram e chegam em 2008 a 25 CRESS e duas Seccionais de base estadual.

Os Conselhos profissionais, no primeiro momento, se constituíram como entidades autoritárias que não primavam pela aproximação com os profissionais da categoria respectiva, nem tampouco se constituíam num espaço coletivo de interlocução. A fiscalização se restringia à exigência da inscrição do profissional e pagamento do tributo devido. Tais características também marcaram a origem dos Conselhos no âmbito do Serviço Social.

A concepção conservadora que caracterizou a entidade nas primeiras décadas de sua existência era também o reflexo da perspectiva vigente na profissão, que se orientava por pressupostos acrílicos e despolitizados face às relações econômico-sociais. A concepção conservadora da profissão também estava presente nos Códigos de Ética de 1965 e 1975: "Os pressupostos neotomistas e positivistas fundamentam os Códigos de Ética Profissional, no Brasil, de 1948 a 1975" (Barroco, 2001, p.95)

O CFESS (2011-2014) retrata que só a partir do final da década de 1970 a profissão sintonizada com as mobilizações da classe trabalhadora, vivencia um período de profundas redefinições, consolidando o processo de renovação profissional. Esse processo repercute também nas instâncias dos conselhos que passam a questionar e redefinir sua atuação.

O processo de redemocratização do país, logo mais na década de 1980, serviu para a profissão se articular aos movimentos sociais, sindicatos e o conselho às demais entidades representativas da categoria profissional como a Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Serviço Social – ABEPSS. Esse processo também foi importante para o redimensionamento da profissão que rompe com o conservadorismo e também modifica as estruturas dos conselhos.

Nesse seguimento, CFESS (2011-2014) diz que a década de 1980 constitui um marco na redefinição e estruturação das atividades da fiscalização profissional. Nessa época, foram criadas as comissões de fiscalização, ocasionando a abertura de canais de comunicação com as bases. Outro fato marcante foi a realização das eleições livres e diretas, com voto não obrigatório para Conselho Federal em 1987, o que representava a consolidação do processo de democratização da entidade.

Decorrente disto, o CFESS (2011-2014) afirma que a gestão do CFESS (1987 – 1990) formou a Comissão Nacional de Fiscalização. A partir de então, todos os Conselhos Regionais assumiram a tarefa de fiscalização e foram realizados diversos encontros regionais e nacionais sobre essa temática. A concepção de fiscalização defendida e implementada pelo conjunto CFESS/CRESS, privilegia a dimensão educativa, visando, sobretudo, a defesa da profissão, incluindo a população usuária dos serviços profissionais. Tal percepção rompe com a perspectiva corporativista, comumente presente em diversas categorias profissionais, de defender os profissionais e não a profissão, e seus princípios éticos políticos de compromisso com a democratização das instituições de qualidade no atendimento à/ao usuário (o).

O Processo de renovação do CFESS e de seus instrumentos normativos: O Código de Ética, a Lei de Regulamentação Profissional e a Política Nacional de Fiscalização, são resultados dos aprofundamentos sócio-político da profissão em sintonia com o processo histórico e político das décadas de 1980 e 1990.

A década de 1990 foi palco de muitas lutas por direitos e liberdade, no sentido também dos direitos humanos e da ética, a luta por direitos sociais e políticas públicas em um contexto também contra a ditadura militar. Essa década representou o amadurecimento ético político da profissão que fortaleceu nas instâncias representativas e com relação a regulamentação das leis, como o código de ética.

Conforme o CFESS (2011-2014), a gestão “Novos tempos” destaca-se por sua posição avançada no conjunto dos conselhos federais de fiscalização. O então CFAS conseguiu acompanhar a tramitação e garantir a aprovação posterior da Lei nº8662/1993 que dispõe sobre o exercício da profissão, revogando as legislações anteriores de 1957 e 1962. A nova regulamentação muda a designação dos conselhos para Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), consolidando a ideia de que o alvo da fiscalização é a prestação de serviços, a sociedade pela profissão e não os profissionais. Nesse sentido, o debate sobre a revisão do instrumento 1986 foi o mais amplo possível.

CFESS (2011-2014) afirma que o código de ética de 1993 foi o mais caro legado da gestão 1990-1993, posto que além de expressar uma análise histórica e crítica da profissão, é embasado em uma visão histórico-ontológica do homem como ser prático-social dotado de teleologia e liberdade, tendo o trabalho como sua

atividade fundante e tem uma direção social altamente anticonservadora e anticapitalista.

Rememorando a história do conjunto CFESS/CRESS, é possível entender como se constitui o processo de reconceitualização e ruptura com o conservadorismo adotado pela profissão, uma postura compromissada e expressa nas legislações citadas acima, o que significa que expressam a luta contra as injustiças, e em defesa da classe trabalhadora. Neste sentido, as instâncias representativas da profissão trazem esse caráter político de luta para além das esferas meramente corriqueiras de fiscalização do exercício profissional.

Nesse seguimento de entender a importância da participação política e de defesa da profissão, é que se enxergou necessária explicitar as mulheres negras que atuam/atuaram nessas instâncias representativas da categoria profissional, tendo como ponto de partida, suas trajetórias.

3.3 Metodologia da Pesquisa – Desvelando as experiências das mulheres negras assistentes sociais: o outro lado da história.

Os capítulos anteriores demonstraram a construção teórica acerca do pensamento feminista negro, o que estrutura a perspectiva da teoria social crítica desse pensamento, na tentativa de entender as relações sociais dadas à complexidade que envolve a interseccionalidade como opressões que se cruzam entre gênero, raça, classe, geração e provocam diversas opressões as mulheres negras e são responsáveis em manter na base da pirâmide social.

Nesse seguimento, para analisar as vivências das mulheres negras assistentes sociais militantes da profissão e das entidades da categoria, foi necessário escolher alguns percursos de análise.

O método de análise de conteúdo de Bardin (2010) foi à metodologia que melhor se aplicava a interpretação e análise do material que se buscou explorar e conhecer. E tem as seguintes fases para a sua condução: a) organização da análise; b) codificação; c) categorização; d) tratamento dos resultados, inferência e a interpretação dos resultados.

Na primeira parte de organização da análise, foi realizada a organização do referencial teórico e conseqüentemente a leitura flutuante do material, a cada livro, artigo, documentos, encontradas, uma nova leitura e uma nova descoberta.

A segunda parte foi à organização e seleção do material que teve pertinência no trabalho e dos instrumentais de coleta de dados da pesquisa, tais como: questionário sócio demográfico, roteiro para entrevista, termo de consentimento livre e esclarecido, contato com as profissionais, gravador de voz.

A terceira parte, de acordo com o referencial teórico, foi realizada a marcação dos indicadores, tendo em vista os objetivos da pesquisa e a hipótese de entender as experiências e o protagonismo, retiram-se indicadores do material analisado, que servirá de base para a interpretação dos dados encontrados. A última parte foi realizada, a impressão de material encontrados em outros canais como internet e as cópias dos instrumentais.

Ao cumprir a exploração do material, o analista deve fazer (BARDIN, 2010) a definição das categorias, classificando os elementos constitutivos de um conjunto caracterizados por diferenciação e realizando o reagrupamento por analogia por meio de critérios definidos previamente no sentido de propiciar a realização da inferência.

Neste sentido, a organização dos eixos se deu de acordo as unidades dos textos, com o objeto da pesquisa a frequência e sequência de temas comuns aos objetivos da pesquisa.

Os primeiros contatos escolhidos foram com profissionais que já tinham identificado a partir de suas construções e participações nos movimentos sociais, e a partir disso foi feito o convite.

O recorte do público-alvo teve direcionamento estratégico, tendo em vista que nem todas as mulheres negras se reconhecem como tal, e têm leitura acerca de temática, além do que sua participação no conjunto CFESS/CRESS, era recorte principal de análise pois considera-se as instâncias dos conselhos da categoria como autarquias de grande visibilidade.

Uma das hipóteses é que as mulheres negras assistentes sociais são invisibilizadas, seja pela conjuntura social, econômica e política da formação da sociedade brasileira e pela formação da profissão no Brasil, seja pelo racismo estrutural e os nexos com o gênero e classe que provocam atravessamentos nas vidas e experiências.

As informações foram coletadas de duas formas, por meio de entrevista semiestruturada de forma presencial e por aplicativos de mensagens (Skype, WhatsApp, e-mail), e pelo questionário sócio demográfico, que teve como objetivo conhecer a trajetória de vida e profissional e esmiuçar suas percepções acerca da identidade profissional, racismo, discriminação de gênero e classe, visibilidade e contribuições para a profissão.

A história de vida e as experiências profissionais das sujeitas desse estudo dão ênfase às narrativas comuns a nós mulheres negras, importantes e cruciais para sustentar o pensamento feminista negro como teoria social crítica, conforme analisa Collins (2019), teorias sociais produzidas por mulheres oriundas de grupos diversos não costumam surgir da atmosfera etérea de sua imaginação. Ao contrário, elas refletem o esforço dessas mulheres para lidar com experiências vividas em meio a opressões interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nação e religião. (Collins, 2019, p.43)

É importante frisar que esse pensamento colocado na citação anterior vem se constituindo à luz das estadunidenses negras, o que Collins (2019) retrata que, apesar disso, não está restrito a outros grupos minoritários em um contexto transnacional. Desse modo, o trabalho aqui realizado a luz do pensamento feminista negro implicou descobrir, reinterpretar e analisar essas experiências de mulheres negras, militantes, profissionais do Serviço Social, com trajetórias marcadas pela exclusão e por vezes invisibilidade o que se justifica as assistentes sociais escolhidas intencionalmente.

A escolha das profissionais que se reconhecem como negras, que atuam como assistentes sociais em diversos espaços sócio ocupacionais, e que militam ou militaram pela autarquia maior, que são os conselhos de serviço social, conjunto CFESS/CRESS seccional de Tocantins, Goiânia e o órgão federal, que se localiza o Conselho Federal da categoria, demarcam um espaço importante de visibilidade das profissionais. Embora esse recorte seja menor, tendo em vista que nem todas convidadas se reconhecem ou aceitaram participar da pesquisa.

A análise concentrada das informações coletadas durante a entrevista ocorreu primeiramente com a transcrição das entrevistas, de forma atenta, tendo em vista os objetivos da pesquisa, buscou-se durante a transcrição destacar os aspectos principais e fazer algumas observações durante o processo.

Nesta primeira aproximação com o objeto estudado, buscou-se elaborar as conexões do cotidiano profissional, pessoal e como a trajetória de cada uma impactou negativamente ou positivamente com os processos de visibilidade da carreira profissional. Tendo em vista as complexidades da intersecção entre gênero, raça e classe, e por vezes apareceu a geração.

Inicialmente, identificaram-se alguns eixos temáticos para análise: racismo institucional/estrutural, Serviço Social, racismo e as experiências das mulheres negras, empoderamento, visibilidade, ascensão social, espaço de militância do conjunto CFESS/CRESS, saúde mental.

Estes eixos temáticos são partes do passo de tratamento dos resultados, inferência e a interpretação dos resultados. Nesta parte, foi utilizado as falas que mais repetem das sujeitas entrevistadas e os principais pontos da pesquisa. A partir das repetições de palavras observadas, foi construída as categorias de análise de Bardin (2010).

Racismo estrutural/institucional/

O racismo é estrutural porque existe uma estrutura social, econômica política, cultural, que mantém uma estrutura racista desde a escravidão. Essa estrutura macro tem o poder de manter as pessoas negras em desvantagem, essa desigualdade garante privilégios à raça dominante. Ele está no tecido social da sociedade, nas práticas porque é uma ideologia, no comportamento individual, e coletivo das pessoas, e também está nas instituições.

Neste sentido, Almeida (2019) afirma que o modo como são estruturadas as relações sociais, políticas e familiares, são racistas porque estão na estrutura, são decorrência desse conjunto de relações que são dadas como normais. Nesta categoria, o racismo se manifesta ao longo da vida das assistentes sociais.

O resultado da pesquisa nos mostra como as mulheres negras passaram por essas relações sociais racistas e sexistas, como vivenciam/vivenciaram desde infantes essa desigualdade, em uma fala sobre a experiência do racismo desde a infância, ela afirma que:

“Eu já passei e ainda passo por discriminação de gênero, raça e classe, quando criança, na escola eu ouvia recorrentemente, os meninos das cadeiras de trás da minha, falavam: - abaixa a cabeça essa neguinha do cabelo duro, esse cabelo fica na frente de todo mundo, e eu ouvia também a música: - e ela é horrível espanta a mãe, espanta o pai, e ouvia também: - nega do cabelo duro que não gosta de pentear”. (E1)

A entrevistada retrata sobre como sua relação com o atravessamento de gênero, raça e classe estar presente desde cedo em suas vivências especialmente no contato com a escola, uma das primeiras instituições que as pessoas acessam é a escola.

Isso se deve ao racismo institucional estar fundamentado em como são constituídas as instituições, as relações institucionais racistas existem, pois são fundamentadas no racismo estrutural. Segundo Eurico (2011), o racismo institucional refere-se às opressões anônimas de discriminação racial em instituições, profissões ou mesmo em sociedades inteiras, segundo Eurico (2011), o anonimato existe à medida que o racismo é institucionalizado, perpassa as diversas relações sociais e não pode ser atribuído ao indivíduo isoladamente.

As mulheres negras entrevistadas demonstram em suas falas como o racismo as afetaram desde crianças e sempre remetem a escola primeiramente. Sendo uma instituição que deveria agregar outros valores e conhecimentos no estudo, percebe-se que o contato com a escola significa para elas o contato com o racismo, nesse seguimento uma entrevistada afirma que:

“Em diversas situações sofri racismo, e, se inicia desde os primeiros anos da criança negra na escola, por acaso, vemos as crianças negras em uma posição de destaque nas festas comemorativas da escola? No mercado de trabalho vemos uma participação significativa de homens e mulheres negras/os, ocupando cargos de direção?” (E7)

Essa ideologia racista, que é estruturante na sociedade, vem suprimindo as mulheres negras, não apenas de acessar e permanecer na escola, mas, também, de suprimir as ideias, protegendo as visões de mundo da elite masculina branca, sobre essa relação entre escola, academia universitária e trabalho, uma entrevistada nos diz que:

“Eu sofro preconceito desde criança” eu sinto, na escola, na academia, então eu sentia preconceito, por ser negra e quilombola, principalmente que eu fui trabalhar numa cooperativa, e maioria são homens, e conservadores, e no decorrer a gente vai sofrendo preconceito”. (E3)

Essas relações interdependentes entre trabalho, a dimensão política e a dimensão ideológica da opressão, estão conectadas ao pensamento feminista negro, como descreve Collins (2019), se tratando do contexto estadunidense, a opressão das afro-americanas engloba essas três dimensões citadas acima, primeiro a exploração do trabalho de mulheres negras, fundamental para o capitalismo estadunidense. Ângela Davis, na obra “mulheres, raça e classe”, reflete sobre essa opressão desde a escravidão. Desse modo, percebe-se que no contexto brasileiro não é muito diferente, pois, a trabalhadora livre foi submetida à guetização na prestação de serviços, geralmente cabem às mulheres negras serviços como de lavadeira, babá e empregadas domésticas. A pesquisa mostrou essa relação com o trabalho, as assistentes sociais negras, antes de se tornarem assistentes sociais, três (3) delas afirmaram terem sido empregadas domésticas, ou Babá ou trabalhadora rural.

Nascimento (2019) diz que as mulheres negras, no contexto brasileiro, vêm ocupando os mesmos papéis desde a escravidão. Nesse sentido, é visível que as mulheres negras, assistentes sociais, enxergam essa opressão, seja no cotidiano profissional, seja em suas trajetórias pessoais. Elas são infantilizadas, e o lugar que elas ocupam enquanto profissionais, na pesquisa, revelou que não é o lugar que a sociedade aceita, ou tem costume de ver. Como demonstra a afirmação:

“E com certeza nos espaços eu sofri, eu lembro que eu desempregada, e iria procurar emprego em Goiânia ai uma grande maioria de empregos que tinha na recepção só tinha aquelas dondoquinhas, as branquinhas, as loiras, dos olhos verdes, e a gente nunca conseguiam esses espaços, e aí na época a gente não entendia o porquê, a gente achava que a concorrência era grande, era muita gente, uma série de coisas, mais não, e quando ia ter alguma entrevista em relação a ser doméstica, não tinha ninguém branco, só tinha negras, na grande maioria eram negras, eram preferidas nos espaços de menor prestígio social, e isso hoje para mim é bem notório, e eu vim percebendo isso a partir da faculdade”. (E4).

“Sou filha de agricultor familiar, sair de casa muito cedo para trabalhar meus pais não tinham condições, fui ser babá, fui ser doméstica, e a partir daí, porque eu não queira aquela vida para mim, e aí eu comecei a estudar, nunca parei de estudar, embora o meu ensino fundamental e médio eu considero que foi precário, porque trabalhava durante o dia e estudava durante a noite” (E3)

“Como disse, o meu pai era também comerciante, além da sua produção ele comprava, dos agricultores da região e vendia para os donos de armazém em Santa Maria da Vitória. Em 1969 o meu pai adoeceu e literalmente quebrou, foi então que viemos para Goiânia, onde trabalhei como doméstica, vendedora, auxiliar de escritório, analista de crédito e vendedora autônoma de roupas. Cheguei a Goiânia, com 14 anos e fui trabalhar em condições muito precárias, onde, sofri todas as formas de preconceitos e humilhações em relação ao trabalho”. (E7)

As falas das entrevistadas que tiveram suas experiências de trabalho, desde a infância, prejudicada pela exploração do trabalho infantil, são exemplos factíveis de como o sistema capitalista tem uma base ainda escravocrata, pois remetem as mulheres pretas a trabalhos semelhantes ao da escravidão, com menores salários e, por vezes, na informalidade sem carteira assinada.

Dessa maneira, Nascimento (2019) é contundente ao afirmar que

A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não mudou muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, nas áreas urbanas, em menor grau na indústria de transformação, e que permaneça como trabalhadora nos espaços rurais. Podemos acrescentar, no entanto, ao exposto anteriormente que a estas sobrevivências ou resíduos do escravagismo se superpõem os mecanismos atuais de manutenção de privilégios por parte do grupo dominante. Mecanismos que são essencialmente ideológicos que, ao se debruçarem sobre as condições objetivas da sociedade, têm efeitos discriminatórios. Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser uma mulher de raça negra como por seus antepassados terem sido escravos (Nascimento, 2019, p.261).

Ao afirmar que as mulheres negras ocupam empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é possível perceber que a dimensão política da opressão segue nessa linha de raciocínio no Brasil. Primeiro porque as assistentes

sociais negras, ao ocuparem espaços profissionais de nível superior retratam como funciona a lógica da opressão que não as reconhecem como profissionais dessa posição, segundo porque sofreram com a exploração do trabalho infantil, e ocuparam empregos que normalmente são ocupados majoritariamente por mulheres negras, como de babá e domésticas.

Segundo Collins (2019), a dimensão política de opressão negou as mulheres negras estadunidenses os direitos e privilégios que costumam ser estendidos aos cidadãos brancos do sexo masculino. Trabalha nessa lógica de negação de direitos, as mulheres negras que foram privadas do voto, excluídas de cargos públicos, e nas instituições de ensino também foi fomentado esse padrão de privação de direitos. Práticas do passado, como negar a alfabetização a escravos e relegar as mulheres negras no sul do país, a escolas subfinanciadas e segregadas, fizeram com que a educação de qualidade para mulheres negras fosse sempre exceção, e não regra.

Essa afirmação de Collins (2019) nos remete ao sistema de opressão no caso brasileiro, pois se percebe nas falas das entrevistadas que estudaram no sistema privado, especialmente como a educação era precária, tanto a educação básica como o nível superior. Rememorando a trajetória de vida, elas relatam que seus pais não tiveram acesso à educação superior, poucos acessaram o nível médio, ou técnico. Ou tardiamente vem acessando.

“Família composta por pai e mãe negros, naturais de Floriano-PI. Família negra em comunidade quilombola ainda não reconhecida e certificada no PI. Mãe dona de casa. Pai pedreiro. Residi a vida toda na zona urbana; estudei em escolas públicas (ensino fundamental e médio); ensino superior cursado em universidade privada com auxílio de bolsa e estágio. Perdi o pai quando estava com 12 anos. Ele foi assassinado no trabalho. Depois disso, minha mãe teve que trabalhar e estudar – inicialmente foi camareira em hotel, depois auxiliar de serviços gerais em escola pública, foi agente comunitária de saúde”. (E1)

Na fala anterior, percebem-se fragmentos da trajetória de uma mãe que teve que estudar a educação básica e técnica e trabalhar em empregos precários para manter e sustentar a família, agora sendo chefe de família, a entrevistada revela que o acesso ao nível superior se deu na faculdade particular. Este relato se assemelha ao seguinte:

“Fui auxiliar de escritório, analista de crédito e vendedora autônoma de roupas, ocasião, em que tive condições de dedicar mais aos estudos, fazer um cursinho em uma escola pública e conseguir ser aprovada no curso de Serviço Social, na Universidade Católica de Goiás”. (E7)

O relato da entrevistada anterior nos diz que apenas depois de ocupar cargos de forma autônoma, conseguiu acessar o nível superior, em uma universidade particular, antes disso, relatou que foi empregada doméstica e vivenciou assédios e humilhações, neste seguimento, o relato seguinte demonstra semelhança:

“O acesso à educação não foi tão simples, porque como eu trabalhava em casa de família, de babá, o meu salário era o preço da minha faculdade, da universidade, mas eu sempre ganhei bolsa pelo minha questão salarial, eu não reprovava, eu estudava então eu ganhei bolsa, não foi fácil porque eu fui vítima do privado, estudei pelo privado e era muito complicado, porque vivenciei assédios de todos os tipos e minha patroa falava que não iria conseguir formar”. (E3)

“Eu fui para Goiânia com 16 anos trabalhar, e estudar, meu primário todo eu fiz na zona rural, fiz só o 7 e 8 e 1 ano em arraiais e ai eu fui para Goiânia terminar o 2º grau, e lá eu escolhi o serviço social para fazer porque me identifiquei muito com o curso, e só tinha esse curso na universidade católica que hoje é pontifícia, é uma universidade privada, penei e ralei muito para poder pagar, até então eu tinha trabalho, mais eu na minha vida toda eu comecei a trabalhar cedo, eu já fui babar, já fui faxineira, já fui professora de datilografia, já fui professora de educação infantil, então na minha vida toda eu trabalhei muito cedo, eu acho que eu comecei a trabalhar com 13 e 14 anos, trabalho infantil, mais quando eu cheguei no meio do curso eu perdi o emprego, e foi o período que eu tive que fazer faxina.” (E4)

Conforme analisa Nascimento (2019), numa sociedade como a brasileira, em que elementos arcaicos convivem com o processo de modernização, a educação representa um fator de pressão dos grupos subordinados, visando a melhores condições de vida e ascensão social. Entretanto, justamente por causa da presença insistente desses elementos arcaicos, os avanços educacionais são limitados e muito recentes, e ao mesmo tempo pouco eficientes, uma vez que a maior parte da população tem tido pouco acesso efetivo a educação. (Nascimento, 2019, p.261)

A pesquisa demonstrou a dimensão política do racismo que restringe direitos, como o da educação de qualidade, pública e presencial, foi presente na vida das mulheres negras assistentes sociais, pois nas falas anteriores, elas repetidamente remetem a vida difícil de estudar primeiramente em escolas públicas, umas das periferias da zona urbana, outras da zona rural, os condicionando na sequência o ensino superior privado como única condição de mobilidade social. Porém, mesmo acessando a educação e buscando aprimoramento intelectual, elas não estão isentas do racismo, do sexismo, e da opressão, fora e no exercício profissional, pois:

“Tem uma frase que eu não sei autoria, não sei se é do Bruno (advogado criminal) onde ele fala que: vestem institucionais não vestem corpos negros - eu vivo isso todos os dias, mesmo eu tendo acesso à educação eu sendo servidora de um órgão de poder (TJ/GO), então você mede o nível de capacidade que tenho, inteligência, estabilidade financeira, de poder acessar lugares, viajar, ocupar lugares geralmente ocupados por corpos brancos e ter acessado tudo isso e por ser mulher, e estar no topo, não diminui o racismo que eu sofro, pelo contrário, passa a ser potencializado porque é um corpo estranho, é estranho você ser uma mulher negra inteligente, com uma vida financeira estável.” (E6)

O racismo institucional se manifesta na escola, ao mercado de trabalho, nas políticas públicas que desconsiderem as especificidades raciais e nas práticas arraigadas nas instituições. O racismo, segundo Eurico (2011), possui duas dimensões: políticas pragmáticas e das relações interpessoais, as quais se manifestam ao negar a especificidade de raça, e na reprodução do racismo, entre trabalhadores, usuários, gestores.

Com relação ao racismo entre gestores e trabalhadora, a entrevistada afirma que:

“Ao longo da minha trajetória profissional, eu observo que mesmo ocupando espaços de assessoria em posição de destaque, eu não passo da assessoria, eu credito isso ao racismo institucional e estrutural, porque, embora eu assuma boa parte das tarefas, e coordene e organize processos, sou servidora efetiva, mas nunca ocupei nenhum cargo de direção comissionado, como diretora, superintendente, responsável por determinado setor, sempre atuei como assistente

social, e o máximo que ocupei na minha atuação e trajetória profissional foram cargos de assessoramento ou presidência nos casos de instâncias de Controle Social.” (E1)

O racismo institucional a qual a entrevistada percebe é fruto tanto da dimensão político pragmática, quanto das relações interpessoais entre trabalhadora e gestores. Segundo Collins (2019), mulheres e homens negros são mais vulneráveis a exclusão de cargos administrativos e gerenciais do que mulheres e homens brancos. Poucos homens negros ocupam esses cargos, mas aqueles que os ocupam são mais bem remunerados e tem status mais elevado. Há mais mulheres negras que homens negros ocupando cargos administrativos e gerenciais, mas elas costumam ganhar menos e ter status inferior.

Essa relação se mostra ainda entre trabalhadores x trabalhadores e trabalhadores x usuários, conforme a fala da entrevistada seguinte:

“Na minha atuação profissional eu consigo visualizar momentos assim, nas aulas que eu leciono não consigo visualizar assim, mas na minha atuação profissional, que eu fiquei na residência em saúde, que eu tive contato com outros profissionais, tive contato de trabalho com médicos, psicólogos, enfermeiros, então eu via assim mais essa discrepância na atuação, então eu via que em diversos momentos a minha fala ela tinha menos credibilidade, ela era menos valorosa, diante dos outros personagens brancos, também compunha o quadro de técnicos daquela instituição, também percebia que, por exemplo, eu para andar na unidade e não ser confundida com usuário, eu tinha que usar crachá, já minhas colegas brancas, psicólogas e enfermeiras elas não precisavam porque a aparência delas já era bem posta para toda unidade, para eu pedir documentos, a outros trabalhadores e não ser interpelada: porque você estar pedindo isso, para eles perceberam que eu era profissional e precisava de algum equipamento eu estava sempre com crachá”. (E2).

Neste sentido, o racismo institucional tem suas dimensões, o que revela questões que devem ser combatidas e enfrentadas cotidianamente. Desse modo, a posição de ascensão profissional no sentido de auferir melhores rendas e ocupar outros espaços, que normalmente são ocupados por pessoas brancas, colocam as mulheres negras assistentes sociais em um lugar diferente das demais mulheres

negras, recaem sobre elas outras questões, que continua atravessando a raça, o gênero e a classe.

Segundo Collins (2019), para as mulheres negras que na maioria não nasceram na classe média, mas ascenderam recentemente a ela, pode ser inquietante lidar com as demandas do trabalho, da família, bem como da sociedade civil negra.

Na perspectiva do pensamento feminista negro, as falas de não pertencimento, de um corpo estranho ocupando um lugar do outro, revela a experiência de sermos forasteiras de dentro. Conforme Collins (2019), as mulheres negras experimentavam uma espécie de outsider interna (outsider within). Elas não se sentem pertencentes na sociedade e nos espaços que ocupam, Collins (2019) diz que, por isso, colocam em evidência o significado de pertencimento.

Essas experiências tem como resultado um diferente lugar social, a posição de “forasteira de dentro” (Outsider Within) revelada ao ocuparem suas funções profissionais, acessarem outros espaços, normalmente lidam com problemas nos espaços que ocupam, na relação com a família, que nem sempre teve as mesmas oportunidades que elas, na relação amorosa, daí relações inquietantes que são postas no cotidiano das mulheres negras.

Neste sentido, na pesquisa percebe-se que as profissionais têm clareza acerca do racismo institucional/estrutural e o que este vem provocando em suas trajetórias, sejam elas profissionais ou pessoais.

“Eu ocupo vários lugares que denota essa ascensão social e o racismo ele é muito cruel, eu sinto o racismo todos os dias nos olhares das pessoas, em todos os lugares no lazer, na manicure, no trabalho, entre nós mesmo mulheres negras, você é considerada uma preta raivosa, porque, é uma dor internalizada, é muito difícil buscar esse equilíbrio, pois não é permitido, a nós mulheres negras ter bom gosto, e escuta: - Ah, preta metida!” (E6).

Ao fazer provocações acerca do racismo na sociedade brasileira, com relação ao lugar e a cultura, Gonzalez (2019) questiona porque vivem dizendo para gente se por no lugar da gente? Que lugar é esse? Por que será que o racismo brasileiro tem vergonha de si mesmo? Porque será que se tem “o preconceito de não ter

preconceito” e ao mesmo tempo se acha natural que o lugar do negro seja nas favelas, nos cortiços e alagados?

Esses questionamentos são basilares para entender o que a entrevistada anterior afirmou sobre ser mulher negra de classe média, ocupar lugares, e ser um corpo estranho, pois não é permitido a ela acessar os mesmos lugares que a branquitude ocupa.

Nesse seguimento, em um contexto semelhante ao ocupar um espaço, a entrevistada relata:

“Por exemplo, mesmo tendo mudado meu padrão de vida, não ascendi para outra classe, continuo sendo classe trabalhadora mais eu tive certa ascensão intelectual e social no sentido de que eu consigo ocupar espaços que quando criança não conseguiria ocupar, mas, por exemplo, no condomínio que eu moro, a 1 reunião que foi acontecer, uma pessoa passava com uma prancheta, para as pessoas proprietárias dos apartamentos assinarem, e a pessoa me pulou e julgou pela minha aparência que eu não teria um apartamento, me pulou e passou para a proprietária seguinte e a proprietária seguinte perguntou: - porque você pulou ela?”

“- A moça respondeu: - ela não está com você?”

“Julgando que eu era empregada da outra pessoa, e ai assim eu precisei falar que NÃO QUE EU TINHA COMPRADO O APARTAMENTO, E AI FICOU UMA SITUAÇÃO CONSTRANGEDORA, isso é um exemplo das situações que eu vivo em relação ao lugar que eu vivo e que eu estou.” (E1)

Segundo Holloway (1995), a realidade do racismo e do sexismo significa que devemos configurar nossas realidades privadas para incluir uma conscientização sobre o que nossa imagem pública pode significar para os outros. Isso não é paranoia, isso significa estar preparada.

Neste sentido, essas relações se configuram contraditórias, pois ao passo que as mulheres negras entrevistadas ascendem intelectualmente no sentido de ocupar lugares, e ter uma renda mais elevada, ela se defronta com questões muito peculiares das demais mulheres negras da classe trabalhadora.

Collins (2019) afirma que as experiências de mulheres negras no trabalho e na família criam condições para que as contradições entre as experiências do dia-a-

dia e as imagens controladoras da condição de mulher negra se tornem visíveis. Ver as contradições nas ideologias faz com que elas se abram para a desmistificação.

Desse modo, as experiências das mulheres negras assistentes sociais, a respeito do atravessamento de gênero, raça e classe, se entrelaçam em suas vidas cotidianas, quais sejam profissionais e pessoais. E isso, quando desmistificados, se tornam mecanismos de empoderamento individual, que reflete na luta coletiva.

Serviço Social, racismo e as experiências das mulheres negras.

Entende-se que o racismo na sociedade brasileira não deve ser combatido ou superado de forma isolada. Sabe-se que é no espaço das lutas sociais e dos movimentos sociais, enquanto luta coletiva, que a transformação das relações racistas, sexistas, e anticapitalistas devem ocorrer, neste sentido, o Serviço Social deve e pode contribuir, tendo em vista que é uma profissão que se constituiu em defesa da classe trabalhadora, dos direitos humanos, e o valor ético político deve-se fazer presente em sua atuação.

Após o congresso da virada e o movimento de reconceituação, o Serviço Social rompe com o conservadorismo e assume seu caráter político, que tem como projeto uma nova ordem societária, desse modo, conforme Eurico (2011), a sociedade contemporânea é complexa e apresenta sempre novos problemas e necessidades que precisam ser amplamente discutidas pelo serviço social.

Tendo em vista que a profissão avança incluindo nos processos de debates, fóruns, e outras organizações políticas da profissão, temas antes secundarizados como: políticas públicas, gênero, raça/etnia, entre outros. Todavia, percebe-se um esforço mesmo tímido em construir uma abertura para o debate transversal na formação dos assistentes sociais.

Segundo Eurico (2011), ao eleger a questão social como objeto de intervenção, a profissão também desconsiderou, por várias décadas, que a complexidade da realidade social brasileira não está circunscrita apenas ao modo de produção capitalista, mas também medularmente vinculada aos séculos de escravidão no Brasil e às condições de existência da população negra, que herdou o legado de invisibilidade, no acesso a riqueza socialmente produzida (Eurico, 2019, p. 98).

As produções intelectuais, das revistas de Serviço Social e sociedade, os artigos, as dissertações, os livros, do Serviço Social, demonstradas no primeiro item deste capítulo, revelam que, pouco tem sido dispensado a questão racial, desse modo, a pesquisa revela o que as assistentes sociais militantes da profissão responderam sobre suas experiências com a temática racial e o Serviço Social.

“Chegou para mim no mestrado, dentro do Serviço Social não, o assistente social começou a pensar sobre isso com mais força agora, e chegou tardiamente para mim, eu nem pensava sobre isso”. (E6)

Sendo assim, faz-se necessário entender como essa ausência vem sendo construída na formação da Sociedade Brasileira, na Formação Acadêmica e isso se constitui por duas ideologias que, segundo Carneiro (2011), são o mito da democracia racial e a perspectiva da luta de classes, têm em comum, portanto, a minimização ou o não reconhecimento e/ou a invisibilidade da intersecção de raça para as questões dos direitos humanos, da justiça social e da constituição democrática, elementos que dificultam a erradicação das desigualdades raciais nas políticas públicas.

Rocha (2009) afirma que a ausência da temática de raça, para a formação do assistente social e para defesa do projeto ético político, se constitui um desafio justamente porque há pouca produção teórica a cerca dessa temática, e apropriação da raça/etnia como categoria importante na análise crítica das relações sociais.

Nesse seguimento, o Serviço Social pouco tem feito no âmbito da profissão quando se trata de campanhas antirracistas, ou a articulação com as diversas campanhas dos movimentos negros e feministas que tem sido feito razoavelmente, sobre as possíveis campanhas e eventos as assistentes sociais negras relatam que:

“Não, de forma direta não participei de nenhum movimento dentro da categoria”. (E3).

“Participei em 2018 de um evento um cine debate, promovido pelo CRESS/TO, mais apenas esse, e nacionalmente teve em evento que eu não conseguir ir, mais permanente não, os que eu participo é fora da academia, dentro da profissão, o único que eu vi foi nessa campanha da gestão 2017/2020. Todas as vezes que vejo

que as mesas são brancas, não vejo o constrangimento na categoria com relação a essa ocupação, prevalece à hegemonia branca”. (E2).

Visualiza-se, que assim como a temática não é incluída na formação em serviço social, as campanhas antirracistas não são frequentes, e isso se deve possivelmente a forma como a profissão não privilegia o debate transversal, entre as categorias raça, classe e gênero, para entender as relações sociais. Em outras falas as assistentes sociais afirmam a ausência novamente, e reforçam a emergência do debate na categoria:

“Com a campanha (2017-2020) desse ano, é que eu vim ter acesso a esse debate dentro da categoria, eu formei em 2005, não me lembro de campanha dentro antes dessa de 2019, para mim foi um marco, e um seminário de direitos humanos, em salvador, em 2019, e estava falando de vivência’s, e me via em todas as falas, diferente de outros espaços que já participei, sua identidade ali”. (E5)

A assistente social acima se reporta a campanha: “Assistentes Sociais no combate ao racismo” da gestão (2017-2020) do CFESS, onde trabalhou o triênio em função da luta contra o racismo, com diversas atividades, voltada a essa temática.

Segundo Eurico (2011), é um tema que começa a emergir, mas ainda encontra pouco espaço no universo acadêmico. A questão racial não está na agenda prioritária do Serviço Social e, em geral, também não encontra suporte e interesse da maioria dos professores pesquisadores, o que provoca uma enorme lacuna. Sobre essa ausência a assistente social confirma que:

“Formei há 15 anos. Na época o debate racial não estava tão em voga no Serviço Social. Minha aproximação se deu na prática profissional e por isso, fiz diversas atividades no campo de trabalho mesmo, me articulando com o movimento negro. A princípio com o GRUCONTO, depois com o enegrecer e Coeqto. Hoje estou no Ajunta Preta e Movimento Negro Unificado – MNU – nos dois proponho a articulação com meu espaço de trabalho. Conduzi a articulação com as companheiras do Ajunta Preta um grupo de empoderamento feminino com mulheres atendidas pelo Paefi; realizei oficinas de formação nos Cras e na unidade de acolhimento de crianças. E assim faço da minha atuação profissional, uma atuação militante. Recentemente vi a campanha antirracismo no Serviço Social, antes quase não existia. Nos assistentes

sociais negras da marcha nacional das mulheres negras em 2015 levamos ao encontro nacional a proposição de moção de apoio à Marcha e ainda estimulamos a criação do GTP raça e etnia da ABEPSS – Associação Brasileira de ensino e Pesquisa em Serviço Social. As mulheres negras sempre foram resistência e as do Serviço Social não são diferentes. Nossa intenção é que a pauta racial seja cada vez mais ampliada no interior do Serviço Social.(E1)

“Sim participei da campanha: Assistentes sociais contra o Racismo”. (E8)

Sete assistentes sociais das entrevistadas responderam como o debate, e as campanhas contrárias ao racismo realizadas no interior da profissão foram escassas, citam basicamente a campanha: Assistentes sociais contra o racismo da gestão 2017-2020, e duas profissionais esgotam o debate apenas nessa campanha não refletindo como a ausência dessa temática na formação pode ser fundamentada nas ações da agenda política da profissão.

Todavia, percebe-se como a ausência dos debates, das campanhas, da construção teórica sobre raça, é tímida, porém, despertada na academia para algumas. Com a pesquisa, isso foi revelado de forma majoritária entre as profissionais, demonstrando com isso a resistência da mulher negra em enfrentar os problemas específicos. Nesse seguimento:

“Da academia para cá, a gente sempre teve nos movimentos sociais, pela categoria profissional não, a gente só se aliava aos movimentos sociais, temos coletivos, como o ajunta preta do TO, que tem muitos assistentes sociais, mais não é da categoria, mais pensando sobre isso, agora que viemos acordar para isso, depois de 80 anos do serviço social brasileiro, a gestão do CFESS/2017-2019 estar trabalhando a campanha antirracismo, é muito interessante a campanha, e a Meire Lucia que participou de várias gestões sempre encabeçava, essas propostas, que já faleceu, então assim a inserção de mulheres negras nestes espaços, modificou a leitura, e inseriu essas pautas e isso que a gente tem que visualizar, e as mulheres brancas estão lá em outras lutas, e são maravilhosas, mais é uma luta nossa, e nos precisamos ter essas pessoas como apoio para gente, e não querer que eles puxem essas lutas, porque somos nós que temos que encabeçar, e o norte é aguerrido”.
(E4)

A assistente social reafirma o compromisso das mulheres negras com as pautas sobre raça/etnia, a busca pela auto definição, e por espaços seguros e a busca de voz para sua ampliação e inserção no Serviço Social, e demonstra como este tema ainda não foi aprofundado da maneira que deveria pela profissão. Isso é importante para o entendimento de que as mulheres negras constroem formas de resistência no interior das profissões e dos diversos espaços.

Collins (2019) afirma que muito do que há de melhor no pensamento feminista negro reflete essa busca de uma voz coletiva e auto definida e expressa um ponto de vista mulherista plenamente articulado. Lorde (2019) observa que as mulheres negras sempre foram altamente visíveis, assim como, por outro lado, foram invisibilizadas pela despersonalização do racismo. Lorde (2019) assinala que a visibilidade que nos torna mais vulneráveis, inerente ao ser negro, é também fonte de nossa maior força.

Nessa passagem, é possível identificar como as mulheres negras usam suas criatividade e respostas às vulnerabilidades encontradas, no espaço de trabalho, nas vivências acadêmicas e, nesse caso, com relação ao serviço social e o enfrentamento que elas estão propondo há muitos anos.

Neste sentido, se o racismo institucional, em suas dimensões, não se manifesta de forma isolada, Eurico (2011), assinala que o racismo institucional se refere às opressões anônimas de discriminação racial em instituições e profissões. Desse modo, a profissão do Serviço Social não está isenta do racismo, pois, além de institucional, ele é estrutural.

Conforme a entrevistada afirma, ao considerar se o Serviço Social é racista,

“Eu considero que sim, porque falamos que ele é muito inclusivo em todas as pautas mais de fato isso nunca foi trabalhado, de forma aberta, e essa campanha anti-racista 2017/2019, recebeu muitas críticas, a gente sofreu crítica por isso, e o conjunto sofreu muitas críticas por isso, e isso nunca foi tratado como deveria, estava presente no evento nacional para escolher a campanha do triênio e foi um embate, para escolher e muito desgastante para conseguir aprovar, não foi fácil, e tivemos que sair negociando para colocar, e queriam colocar a LGBTQ+ e a negra, e a LGBTQ+ já tinha tido uma pauta, na gestão anterior, e ainda queriam colocar as duas, foi embate ferrenho e desgastante bem difícil mais conseguimos”. (E5)

Neste sentido, na fala anterior, é possível identificar como a categoria profissional tem resistência com a temática de raça/etnia, mesmo com o rompimento ao conservadorismo, a negação da temática, na formação profissional, dificulta a análise acerca do racismo institucional e estrutural, e as visões pelo fato de não conhecer o racismo institucional e estrutural, se conectam diretamente com a ideologia racista, a ideologia molda o inconsciente, e desse modo, tem-se, como verdades naturalizadas, práticas sociais concretas. Almeida (2019) confirma que o significado das práticas discriminatórias pelas quais o racismo se realiza é dada pela ideologia.

Desse modo percebe-se pelas seguintes respostas:

“Eu não considero o Serviço Social racista.” (E7)

“Penso que existe profissionais racistas dentro do Serviço Social, reproduz o racismo, e onde tem o ser humano com certeza existe e isso não muda com o serviço social”. (E3)

“Sobre a existência de assistentes sociais racistas, te responderei que certamente eles/as existem em função de que a sociedade brasileira é racista. No entanto, não identifico que a profissão o seja, até porque temos compromissos ético-políticos assumidos como coletivo profissional contra qualquer forma de preconceito. Não tenho registro, na minha trajetória, de nenhum episódio relacionado a racismo nas instâncias de gestão ou militância da profissão’. (E8)

Nesse seguimento, percebe-se que o racismo não pode ser considerado de forma isolada, apenas considerar racismo na concepção individualista é desconsiderar as relações sociais e as estruturas que moldam e constroem essas relações, fora e dentro dos aparatos institucionais. Percebe-se que as profissionais acima visualizam o racismo em sua concepção individualista, o que equivocadamente não é atenta a concepção estrutural e institucional do racismo.

Neste sentido, o racismo institucional conforme Almeida (2019), é menos evidente, muito mais sutil, menos identificável em termos de indivíduos específicos que cometem os atos, porém, o racismo institucional não é menos destrutivo da vida

humana, ele se origina na operação de forças estabelecidas e respeitadas na sociedade, e, portanto, recebe menos condenação pública que o racismo individual.

A assistente social a seguir confirma que o racismo perpassa o Serviço Social estruturalmente, mesmo contradizendo inicialmente ao atrelar a concepção individualista do racismo, ela afirma que:

“O serviço social tem princípios ideológicos que vão contra o racismo. Mas diversos profissionais são racistas em sua atuação profissional e na relação com as colegas assistentes sociais. Estruturalmente o racismo perpassa o serviço social e está visível até mesmo pela invisibilidade da pauta no lugar de destaque em nossos eventos, pelo lugar ocupado pelas escritoras negras no serviço social. Avançamos com a presença de uma mulher negra à frente do CFESS, Josiane Soares. Porém, há um caminho longo a percorrer”. (E1)

A entrevistada revela como a trajetória, enquanto assistente social negra e do serviço social, são permeadas pela invisibilidade da temática de raça, o que não significa que as mulheres negras dessa profissão estão submissas, pelo contrário, o ponto de partida dessa análise é justamente a resistência das mulheres negras, frente à in'visibilidade no interior da profissão, o que se percebe é que há uma negação que existe racismo no Serviço Social, pois ele existe há mais de 80 anos, e rompeu com o conservadorismo há mais de 30 anos.

Embora recente seja o rompimento com o conservadorismo, a escassez da temática de raça na formação, a ausência de campanhas antirracistas, e a negação do racismo na profissão estabelece funções que são a de fortalecer e reproduzir o racismo. Como analisa a seguinte assistente social quando questionada sobre racismo e serviço social:

“Sim a gente definir que o racismo não se dar apenas na forma interpessoal de forma direta, que ele também é estrutural, estar dentro da linguagem, estar dentro das visões imaginárias, da forma como se organiza, que o Serviço Social pode se considerar também uma profissão racista, assim como outras. Porque o primeiro passo para gente transformar é reconhecer, então se ficarmos falando que o Serviço Social não é racista vai estar aí eternamente pessoas brancas direcionando a profissão, sem nenhum tipo de constrangimento.” (E2)

A negação do racismo é presente na sociedade brasileira, conforme assinala Gonzalez (2019), o que sustenta a ideologia dominante e também o mito da democracia racial.

Sobre isso, Bairros (2013) afirma que ainda relutam em admitir o racismo no país, foram educados para acreditar na democracia social e na harmonia racial, mesmo sabendo que ela inexistente no cotidiano das relações sociais. A permanência dessa perspectiva foi e continua sendo necessária para que ser branco no Brasil continue tendo um valor superior comparativamente a outros grupos raciais.

Tendo em vista a concepção estrutural e institucional do racismo, é possível identificar a partir da pesquisa que há uma dificuldade em reconhecer ou não se o serviço social é racista. Reconhece-se apenas o racismo na concepção individual ao reproduzir práticas racistas individuais, nas relações com a classe trabalhadora usuária, e com as colegas de profissão, como enfatiza:

“Mais pensando bem na história do serviço social, como surgiu na estrutura, não foi desmembrado, mesmo tendo rompido com o conservadorismo, inserido no código de ética como princípio ético, a luta contra o preconceito racial, de gênero e de classe, esse campo ainda estar vazio, porque as pessoas também não se reconhecem nessa luta, e nos negros já nascemos excluídos, então nessa linha a gente reproduz o preconceito sim, e a gente sempre vê o Serviço Social como combativo, e não pensa qual o defeito? A gente esquece-se de fazer essa avaliação, e quando a gente vai lá para ponta, a gente trabalha com quem? Com a população negra, e como é que a gente trabalha com eles? Reproduzindo “a todo minuto, essas questões estruturais, culpabilizando por vezes os usuários”. (E4).

Neste sentido, é necessária e urgente que o Serviço Social assuma como prática teórica metodológica em seus currículos a inserção da temática de raça, para que se entenda a constituição da ideologia racista e as concepções racistas, articulando-se com gênero e classe, considerando que as questões estão entrelaçadas e provocam consequências para as profissionais que atuam com a população negra e para elas também. Como bem coloca Rocha (2009), há urgência, pois é um compromisso com aprofundamento político e efetivação do projeto ético político da profissão.

Empoderamento

Segundo Berth (2019), a palavra empoderamento ou *empower* (de acordo o dicionário online da América e que pertence à marca homônima – *Merriam-Webster Dictionary*) é dar poder ou habilidade a algo ou alguém. E segundo a autora, se assemelha ao processo de formação do correspondente na língua portuguesa.

Neste sentido, quando acontece o empoderamento individual a cerca do ser negra (o), não significa apenas uma questão subjetiva de sua identidade, isso traz consequências para a tomada de consciência e luta coletiva contra o racismo e outras formas de discriminação.

Conforme Berth (2019), no Brasil, empoderamento é um neologismo, ou seja, um fenômeno linguístico que cria uma palavra ou expressão nova ou, ainda, atribui um novo sentido a uma palavra já existente. A palavra empoderamento significa dar poder ou capacitar.

Neste sentido, o uso de empoderamento aqui significa empoderar-se enquanto sua negritude, sua raça, e o quanto esse entendimento agrega novas percepções, e de um modo geral em suas vivências pessoais.

Visualiza-se, nesta pesquisa, que as mulheres negras assistentes sociais entrevistadas têm percepção do empoderamento, o que isso provocou em suas vidas, e na de suas famílias, e no exercício profissional uma releitura da desigualdade racial que os cercam. Desse modo, empoderar-se pode ser entendido como um processo individual distorcido do que pode representar na coletividade, e tem resultados coletivos, tendo em vista que o empoderamento aqui mencionado, segundo Berth (2019), trata-se da antítese de uma visão liberal de dimensionamento meramente individual do empoderamento, uma vez que parte de grupos historicamente oprimidos por uma estrutura dominante.

Berth (2019) diz que é o empoderamento é um fator resultante da junção de indivíduos que se reconstroem e desconstroem em um processo contínuo que culmina em empoderamento prático da coletividade, tendo como resposta as transformações sociais que serão desfrutadas por todos e todas.

Neste sentido, na fala da entrevistada a seguir, é possível identificar como o empoderamento se manifesta na trajetória de vida da mulher negra, e como este processo resulta em resposta política coletiva ao mesmo tempo que tem caráter individual.

“Só agora estamos debatendo, só agora estamos tendo consciência disso, eu demorei, meu cabelo tem o que de 2013/2014 há três anos é que eu assumi essa identidade do cabelo, então penso que isso é minha luta, é uma luta por identidade, e por consciência, e empoderamento, penso que ninguém empodera ninguém a auto se empoderar, a partir do momento que a gente se reconhece, meu projeto é ler autoras negras, feministas, conhecer a minha ancestralidade e a história, do meu povo, eu acho que isso é o que posso fazer para enfrentar o racismo e estar sempre vigilante, os estagiários negros que eu tenho o cuidado, constrói coletivamente na minha atuação, eu não construo sozinha” (E6)

“Depois que eu entrei em contato com a pauta racial, eu percebi de forma diferente, eu tinha visão totalmente eurocêntrica, e ter o contato com a pauta racial me fez entender tanto o que eu sofria com relacionamento familiar, afetivo, social, trabalho, e também ver como eu também estava mergulhada nessa lógica e corrigir também erros e posturas que eu praticava que reiterava o racismo.” (E2)

“Minha filha esses dias chegou (e ela estuda numa escola privada, escola particular) e ela chegou indignada em casa, e ela tem 16 anos, porque dois coleguinhas chegaram curtindo na sala fazendo gracinhas falando assim: ah não gente piada de branco é sem graça, coisa boa mesmo é piada com negros. Aí começaram a soltar umas piadinhas sem graça, e ela levantou indignada e chamou a diretora, e fez aquela movimentação, e questionou e a diretora foi lá e fez uma fala com os alunos e chamou os pais, eu queria muito ter ido, mais ela disse que não que resolveria, minhas meninas são todas assim, empoderadas, e eu crio elas para isso para ser independentes, a gente se empodera, e deixa de sofrer por certas situações, a partir desse momento da emancipação sua, não adianta eu não posso ficar defendendo elas, elas tem que se defender, porque o mundo é cruel, com a mulher negra, com a mulher preta, com a mulher pobre, principalmente então de alguma forma a gente é penalizada, e com certeza nos espaços eu sofri”. (E4)

Percebe-se como as mulheres negras a partir de suas experiências, com o atravessamento de eixos de opressão, como racismo, criam mecanismos de autodefesa e sobrevivência, a busca por empoderamento que a mãe (Rosinalva) construiu nas filhas, foi para tentar fazer com que a dor que ela passou e que

certamente as filhas passarão, seja combatida, ou que elas criem estratégias de defesa de si, essa análise envolve o Pensamento Feminista Negro da Teoria Social Crítica de Collins (2019).

Segundo Collins (2019), ao longo da história, o ativismo das mulheres negras nos Estados Unidos tem mostrado que se empoderar requer mais que transformar a consciência individual das mulheres negras por meio de estratégias de desenvolvimento da comunidade negra. O empoderamento também exige mudar as injustas instituições sociais com que os afro-americanos vêm deparando de geração em geração. As realidades das assistentes sociais negras, como analisadas na pesquisa, demonstra o trabalho das mulheres negras brasileiras em prol do próprio empoderamento.

Neste sentido, percebe-se que as mulheres negras, assistentes sociais, atravessadas por estruturas de poder de gênero, raça e classe, ao passo que são oprimidas por essas condições, também constroem empoderamento e resistência, que é multiplicado de geração em geração como apresentada as falas das entrevistadas.

Visibilidade

Na entrevista, organizou-se o eixo que pesquisou sobre a visibilidade das mulheres negras na categoria profissional e que questiona a percepção das assistentes sociais negras sobre a visibilidade na profissão.

A pesquisa demonstrou que, majoritariamente, as assistentes sociais negras entrevistadas percebem que a visibilidade e representatividade na profissão ainda são desiguais, desvelando a desigualdade étnico-racial. Quando questionadas sobre a visibilidade,

“Não tem, se formos pensar quem constrói, quem estar na academia, quem estar nas livrarias do Serviço Social? Boscheti, Behing? Os grandes nomes intelectuais, Então não vejo essa visibilidade para as mulheres negras.” (E6)

Essa fala reflete justamente o lugar social ocupado pelas mulheres negras, inclusive dentro do Serviço Social majoritariamente, seguindo esse raciocínio, a seguinte entrevistada afirma:

“Não ainda totalmente não, estar engatinhando, a representante do CFESS atual, vem mostrando isso levanta a bandeira contra o racismo, o que é muito importante para gente entender, não basta ocupar esses espaços a gente precisa confrontar o racismo e acho que é um grande referencial, e estamos experienciando agora, penso que sua pesquisa também é um sinal disso de como a gente tá começando a questionar, e como estamos ocupando essa pós-graduação e a própria representação da categoria e estamos lutando por uma sociedade melhor, então a nossa visibilidade ainda é pouca. E até ocupar os espaços que a intelectualidade ocupa.” (E2)

“Não visualizo essa visibilidade. Vejo as mulheres negras tentando ser ouvidas no Serviço Social, com espaço reduzido.” (E1)

“Penso que fui privilegiada, porque teve a campanha, a presidente do CFESS é negra, tem a Solange que é do RIO, a Marina do Rio grande do Norte, um número maior de mulheres negras, dentro da diretoria do CFESS se conseguiu esse espaço aumentou o espaço de visibilidade, que nunca foi tão visualizado.” (E5)

“Não tem, porque se você olhar, embora que o Serviço Social, eminentemente preenchido por mulheres e classe subalterna, mas eu percebo que as mulheres negras não tem visibilidade ainda na profissão, haja vista que os cargos públicos geralmente são ocupados por mulheres brancas, especialmente os cargos de chefia, assessoramento, e se você for ao CRAS, que trabalha mais em contato com a comunidade, tem mais mulheres negras, nesse trabalho que não tem ar condicionado, e na parte da gestão as mulheres brancas.” (E3)

Conforme explica Ribeiro (2017), existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções, e, para além de refutar esse olhar, é preciso que partamos de outros pontos. Neste sentido, as entrevistadas afirmam o lugar do outro do outro que geralmente ocupam, nos espaços profissionais do Serviço Social e da sociedade.

Nestes depoimentos, observamos que é importante o reconhecimento por parte da maioria entrevistada, acerca dos problemas que envolvem a desigualdade étnico-racial, é necessário reconhecer essa invisibilidade. A categoria precisa refletir e reconhecer que esse processo é estrutural, para criar de fato mecanismos de

combate ao racismo, seja ao exercer a profissão, seja dentro da própria profissão ao construir o saber – profissional, a ciência crítica, de modo decolonial.

Apenas três (3) das demais entrevistadas entendem que a visibilidade existe, porém, cada uma a seu modo, calcada individualmente no processo de escolhas profissionais. Contudo, percebe-se que essa visão é atravessada de falta de profundidade de análise a cerca do tema mulheres negras e espaços de poder e visibilidade.

“Entendo que têm de diversas formas por meio de suas trajetórias individuais na construção das carreiras de trabalho, mas também na militância política. Temos inúmeros exemplos dessas mulheres na profissão e não só no período recente.”
(E8)

Na perspectiva individual, é possível entender a afirmativa anterior, porém, na compreensão de que as mulheres negras, enquanto coletivo, que vivencia diversas violências, inclusive mulheres negras de classe média, têm visibilidade, e não é possível afirmar, pois se visualiza que ainda é necessário avançar na temática de raça, dentro da profissão, entender a concepção institucional e estrutural do racismo atrelado ao gênero e a classe, se manifestam de modo a construir certa invisibilidade nas trajetórias profissionais. O que ainda não é compreendida no sentido de totalidade, como demonstra a fala seguinte:

“Sim, na medida em que cada vez mais as assistentes Sociais, negras vêm se qualificando no âmbito do mestrado e doutorado, vêm ocupando espaço na academia como professores e pesquisadores, além de que as assistentes sociais vêm ocupando cargos na gestão das políticas públicas e também, nas direções das entidades da categoria”. (E7)

Sabe-se que apesar dos avanços no acesso a educação, a formação superior e a pós – graduação há luta contra o conservadorismo na profissão, a pesquisa demonstrou que ainda precisamos ampliar muito a temática transversal da raça, do gênero e da classe no interior do Serviço Social.

Se a temática é pouco acessada, discutida, e construída no serviço social, é possível identificar que a invisibilidade cerca as mulheres negras assistentes sociais, pois o Serviço Social ainda opera forças estabelecidas e respeitadas na sociedade,

como explicamos o fato de não vermos nenhum livro de uma escritora negra na biblioteca básica do Serviço Social? Como explicamos a ausência da temática de raça na formação de profissionais de Serviço Social? Das campanhas do conjunto? Como explicamos o fato de poucas mulheres negras assistentes sociais terem sido presidentes das autarquias representativas da profissão? Como explicamos o fato de os cursos de pós-graduação em serviço social ter poucas docentes negras? Neste sentido, afirma-se que tais questionamentos foram respondidos no conjunto do estudo e da análise, e reflete a invisibilidade das mulheres negras assistentes sociais.

Nesse seguimento, Ribeiro (2017) afirma que reconhecer o status de mulheres brancas e homens negros como oscilante, nos possibilita enxergar as especificidades desses grupos e romper com a invisibilidade da realidade das mulheres negras. Desse modo, o reconhecimento a cerca da invisibilidade das mulheres negras assistentes sociais se faz necessária, tendo em vista os valores políticos, éticos, assumidos por nos por meio do projeto ético político da categoria profissional e do código de ética.

Ascensão Social

A ascensão social pode ser enxergada de modo complexo, aqui tratou-se de analisar as trajetórias por meio dos depoimentos, e nesses foram possíveis visualizar como mesmo as mulheres negras, acessando um nível mais elevado de renda, emprego, ainda assim o racismo as atinge ao ponto de provocar problemas com a visibilidade profissional, protagonismo e ascensão na carreira.

Segundo o Dicionário *online* de Português (2020), ascensão social significa ação ou efeito de ascender, de se mover de baixo para cima; elevação. É sinônimo de promoção, subida, elevação. Nesse seguimento, com as entrevistas, as assistentes sociais negras revelam que o racismo, e o sexismo, e a classe atrapalham o protagonismo profissional, a visibilidade, e por consequência afeta a condição de ascensão social.

Por meio do questionário, percebeu-se que as profissionais são em sua maioria concursadas em seus respectivos vínculos empregatícios, porém, quando relacionado a ascensão social dentro desses espaços, algumas disseram que nunca assumiram cargo de chefia, superintendência, etc.

“Presidi o conselho estadual de direitos da criança e adolescente e presidi a comissão estadual de erradicação do trabalho escravo, fora esses dois espaços em que eu era responsável pela equipe eu não tive nenhum processo que desse uma visibilidade como um cargo de gestão e de estrutura, embora eu assumisse funções, eu sempre fui colocada nesses cargos no papel de assessoramento, e aí a gente vê que isso realmente acontece perpassa nossa trajetória como assistentes sociais por sermos mulheres negras, por mais que a gente tenha o fato de ser servidora efetiva, de não ter vínculo provisório e de estar vinculada por muito tempo nas instituições por onde passei e ter trajetória de atuação nas políticas nem sempre a gente assume cargos de destaque tendo como um dos determinantes além é lógico do determinante de Articulação política e boa parte desses partidos que assumem aqui no estado do Tocantins, que é um estado, que é bastante coronelista são partidos de direita, e a gente se posiciona muito a esquerda e aí a gente acaba não assumindo tanto pelo viés político como também por sermos mulheres negras. O racismo causa dificuldade de ascender nos espaços de trabalho; causa sofrimento, sentimento de incapacidade e desvalia. Para mim esses são os maiores problemas”.
(E1)

Essa relação com a ausência de ocupar cargos de chefia, ou mais especificamente a relação que se tem de mulheres negras e poder é possível entender como são poucas as experiências de mulheres negras e a ocupação de cargos de alto escalão.

Carneiro (2020) é contundente ao afirmar que:

o racismo é assim cruel. Ao instituir a superioridade de um grupo racial e a inferioridade de outro, gera diversas perversidades. A excelência e a competência passam a serem percebidas como atributos naturais do grupo racialmente dominante, o que naturaliza sua hegemonia em postos de mando e poder. Nunca ouvimos alguém se levantar, além da minoria de mulheres feministas ou militantes negros, quando o secretariado é composto em sua totalidade por homens brancos. Encara-se como natural (Carneiro, 2020, p.5).

Tendo em vista que o acesso a cargos de maior ascensão social, poder e visibilidade são poucos ocupados por pessoas negras, esta afirma que:

“Na minha trajetória profissional, nunca ocupei nenhum cargo de poder, nas instituições em que trabalhei, porém, na minha atuação dentro do Conselho, enquanto agente fiscal do Conselho, a sociedade de maneira geral, as pessoas demonstrava, certo receio e respeito pelo fiscal”. (E7)

E quando as mulheres negras ocupam, é recorrente o fato de serem questionadas:

“Sim o racismo atrapalha sim, porque a autoestima fica baixa, e a gente não se sente segurança de fazer o que tem que ser feito, então de certa forma até hoje é uma luta constante que eu tenho contra a questão do racismo por eu ser mulher negra, até na faculdade, nos meus espaços de trabalho, em qualquer lugar, parece que eu tenho que estudar mais, parece que eu tenho que falar mais, gritar mais: - me enxerga eu também sou capacitada! Até nos dias atuais isso é muito presente.” (E3)

“Então é muito difícil, o racismo continua mesmo você acessando lugares e posições.” (E6)

Desse modo, é perceptível nas falas como a lógica de opressão interseccional atravessa a vida das profissionais, impedindo a ascensão profissional e atrapalhando por vezes a condução do trabalho, e que, mesmo sendo destaque nas instituições, há uma barreira que impede essa ascensão.

Há um estranhamento quando corpos de mulheres negras ocupam espaços que denotam ascensão social e poder, segundo Carneiro (2020), o estranhamento se dá quando esse mundo inteligível ao qual nos habituamos sofre alguma alteração. E, sobretudo, quando muda por ações intencionais ditadas pelo princípio democrático de respeito a diversidade. Somente quem pertence a grupos minoritários, historicamente discriminados dos inúmeros negros, das incontáveis mulheres e homossexuais que deixaram e deixam de ser lembrados para ocupar posições nas estruturas de poder por essa lógica de exclusão que o racismo e o ceticismo determinam.

Espaço de Militância do Conjunto CFESS/CRESS

O Conselho Federal de Serviço social e os Conselhos Regionais de Serviço Social conjunto CFESS/CRESS, uma autarquia, pública, espaço de fiscalização e de militância política da profissão, entendida por nós como um espaço de visibilidade, e de poder, e por último com a pesquisa, entendido também como um espaço de saber, é parte desta pesquisa, pois se manifesta como um espaço de privilégio ou de ascensão para as mulheres que fizeram/fazem parte das gestões desse conjunto.

Nesse seguimento, entende-se que as mulheres negras assistentes sociais participantes da pesquisa, são objetos desse estudo, porque fizeram/fazem parte da gestão e de algum modo têm suas trajetórias de vida profissionais marcadas pela militância política, constroem/construíram um percurso histórico de luta e invisibilidade dentro da categoria profissional, sendo assim, por isso, essa estratégia de escolha.

Contudo, afirma-se aqui que a pesquisa escolhida com esse recorte foi pela militância e história das mulheres, não como objetivo de pesquisar a entidade, ou a profissão, mas sim a trajetória das assistentes sociais negras.

Nesse sentido, buscou saber como as profissionais enxergavam esse espaço, e como se sentiram ao ocupar.

“Mas eu aprendi muito e de fato é um espaço de poder, mas fazer parte de uma gestão do CRESS é um espaço de muito aprendizado, porque você acessa outros espaços de poder, da categoria e eu acho que fazer parte é uma educação permanente, é uma oportunidade de você conhecer a profissão por dentro, penso que todo profissional tinha que participar de uma gestão, não é um espaço de poder como o Tribunal de justiça (TJ), eu entendo o conjunto CFESS/CRESS é como um saber-poder, e se empoderar nesse sentido, estar por dentro da profissão, acompanhar as discussões, mais por dentro, e aí eu acho que você se empodera sobre a realidade, é um poder que você tem que pensar coisas para a categoria”
(E6)

Percebe-se nas falas das profissionais inicialmente, como o CRESS foi/é um processo importante para a construção do conhecimento, neste sentido também reverbera a seguinte fala:

“Eu concordo que seja um espaço de poder e de visibilidade, quando eu terminei o curso, eu não tinha conseguido espaço ocupacional, eu estava desempregada, e ocupei esse espaço a partir de convite, de pessoas que viam meu potencial eu já

participava de movimentos sociais e entendia que poderia ser um espaço de poder contribuir com a profissão, e não foi um desejo meu de participar desse processo e eu vejo isso também como um processo de racismo estrutural, eu como uma menina negra, e a minha função maior, de família pobre, era eu formar e ter um salário melhorzinho que meus pais, e essa questão de ocupar espaço de poder é uma questão de privilégio, que muitos negros não têm a chance de participar e quando eu ocupei eu sentir tanto a carga individualmente quanto coletivo da instituição, e também como eu estar nesse lugar representando um ideal maior, meu corpo minha raça naquele espaço”. (E2)

Nesse seguimento, as falas carregam o mesmo sentido de reconhecer o CRESS, como um espaço de militância, poder e aprendizado,

“E foi uma experiência, que eu penso extraordinária, pois todo profissional deveria passar, para compreender o processo dele inserido nesse espaço enquanto conselho, enquanto profissional, porque a gente tem um ganho muito grande porque a gente trabalha com o conjunto, não trabalha só você, é um conjunto CFESS/CRESS, e você tem uma noção enquanto entidade representativa, enquanto poder”. (E4)

Essa valorização das assistentes sociais reconhecendo o Conselho como uma instância de militância, conhecimento e poder, demonstra como a categoria profissional avançou nesse entendimento a cerca da construção democrática, para o fortalecimento do Serviço Social crítico,

“Participei de duas gestões do CRESS/TO, na função de 2º secretaria (1 gestão) e depois 1º secretaria (2 gestão), chegando na última gestão no cargo de vice-presidente por vacância de outros profissionais que saíram, avalio que minha participação poderia ter sido melhor se tivesse um contexto de vida favorável. Estive no CRESS no contexto de mulher preta, trabalhadora de dois vínculos, mãe solteira de dois filhos na primeira infância e militante do movimento negro”. (E1)

“Realmente o CRESS é um espaço de luta, de resistência e de poder, as assistentes sociais, que estão na frente estão sendo avaliadas, por estar na gestão a frente da gestão estadual, não percebi racismo nitidamente, mais com certeza nas entrelinhas com certeza aconteceu, não percebi tão nitidamente, mais o CRESS é um espaço

importante até para minha autoestima como profissional, e pessoal, é um espaço onde se tem a possibilidade de crescimento, de relacionamentos, e de contato com outros profissionais de diversas áreas de atuação, então foi um espaço que eu gostei muito”. (E3)

“Ocupar um espaço de poder nunca foi uma meta para mim. Sempre achei uma consequência natural das escolhas profissionais que fiz. Não acho que estar nesses espaços é algo extraordinário. No caso do exercício da profissão na docência, quando estive nesse lugar (de coordenação de curso), foi conquistado por mérito. No caso da militância em entidades da categoria profissional encaro como sendo parte de um trabalho que é coletivo e que em alguns momentos apenas coordenei, de modo democrático”. (E8)

“Eu entendi isso como um espaço de poder agora no processo, e suas ações será visto em dobro, você vai ser observada, eu não tinha essa visão, entendi durante o processo da gestão, ocupar esses espaço é um pouco desgastante, E mais esse olhar de quem estar de fora, você se sente olhada, sua fala, seu comportamento, enquanto você estava ali invisível na base, e ai neste processo as pessoas já te reconhecem, já sabe quem você é, e isso para mim foi estranho, e com o tempo absorvi, a me colocar administrativamente, e quem estar fora vai te atacar, é um processo desgastante”. (E5)

A pesquisa demonstrou que as assistentes sociais negras entendem as entidades da categoria profissional como relevante, e de visibilidade, mesmo não considerando sua participação de destaque no espaço ocupado, ou na função, entende-se que se configura como um espaço de militância coletiva, e de saber-poder. Desse modo, das mulheres entrevistadas, apenas duas ocuparam o cargo de presidência dessas instituições, o que revela que mesmo nas instâncias representativas, as mulheres negras não se configuram em cargos de liderança decisiva, reveladas neste estudo, como um problema que cerca as mulheres negras.

Quando foram questionadas sobre racismo nestes espaços, majoritariamente responderam que sofreram, porém, de forma velada. Por isso, entende-se que o racismo no Brasil tem traços diferentes, isso se deve ao mito da democracia racial. As pessoas não se assumem racistas, todavia, suas ações e falas apresentam formas contrárias,

“Então eu não devo ter sofrido racismo direto aquele interpessoal, mais o estrutural sim e eu coordenei uma comissão de formação que para mim foi um desafio enorme porque aglomeram muitas pessoas da intelectualidade, a galera que mais formula sobre a profissão então de certa forma essa lógica do conhecimento é poder é muito evidente então pessoas que tem uma carga intelectual, que tem já tradição nesses espaços elas se sentem realmente num lugar de poder e eu enquanto menina recém formada, jovem negra, coordenando uma comissão, foi bem difícil, por diversas vezes eu sentia até mesmo dentro de mim eu tentei desistir, duvidando da minha capacidade intelectual, e ao mesmo tempo eu resistia eu tentava, e ao mesmo tempo parecia que eu estava sendo colocada, num espaço de não civilidade e eu estava ali apenas ali para cumprir uma cota, para cumprir uma burocracia do membro do CRESS, para ocupar o espaço, porque eu sentia que uma jovem negra não é o suficiente para estar ali, e eu sentia que as falas muitas vezes vinha contra isso, diversas vezes eu ficava pensando se eu fosse uma mulher adulta branca, ocupando esse espaço será que as pessoas teria dito isso ou aquilo naquele momento? Para me fazer sentir aquilo, muitas vezes eu fiz essa pergunta e nós vamos tirando as conclusões realmente ser mulher branca e adulta é muito mais aceitável em qualquer lugar, então eu penso que sofri sim racismo e também sofri a questão geracional e também de gênero e as diversas opressões que atinge a gente nesses espaços”. (E2)

“Sim o racismo atrapalha sim, porque a autoestima fica baixa, e a gente não sente segurança de fazer o que tem que ser feito, então de certa forma até hoje é uma luta constante que eu tenho contra a questão do racismo por eu ser mulher negra, até na faculdade, nos meus espaços de trabalho”. (E3)

“Sobre racismo neste espaço, eu estava num evento de mulheres negras, já tinha saído da gestão, mas fui convidada a compor um grupo que organizasse o encontro sócio-jurídico aqui de Goiás, e eu fui, tinha um mote de campanha do CFESS, estava no mestrado, e eu lembro que na reunião, tínhamos que repassar algumas questões de raça, interseccionais e eu ouvi na mesa que – não a semana do assistente social já estar falando muito disso, não precisa porque não ser importante, eu não era mais gestão, mais foi parte de um evento da gestão, do conselho, e eu precisava terminar meu mestrado em seis meses, eu troquei de

projeto três vezes e não era o momento de eu me posicionar, eu recuei, mais estou aqui para ajudar o CRESS”. (E6)

“Se a gente for fazer uma análise aprofundada acredito que sim, até porque tinha algumas colegas que falavam muito assim na questão de cor, de ser mulher, nas reuniões, especialmente quando falava de dinheiro, tinha colegas que perguntavam assim: cê tem dinheiro por acaso? De alguma forma, acredito que sim e de uma forma muito velada, sempre se esquivando, diziam e voltavam atrás, por exemplo: estamos aqui mais não é isso, vamos fazer isso, mais não é isso. E nas assembleias, é muito notório, especialmente porque ocupei a presidência. Dentro da entidade em si é extremamente velado”. (E4)

“Não de forma explícita, mais de maneira velada”. (E7)

Nesse seguimento, a pesquisa revelou que o racismo, o machismo, o sexismo e a situação de classe social das profissionais, se manifestam em suas trajetórias de vida profissionais e pessoais, e com as entidades e profissionais não se situa diferente, o Serviço Social, mesmo se posicionando contrário, assumindo um compromisso ético e político, de combate a práticas preconceituosas e racistas, está situado em uma estrutura racista, e há reprodução desse sistema, segundo Eurico (2011), o Serviço Social reproduz o silêncio que impera na sociedade quando a necessidade de considerar as especificidades da população negra.

A pesquisa demonstrou majoritariamente que sobre as mobilizações campanhas convocadas pelas gestões do conjunto (CFESS/CRESS), e sobre comissões que abordassem a temática transversal, não houve, e que não tinha comissões de trabalho específicas sobre. Teve apenas uma campanha: assistentes sociais contra o racismo, desempenhada pelo CFESS (2017-2020).

Saúde

Conforme analisa Carneiro (2003), dentre as contribuições do feminismo negro, ocupa lugar privilegiado a incorporação da temática da saúde e dos direitos reprodutivos na agenda da luta anti-racista e o reconhecimento das diferenças étnicas e raciais nessa temática. O tema e esse enfrentamento são mais um desafio da agenda feminista negra.

Como confirma a médica negra Fátima Oliveira:

A compreensão da dimensão das diferenças e diferenciais raciais/étnicos, da opressão de gênero e do racismo na manutenção, recuperação e perda da saúde em sociedade classista. As controvérsias são tantas e tamanhas que o quesito cor – a identificação racial – é um problema/desafio nos meios científicos, entre profissionais, serviços, formuladores e implementadores das políticas de saúde. Os argumentos a favor e contra o preenchimento da cor das pessoas são inúmeros. As acusações de posturas racistas partem de ambos os lados. Quando o item existe nos formulários, a negligência no seu preenchimento é regra. Mesmo quando preenchido por autodeclaração ou por observação do(a) profissional, não se sabe muito bem nem para que serve e nem o que fazer com ele. Em geral, os serviços não o consideram um dado epidemiológico essencial.

Neste sentido, entende-se como relevante demonstrar os problemas enfrentados por mulheres negras na questão da saúde, e este eixo foi revelado durante a realização da pesquisa, ele não foi questionado de forma organizada estruturalmente nas perguntas da entrevista, mas foi sendo demonstrada nas falas, que as violências interseccionais provocam adoecimento, geralmente físico, afetando a saúde a mental das entrevistadas, onde estas revelaram em suas falas que estão procurando intervenção profissional.

“O que mais tenho feito para solucionar os problemas é estar investindo em saúde mental e também investindo em educação, porque é preciso conhecer para intervir, a população negra (eu me coloco nisso) a gente demora a se reconhecer, as crianças negras que estão vindo, acho que a gente está construindo esse futuro para eles, mas a nossa geração teve acesso a esse sistema tardiamente”. (E6)

“Sim, o racismo atrapalha sim, porque a autoestima fica baixa, e a gente não sente segurança de fazer o que tem que ser feito, hoje eu percebo que a terapia vem me ajudado a lidar com isso, ela vem sendo algo muito importante, eu consigo desvendar algumas preconceitos que eu não percebia como preconceito, através da terapia, tem me ajudado muito, nos que precisamos trabalhar bastante para ajudar a família, porque minha família é pobre, e ainda carrego essa carga de sofrer por ser mulher negra”. (E3)

As duas assistentes sociais revelam como o cuidado com a saúde mental vem sendo uma forma de enfrentamento as violências vividas, tendo em vista que isso abala a forma de reagir a essas discriminações, seja de forma direta ou indireta,

enfrentar o racismo e demais violências se demonstrou nessa pesquisa como tarefa cotidiana em formato macro e micro estrutural.

“Eu sempre dou respostas eu sempre me manifesto, porque assim é a forma de eu me sentir mais solta e mais empoderada, quando eu não respondo eu sofro, tais situações que eu não respondi eu sofri, por exemplo: uma situação que um médico chegou em um mesmo plantão que estava, já atrasado para atender uma usuária em situação de violência, e esse médico entrou na sala deu boa noite e virou para mim e falou assim: - que negócio é esse que você tem na sua cabeça? (se referindo ao meu cabelo, porque ele estava o Black Power todo para cima) e ele falou assim: - Que penteado é esse? Que moita é essa que tem na sua cabeça? de forma bastante...como se fosse algo natural o que ele tivesse falando, só que na hora eu fiquei sem reação minha reação foi só falar - o senhor demorou, a usuária estar aguardando, e começar a repassar o caso, qual que era a questão, e entrei com outro assunto no meio da a questão e não me reporte a ele e não questionei o que ele havia falado, e foi a pior em do que as situações em que eu me coloco, e que eu combato, e que na hora eu dou uma resposta e depois passei dias sofrendo”. (E1)

Essas vivências adoecem as mulheres negras, neste sentido, ressaltam-se essas falas, não enquanto especialista em saúde mental, mas para mostrar os impactos que essas violências reverberam na vida dessas mulheres, para além da hipótese de invisibilidade, e não de protagonismo, a saúde se mostra como um eixo que deva ser considerado, até para as demais pesquisas.

Perfil Sócio Profissional

Como já foi mencionado anteriormente, o recorte deste objeto de estudo se deu tendo em vista a importância política e de militância que enxergou a participação nas entidades de representação da categoria profissional, sendo essas profissionais consideradas importantes neste processo de história, além da composição nos Conselhos Regionais e Federal de Serviço Social, se reconhecer como negra foi mais um critério de análise.

Tendo em vista a história, o percurso profissional que estas representam, utilizando suas experiências profissionais e pessoais para contrapor a historiografia

dominante, a forma como são faladas, e até mesmo a forma como a construção da ciência está dada e ainda como está posta a definição de intelectualidade. Neste sentido, na contra corrente, utilizei o pensamento feminista negro enquanto teoria social crítica para analisar essas vivências e o atravessamento da interseccionalidade na vida das mesmas.

Nesse seguimento, entendemos como necessário mostrar o perfil dessas mulheres e o que eles revelam. Foram entrevistadas oito (8) assistentes sociais que se reconhecem como negras, que compuseram a gestão do conjunto CFESS/CRESS, os Conselhos Regionais de Tocantins e do Goiás e uma (1) que compôs o Conselho Federal de Serviço Social. Ressalta-se que houve algumas limitações, o espaço geográfico, tempo, o que dificultou o processo de entrevistas, todas as mulheres negras indicadas, do Tocantins e do Goiás, foram abordadas, porém, nem todas aceitaram o convite, o espaço de militância dessa entidade ainda é pouco ocupado por assistentes sociais negras, ou que se faça gestão.

Mas ainda assim, houve uma boa aceitação. Majoritariamente, as assistentes sociais negras têm entre 30 e 65 anos, das oito entrevistadas, (2) têm idade acima de 50 anos, e uma (1) com faixa etária de 23 anos. O que denota o período de formação e processo histórico de trajetória.

Os espaços sócios ocupacionais que as mesmas atuam são: três (3) profissionais atuam na educação, duas (2) atuam na saúde pública, uma (1) na assistência social, uma (1) na área jurídica e uma (1) é aposentada.

Com relação à trajetória de formação, a pesquisa revelou que deu empate o acesso à universidade pública e privada quatro (4) assistentes sociais negras estudaram no sistema privado e quatro no sistema público.

Das quatro (4) profissionais que estudaram no sistema de ensino privado, três foram vítimas de trabalho infantil na infância,

“Com isso eu e meus irmãos, aprendemos também a trabalhar na roça muito cedo, ajudávamos no plantio e colheita, mas, também eles priorizavam para que todos os filhos frequentassem a escola e concluísse a primeira fase do ensino fundamental, ou seja, 4ª série, era o que tinha na época, em 1969 o meu pai adoeceu e literalmente quebrou, foi então que viemos para Goiânia, onde trabalhei como doméstica, vendedora, auxiliar de escritório, analista de crédito e vendedora autônoma de roupas, ocasião, em que tive condições de dedicar mais aos estudos,

fazer um cursinho em uma escola pública e conseguir ser aprovada no curso de Serviço Social, na Universidade Católica de Goiás, quando cheguei em Goiânia, com 14 anos e fui trabalhar em condições muito precárias, onde, sofri todas as formas de preconceitos e humilhações em relação ao trabalho. Acredito sinceramente, que superei todas essas dificuldades, foi devido o afeto o carinho, o respeito, valores, que foram decisivo para formação do nosso caráter e contribuíram para o nosso desenvolvimento enquanto pessoa”. (E7)

“Sou filha de trabalhadores rurais, sempre tive que trabalhar para ajudar no sustento da casa, ajudar meus pais, minha educação muito difícil.” (E3)

“Sempre trabalhei desde nova, meus 13, 14, 15 anos, sou da zona rural, quilombola, não certificada, e sempre estudei e trabalhei ao mesmo tempo. Trabalhei como empregada doméstica, babá, caixa de supermercados.” (E4)

O que conseqüentemente impediu as mesmas de ter uma educação e desenvolvimento de qualidade, o que impactou na concorrência para as universidades públicas, as mesmas que foram exploradas pelo trabalho infantil, revelaram em suas escritas que foram trabalhadoras domésticas, babás, e demais serviços manuais que geralmente se recorrem às mulheres negras, nestes espaços, vivenciaram vários tipos de assédios.

Como já foi amplamente informado nesta pesquisa, as mulheres negras são maioria das ocupações por trabalho doméstico, embora hoje as mulheres negras assistentes sociais da pesquisa tenham saído dessa condição, sabe-se que para alcançar os mesmos postos de trabalho e renda é preciso mais tempo de estudo, conforme Carneiro (2003), para as mulheres negras alcançarem os mesmos padrões salariais das mulheres brancas com quatro a sete anos de estudos elas precisam de mais quatro anos de instrução, ou seja, de oito a onze anos de estudos. Essa é a igualdade de gênero e de raça instituídas no mercado de trabalho e o retorno que as mulheres, sobretudo as negras, tem do seu esforço educacional.

A pesquisa revelou que apenas uma profissional recebe renda de 10 aos 15 salários mínimos e que de 8 mulheres negras, apenas uma (1) tem doutoramento e trabalha na docência superior há muitos anos sendo que a mesma também não trabalhou na infância e revelou ter-se dedicado ao ensino básico em escolas particulares.

Das entrevistadas, apenas duas (2) têm mestrado concluído, sendo eles em Universidades Públicas, e por sinal, foram as mulheres que não trabalharam na infância, e uma (1) delas sempre estudou em escola particular no ensino básico, embora ambas sejam filhas de trabalhadoras, com rendimentos baixos. Mas relataram que as mães sempre investiram na educação, e empoderamento.

Importante destaque é que as assistentes sociais dão as mães, mulheres negras também, e como os ensinamentos delas são formas de resistência, e parte do estudo do pensamento feminista negro.

Neste sentido, remete ao pensamento feminista negro e ancestral, porque, conforme Collins (2019), quando as mães negras escravizadas ensinavam as filhas e os filhos a confiar em suas autodefinições e valorizar a si mesmos, elas lhe ofereciam uma ferramenta poderosa de resistência à opressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apontou que as experiências das assistentes sociais negras são atravessadas pela opressão de gênero, raça e classe. As manifestações apresentadas em suas falas, nos mostra que mesmo acessando nível superior e buscando o empoderamento, e auto definição, o aparecimento dessas questões são presentes, geralmente de forma velada. Revelou que o preconceito racial chega cedo, desde a escola, pois a representação que a sociedade tem da mulher negra ainda é revestida de objetificação, ancorada no escravagismo e colonialismo.

Segundo Collins (2019), para as mulheres negras, resistir fazendo algo que não se espera delas não seria possível se não rejeitassem as *mammies*, as matriarcas e outras imagens de controle construídas desde o período escravocrata. Quando combinados, esses atos individuais de resistência sugerem que as mulheres negras têm uma consciência coletiva específica. Aqui no Brasil, as *amas de leite*, são um exemplo dessa imagem de controle. Quando as mulheres deste trabalho relatam seus anseios e empoderamento, demonstram essa consciência que resiste as imagens de controle impostas a elas, seja no exercício profissional, seja em suas experiências individuais.

A voz das mulheres negras assistentes sociais que ecoam neste trabalho não são de vítimas, mas de sobreviventes, porque exploraram uma consciência por

vezes oculta para suportar e resistir ao sistema de opressões de gênero, raça, classe e sexualidade.

No tocante à profissão de Serviço Social, entende-se que esta é importante na luta e enfrentamento contra as desigualdades de gênero, raça e classe, no entanto, a pesquisa revelou que assim como a questão étnica racial ainda é pouco discutida pela categoria profissional, a visibilidade, ascensão social e protagonismo das mulheres negras assistentes sociais ainda é visualizada como um processo de esforço individual. Desse modo, ainda requer um processo de luta coletiva se considerarmos que as opressões de gênero, raça e classe se articulam e são movidas por estruturas sociais que recaem sob as instituições, profissões e o modo de ser da sociedade.

Desse modo, as mulheres negras assistentes sociais, como revelada na pesquisa, ainda não ocupam o mesmo lugar de destaque que as demais, e que não abrange espaço justo, o que não significa ausência. Neste sentido, há invisibilidade na carreira profissional. Revelou também como as entidades profissionais não vêm discutindo esta temática da forma que deveriam, pois temos um Projeto Ético Político e um Código de Ética que abrange e amplia esse debate.

Destarte pela própria história da gênese da profissão, que tem em seu cerne o conservadorismo, até a década de 1980, o debate étnico racial, e a análise transversal das categorias gênero, e classe não era incorporado pela categoria.

Foi apenas nos anos seguintes que se visualizou essa inserção com as diversas conquistas históricas da profissão com relação ao Código de Ética de 1993, a luta pela democracia, e tendo como princípios a liberdade, e a luta contra as discriminações, desse modo, abre um espaço para a inserção da defesa dos direitos humanos, e também das teorias sociais críticas.

Há uma dificuldade em trazer o debate étnico racial na trama das relações sociais, da sociedade burguesa, profundamente marcado pelo discurso da democracia racial e pelo racismo camuflado que também aliena a população negra bloqueando seus processos de conscientização, participação e organização política. (Pinto, 2003)

Se na contemporaneidade a categoria profissional vem discutindo timidamente as questões que perpassam a interseccionalidade, são necessárias à incorporação, nas bases e na formação profissional.

A questão racial, de gênero e classe, eixos estruturantes desta pesquisa à luz do pensamento feminista negro como teoria social crítica, infere uma postura ético política crítica vinculada aos direitos humanos. Pois as mulheres negras continuam a ser à base da pirâmide social.

As manifestações da questão social, a qual os assistentes sociais realizam suas intervenções, são recheadas dessas realidades que carregam as subjetividades humanas. Por oportuno, as assistentes sociais negras vivem essas realidades que as atinge e também seus usuários(as).

A realidade que essa pesquisa apresenta sobre as experiências das mulheres negras assistentes sociais, denunciam essa situação, embora essas profissionais tenham acessado a educação superior, tenham renda que as tiram da condição de subalternidade, a marginalidade da mulher negra persiste, pois, o racismo e a situação de gênero as colocam num lugar social de forasteiras de dentro (*Outsider*).

As forasteiras de dentro (*Outsider*) desta pesquisa têm suas trajetórias marcadas pelo atravessamento dessas opressões, todas são da classe trabalhadora, todas desde a infância vivenciaram o dessabor de ocupar os espaços mais de se sentirem invisíveis ou com uma ausência de pertencimento.

As atuações frente às entidades profissionais (CFESS/CRESS), majoritariamente revelam que não estão livres do racismo institucional/interpessoal, pois o racismo é estrutural e molda as realidades concretas. É uma prática em todas as esferas da sociedade. O Serviço Social, enquanto profissão, ainda que tenha a defesa intransigente dos Direitos Humanos, não está isento disso. Reconhecer a realidade é necessário para mudar a realidade, é o movimento dialético que provoca esse conhecimento. Desse modo, cabe ao Serviço Social se apropriar da teoria social crítica do pensamento feminista negro, tendo em vista sua historicidade, a luta transnacional por emancipação e por justiça social.

A pesquisa revelou que apenas duas assistentes sociais foram presidentas nos Conselhos profissionais. Também mostrou que as comissões de trabalho não registraram nenhuma com a temática transversal, apenas a comissão de ética e direitos humanos.

Demonstra ainda que, em torno do nível nacional, teve apenas uma campanha anti-racista, desempenhada na gestão do CFESS **É de batalhas que se vive a vida** (2017-2020). Desvelando que a temática racial e de gênero, não é articulada, a de classe, sendo incluída de forma tímida, e que é hierarquizada.

A luta por emancipação do pensamento feminista negro entende que é uma luta coletiva, e só é possível se enfrentarmos todas juntas, pois “erguendo-nos enquanto subimos” (Davis, 2017).

Nesse seguimento, pensar e avaliar formas de mudar essa realidade é emergente. Para que isso ocorra, é necessária a continuidade da articulação aos movimentos sociais, aqui tratando-se especialmente dos movimentos feministas e negros frentes a essas estruturas, geradoras de desigualdades. É necessário uma maior aproximação desses movimentos com a classe trabalhadora, embora estes geralmente estejam localizados nos grandes centros urbanos ou nas capitais, é importante, a partir desses mecanismos políticos que servem de base para continuidade de uma nova perspectiva de educação e conscientização acerca das diversas implicações que essa estrutura significa as mulheres negras. Lorde (2019) apresenta compilações para pensarmos juntas:

Nós escolhemos, umas as outras e o limite das batalhas de umas e outras a guerra é a mesma se perdermos um dia o sangue das mulheres irá coagular sobre um planeta morto se vencermos não há como saber buscamos além da história por um novo e mais possível encontro (Lorde, Audre, 2019, p.248).

Isto posto, o poema da feminista negra Audre Lorde (2019) “Nos escolhemos umas as outras” apresentado anteriormente, ecoa em mim como uma luz de alerta e chamado, e tem sua potência de reconstrução, de sobrevivência, de um movimento que inclui as pautas, e que o que pode significar novos caminhos de resistência. Por consequência, enquanto feminista negra que sou, endosso o chamamento para que nós possamos escolher umas às outras, e que possamos derrubar a opressão. Por isso escolhi falar das condições de vida e de trabalho de mulheres negras assistentes sociais. As mulheres negras, ao passo que resistem as opressões de gênero, raça e classe, construindo um empoderamento, uma auto definição, também vivenciam um não protagonismo ou uma invisibilidade nas carreiras profissionais, mesmo presentes e atuando como sujeitas nos espaços acadêmicos, de militância nas autarquias profissionais, e nos mais diversos espaços sócio ocupacionais e dos movimentos sociais.

Ter pesquisado sobre suas experiências de vida, pessoais e profissionais é submergir em um universo desafiador, plural e diverso. É resistir às opressões provocadas pela interseccionalidade de gênero, raça e classe. Tendo em vista que o

imaginário social racista, que emerge de uma ideologia, faz com que as instituições e a cultura, construam uma imagem de representação da mulher negra atrelada a casa grande, no qual são tratadas como descendentes de escravas expostas a marginalidade.

Essa representação da mulher negra na sociedade, é apresentada na profissão e se constituiu como tema que atravessa as experiências das assistentes sociais negras. Outro ponto importante dessa representação coloca à tona o não protagonismo atrelada à invisibilidade e como a opressão interseccional afeta a ascensão social das profissionais.

O trabalho doméstico e infantil, são outro ponto presente nas experiências das entrevistadas, que demonstra como resultado da desigualdade social no mercado de trabalho. O que remete também ao trabalho desempenhado pelas mulheres negras que foram escravizadas, onde realizam atividades como: lavadeiras, amas de leite, entre outras.

A exploração do trabalho doméstico e infantil percorreu a vida de três sujeitas deste estudo revelando como essa situação foi/é presente e permanece mantendo na subalternidade muitas mulheres. É importante ressaltar que nestes casos, embora o trabalho doméstico foi vivenciado por elas como forma de sobrevivência, de forma alguma deixaram de lutar e buscar por ascensão social.

Nesse desenlace, quero afirmar que a pesquisa aponta para o reconhecimento de que ainda não há protagonismo das assistentes sociais negras, todavia, as experiências e vivências delas denotam que a resistência e busca pelo empoderamento está sendo pilar na luta e no enfrentamento diário da opressão racista, sexista e de classe. Esse empoderamento tem sido resistência às diversas manifestações de desigualdade e preconceito vivenciadas nas trajetórias profissionais e pessoais. O que provoca e demonstra que é necessária outras pesquisas, que endossam a realidade de mulheres negras.

REFERÊNCIAS

ABEPSS – **subsídios para o debate sobre a questão étnico racial na formação em serviço social**. DF, 2018.

Agência Brasil. **Pela primeira vez, negros são maioria no ensino superior público**, acesso em 2019, disponível: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/pela-primeira-vez-negros-sao-maioria-no-ensino-superior-publico>

ANGELOU, Maya. **Ainda assim eu me levanto**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/maya-angelou-ainda-assim-eu-me-levanto/>.

ALMEIDA, Silvio de. **Racismo estrutural**. São Paulo; Polén, 2019.

AMARO, Sarita. **A negritude no serviço social**. 1 Ed. – Curitiba, PR: nova práxis Editorial, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo; Polén, 2019.

ARAÚJO, Gilda Cardoso de. **Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: “o problema maior é o de estudar”**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 279-292, jan./abr. 2011. Editora UFPR.

BAIRROS, Luiza. **"Nossos feminismos revisitados"**. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 458-463, 2. sem. 1995.

_____. **Romper a negação do racismo é desafio para a sociedade brasileira**, Palestra Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. Acesso: geledes.org.br.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo, Cortez, 2001.

Beauvoir, Simone de. **O segundo sexo**, volume I: fatos e mitos. 4. ed., trad. Sérgio Milliet, Difusão Europeia do Livro, 1970. 309 p. 2.

Beauvoir, Simone de. **O segundo sexo**, volume II: a experiência vivida. 2. ed., trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. 500 p.

BRASIL. Lei 8662/93 de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências.

BRASIL, Lei N°11.340, Lei Maria da Penha, 7 de agosto de 2006. Brasília, 7 de agosto de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

BRASIL, Lei nº 12.288, Estatuto Racial, 20 de junho de 2010. Brasília, 20 de julho de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

BRASIL, Consolidação das Leis do Trabalho, **DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943**. Rio de Janeiro, 1 de maio de 1943, 122º da Independência e 55º da República.

BRASIL, Ministério da Saúde. Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), publicada em 2015. Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94522.pdf>.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil** - acesso 2019, disponível: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf.

BRASIL. ONU. Organização das Nações Unidas. Disponível: <https://nacoesunidas.org/negros-tem-maior-incidencia-de-problemas-de-saude-evitaveis-no-brasil-alerta-onu/>.

BRASIL Ministério do Trabalho e Previdência Social, Pesquisa Mulheres e Trabalho, disponível: <http://www.previdencia.gov.br/2016/03/trabalho-pesquisa-aponta-diagnostico-sobre-as-mulheres-no-mercado-de-trabalho/>

BRASIL. IPEA - Instituto de pesquisa econômica e aplicada – **retrato de desigualdades de gênero e raça 1995-2015**. Disponível: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf

Ipea. “**Nota técnica – Pnad 2014: breves análises**”. Ipea: Brasília, 2015.

BORGES, Juliana. Encarceramento em massa – São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRITO, Ângela Ernestina. **“O ONTEM ETERNO”?** Moradia e Desigualdade Sócio Racial no Brasil, Desafio para o Serviço Social. Publicado no III simpósio mineiro de assistentes sociais, em Belo Horizonte de 7 a 9 de junho.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil** – São Paulo: selo negro, 2011.

_____. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.** In: ASHOKA (org). Racismos Contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano, 2003.

_____. **Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro.** In: Pensamento feminista Brasileiro: formação e contexto/Angela Arruda [et al]; organização Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

_____. **Mulheres em movimento.** ESTUDOS AVANÇADOS 17 (49), 2003.

_____. **Mulheres negras e poder: um ensaio sobre ausência.** 2020, acesso: www.articulaçãodemulheres.org.br .

CARVALHO, José Jorge de (2006). **O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro.** *Revista USP*, n.68, São Paulo.

CFESS. Código de Ética Profissional do Assistente Social. 1986.

_____. Código de Ética Profissional do Assistente Social. 1993.

_____. "Serviço Social a caminho do século XXI: o protagonismo ético-político do Conjunto CFESS-CRESS". In: *Serviço Social e Sociedade* (50). São Paulo, Cortez, 1996.

_____. Revista inscrita, ano 9, número 13, novembro de 2012.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social.** 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

_____. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2014, 276 p.

_____. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2º. Ed. São Paulo: outras expressões, 2015.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. Revista estudos feministas, nº1, 2002.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**/tradução Jamile Pinheiro Dias. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, Angela, 1944- **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico]; tradução Heci Regina Candiani. - 1. Ed. -São Paulo: Boitempo, 2016.

DICIONÁRIO Online de Português. **Ascensão social**. Acesso em 2020, disponível: <https://www.dicio.com.br/ascensao/>.

_____. **Mulheres, cultura e política**. Tradução: Heci Regina Candiani. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

DOMINGUES, Petrônio (2005). **Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica**. *Revista Brasileira de Educação*, n. 29, Rio de Janeiro.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social**. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 128, p. 104-122, jan./abr. 2017.

ENGELS, Federico. **Caracteres da monogamia**, in: MARX, ENGELS, LENIN. *Sobre a mulher*. Coleção bases, n.17. São Paulo: Global editora, 1979. (1979)

EURICO, Marcia campos. **Questão racial e Serviço Social: uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do Assistente Social**. São Paulo, 2011.

FERREIRA, Camila Manduca. **O negro na gênese do Serviço Social (1936-1947)**. Rio de Janeiro, 2010.

FERNANDES, F. **Tensões na educação**. Salvador: Sarah Letras, 1995a.

FERNANDES, F. **Reflexão sobre o socialismo e a autoemancipação dos trabalhadores**. São Bernardo do Campo: Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, 1995b.

FERNANDES, Florestan (2008). **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol. I.

Torrão FILHO, Amilcar. **Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam**. Cadernos pagu (24), janeiro-junho de 2005, pp.127-152.

Silva FILHO, José Barbosa. **O negro e o curso de Serviço Social da UFF**. Revista África e Africanidades - Ano I - n. 2 – Agosto. 2008 - ISSN 1983-2354

FOUCAULT, Michel. **Micorfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2001

_____. **Em defesa da sociedade: curso no collége de France (1975-1976)**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002a.

GOMES, Camila Magalhães. **Gênero como categoria de análise decolonial**. Civitas, Rev. Ciênc. Soc. vol.18 no. 1 Porto Alegre Jan./Apr. 2018.

GONÇALVES, Renata. AMBAR, Gabrielle. **A questão racial, a universidade e a (in) consciência negra**.

GONZÁLEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: Pensamento feminista Brasileiro: formação e contexto/Angela Arruda [et al]; organização Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

GONZÁLEZ, Lélia. **“mulher negra”**. Afrodiáspora, Rio de Janeiro, Ipeafro, v.3, n.6/7, 1985.

GLOBO. Pela primeira vez pretos e pardos são mais da metade dos universitários da rede pública, acesso em 2019, disponível: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/11/13/pela-1a-vez-pretos-e-pardos-sao-mais-da-metade-dos-universitarios-da-rede-publica-diz-ibge.ghtml>

HOLLOWAY, Karla. **The body politic, in codes of conduct: race, ethics, and color of our character**, new Brunswick: Rutgers University Press, 1995, p.15-71;36.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19 ed. – São Paulo; Cortez; [Lima, Peru], CELATS, 2004

KILOMBA, Grada. “The Mask” In: **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. Münster: Unrast Verlag, 2. Edição, tradução: Jéssica Oliveira de Jesus, 2010.

LEE, Alfred McClung. **Toward humanist sociology**. New Jersey: Prentice-Hall, 1973.

LIMA, Márcia. “**Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras brasileiras**”. *Revista Estudos Feministas*. IFCS/UFRJ, vol. 3, n. 2, 1995.

LORDE, Audre. **Não existe hierarquia de opressão**. In: *Pensamento feminista: conceitos fundamentais/Audre Lorde...* [et al]; organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019a.

_____. **Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença**. In: *Pensamento feminista: conceitos fundamentais/Audre Lorde...* [et al]; organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019b.

_____. **Mulheres negras: As ferramentas do mestre nunca irão dismantelar a casa do mestre, texto de LORDE, A, lido em uma conferência em 1979, e traduzido por Renata, disponível: <https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-as-ferramentas-do-mestre-nunca-irao-dismantelar-a-casa-do-mestre/>**

MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Tradução de João Maia. 4ª Edição. Impresso no Brasil 1985.

MARX, Karl.. **O capital: crítica da economia política**: livro I/Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant’ Anna. – 32ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *O manifesto do Partido comunista*. Estudos avançados. 1998

MOURA, Alessandro de. **Quilombolas e favelas: negação e reafirmação das condições da população negra no Brasil**. Marília. Unesp, 2006. Disponível em: www.unesp.edu.br.

NASCIMENTO, Beatriz. **A mulher negra no mercado de trabalho**. In: Pensamento feminista Brasileiro: formação e contexto/Angela Arruda [et al]; organização Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

_____. **A mulher negra e o amor**. In: Pensamento feminista Brasileiro: formação e contexto/Angela Arruda [et al]; organização Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

NETO, Miguel Rodrigues. **A concepção de classe em Weber e Marx e os desafios contemporâneos do sindicalismo brasileiro**. Artigo apresentado na V jornada internacional de políticas públicas, São Luís do Maranhão, 2011.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007. 176p.

PINTO, E, A. **O Serviço Social e a questão étnico – racial: um estudo de sua relação com usuários negros**. São Paulo, terceira margem, 2003.

_____. (Vídeo conferência online sobre Serviço Social e questão étnico-racial, 2015).

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010 (2010)

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Ed Brasiliense, 2006.

RIBEIRO, M. (1995). **Mulheres negras brasileiras: de Bertioga e Beijing**. Revista Estudos Feministas, 2, 446-457.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. São Paulo. Pólen, 2017.

ROCHA, Roseli da Fonseca. **A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social**. In Serviço Social e Sociedade nº 99 – Direitos Ética e Serviço Social – jul/set. 2009. São Paulo.

RODRIGUES, Cristiano. **Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X.

RUBIN, Gayle, “**The traffic in women: notes on the political economy of sex**” In: Rayna Reiter (org), *Toward an anthropology of women*. New York, Monthly View Press, 1975 (Trad. Bras. Jamille Pinheiro Dias. In: *Políticas do sexo*, São Paulo, Ubu, 2017).

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho**. --Sao Paulo: Moderna, 1987. (Coleção polêmica).

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil - O papel do Congresso Nacional na legislação de ensino**. Campinas/SP: Autores Associados, 1999.

SILVA, Vicentonio Regis do Nascimento. **Artigo sobre o livro: *Feminismo e consciência de classe no Brasil*, Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG - v. 29, n. 1 – Jan./Jun. 2016 – ISSN online 1981-3082.**

SILVA, Simone santos da. SILVA, Marcella Miranda da. ANDRADE, Daniela Lopes de. KLEIN, Jacqueline Southier. **A formação social Brasileira, lutas sociais e participação social**. São Luíz/MA, art. Apresentado na V jornada internacional de políticas públicas, 2011.

SOJOURNER, Truth. **Discurso foi proferido como uma intervenção na Women’s Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851**. Acesso em 2019, disponível: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, p.5.

TINEU, Rogério. **Ensaio sobre a teoria das classes sociais em Marx, Weber e Bourdieu**. Aurora: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.10, n.29, p. 89-107, jun.-set.2017.

JUNIOR, Antonio Gasparetto. **A terceira onda do feminismo**. Artigo publicado em: <https://www.infoescola.com/historia/terceira-onda-feminista/> acesso: 14 de janeiro de 2019.

XAVIER, Lúcia. **Negros têm maior de problemas de saúde evitáveis no Brasil.** Disponível: <https://nacoesunidas.org/negros-tem-maior-incidencia-de-problemas-de-saude-evitaveis-no-brasil-alerta-onu/> 2018.